

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

“MÃES MÁIS”

UM OLHAR SOBRE O ABANDONO

Mestranda: **Auricéa Xavier de Souza Lima**

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas**

**Niterói/RJ
Março/2011**

Mestranda: **Auricéa Xavier de Souza Lima**
Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas**

“MÃES MÁS”
UM OLHAR SOBRE O ABANDONO

Material apresentado ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social (ESS-UFF) como pré-requisito para obtenção do título de **Mestre em Política Social**.

Niterói/RJ
Março/2011

“MÃES MÁS”
UM OLHAR SOBRE O ABANDONO

Auricéa Xavier de Souza Lima

Material apresentado ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social – Escola de Serviço Social – ESS, Universidade Federal Fluminense – UFF. Sendo pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof.^a Dr.^a Carla Cristina Lima de Almeida
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof.^a Dr.^a Nívia Valença Barros
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói/RJ
Março/2011

*Marie Farrar, nascida em abril
Falecida na prisão de Meissen
Mãe solteira, condenada, pode lhes mostrar
A fragilidade de toda criatura. Vocês
Que dão à luz entre lençóis limpos
E chamam de “abençoada” sua gravidez
Não amaldiçoem os fracos e rejeitados, pois
Se o seu pecado foi grave, o sofrimento é grande.
Por isso lhes peço que não fiquem indignados
Pois todos nós precisamos de ajuda, coitados.*

(Bertold Brech. A infanticida Marie Farrar)

*Este trabalho é dedicado a minha amada filha,
Elisa.*

*Por ter sofrido comigo todas as conseqüências de
minhas escolhas...*

Quando a possibilidade delas me foi dada.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento não poderia deixar de ser dedicado a Deus – conforto sempre presente nos momentos difíceis e alegria constante em meu coração;

Agradeço também à minha querida professora de graduação: Cenira Duarte – de quem ouvi pela primeira vez a expressão: “Mãe Má”;

A todos os professores deste Programa, em especial àqueles com quem tive um contato mais próximo através das disciplinas: João Bosco Góis, André Brandão e Lenaura Lobato, vocês são um exemplo para mim;

À Professora Nívia Valença (que muito me ajudou com suas análises em minha banca de qualificação);

Obrigada a todos os professores por suas contribuições em meu processo de aprendizagem e, principalmente, pelo exemplo que são para mim – vocês são, *aquele* horizonte que me faz caminhar.

Agradeço à minha querida orientadora: Rita de Cássia Freitas – sem você, certamente, eu não teria conseguido chegar até aqui. Obrigada por sua compreensão, dedicação, afeto e também, pelas exigências, cobranças e “puxões de orelha” (sempre necessários a uma mãe *suficientemente boa*, como você tem sido para mim). Muita obrigada!

Agradeço enormemente aos meus queridos amigos e amigas que, tanto e de diversas formas, me ajudaram, minhas queridas amigas: irmã Fátima, Suzana, Priscila, Liege e Sara; minha *irmã* Suyane; e meus queridos amigos: Brito, Jailton, Flávio, Fábio, Antônio Carlos e irmão Daniel – vocês tem feito minha vida mais leve, divertida e prazerosa;

Um agradecimento especial a um grande amigo: Antônio Bertino – pelo incentivo e ajuda nesse processo de busca do *meu lugar ao sol*;

À tia Ana Isabel e seu esposo Guaracy, pela acolhida na chegada ao Rio e por tudo mais;

Sou muitíssimo agradecida a toda minha família: meus pais (Naide e Aracildo), meus irmãos (Aracelly e Alessandro), minhas avós (Nirce e Erotildes), todos os outros familiares, em especial minhas tias (Josenice, Maria de Fátima e Nádia) – todos vocês, distantes ou não, fazem parte de mais essa conquista em minha vida, vocês são meu alicerce, de onde vim e para onde sempre posso retornar, com a certeza do carinho, amor e orgulho que vocês me dedicam e que eu dedico em dobro a todos vocês...

Obrigada por tudo! Amo muito vocês!

Obrigada a todos! Obrigada mesmo! Que Deus retribua em dobro tudo que cada um de vocês fez por mim e que essa rede que tecemos ao longo desses anos, se multiplique e se perpetue por muitos e muitos anos...

Por fim, gostaria de pedir licença para fazer um último agradecimento, dedicado a uma pessoa com quem aprendi muito, mas principalmente, aprendi o verdadeiro significado da palavra “amizade” e junto a ela “tolerância”, trata-se de minha *alma gêmea*, minha querida e eterna amiga Samara – certamente, sou um ser humano muito melhor depois que conheci você, obrigada! “*Quando os meus olhos não podiam ver, tua mão segura me ajudou a andar (...) quando eu não soube compreender a vida, teu amor veio me lembrar – que Deus me ama, que eu não estou só, que Deus cuida de mim, quando fala pela tua voz e me diz: CORAGEM*” (Padre Fábio de Melo).

RESUMO

LIMA, Auricéa Xavier de Souza. “MÃES MÁ”: *UM OLHAR SOBRE O ABANDONO*. Niterói: 2011. Dissertação de Mestrado - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense.

Esta pesquisa analisa, a partir dos casos de abandono de bebês veiculados na mídia jornalística no período de 01/01/2008 à 31/12/2010, questões relacionadas à mulher desertora da maternidade; à identidade feminina e sua representação na mídia; a estigmatização das mulheres que recorrem ao abandono na forma como são abordadas as reportagens, bem como, à situação de abandono em que as mesmas por vezes se encontram durante a gestação. Discorre sobre a política de proteção à infância e a questão do abandono no período colonial. Recorre à pesquisa de Venâncio (2004) que trata de forma muito detalhada sobre a questão do abandono no Brasil do período colonial. Assim sendo, percebemos, como esses casos de abandono tiveram influência no que podemos chamar das primeiras “*políticas para infância*” e como essa realidade já há alguns séculos, faz parte de nossa história e continua tão presente nos dias atuais. Em seguida trata da relação entre a mídia jornalística e o abandono; dos resultados e análises da pesquisa, assim como, analisa alguns casos. Reflete sobre mudanças e conservações nas formas do abandono hoje em relação ao período colonial e analisa a realidade social dessas mulheres, que, por diversas razões, recorrem ao abandono de bebês. Concluimos trazendo para a discussão, novas alternativas sugeridas para resolver o problema do abandono hoje, como é o caso do parto anônimo. A partir desta análise, propõe uma reflexão sobre a responsabilidade de todos os atores sociais no ato de gerar e criar filhos em detrimento dos mitos e conceitos que ao longo da história têm responsabilizado exclusivamente as mulheres pela criação e reprodução humanas.

Palavras-chave: **abandono de bebês; mídia; estigmatização; maternidade.**

ABSTRACT

LIMA, Auricéa Xavier de Souza. **“BAD MOTHERS”**: *ONE TO LOOK AT ON THE ABANDONMENT*. Niterói: 2011. Dissertação de Mestrado - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense.

This research analyzes, from the cases of abandonment of babies propagated in the journalistic media in the period of 01/01/2008 to the 31/12/2010, questions related to the woman deserter of the maternity; to the feminine identity and its representation in the media; the discrimination of the women whom they appeal to the abandonment in the form as is boarded the news articles, as well as, to the abandonment situation where the same ones for times if find during the gestation. It discourses on the politics of protection to infancy and the question of the abandonment in the colonial period. It appeals to the research of Venâncio (2004) that it deals with detailed form very on the question of the abandonment in Brazil of the colonial period. Thus being, we perceive, as these cases of abandonment had had influence in what we can call the first “politics for infancy” and as this reality already has some centuries, are part of our history and continue so present in the current days. After that it deals with the relation between the journalistic media and the abandonment; of the results and analyses of the research, as well as, it analyzes some cases. It reflects on changes and conservations in the forms of the abandonment today in relation to the colonial period and analyzes the social reality of these women, whom, for diverse reasons, they appeal to the abandonment of babies. We conclude bringing for the quarrel new alternative suggested to decide the problem of the abandonment today, as it is the case of the anonymous childbirth. From this analysis, it considers a reflection on the responsibility of all the social actors in the act to generate and to create children in detriment of myths and concepts that throughout history have exclusively made responsible the women for the creation and reproduction human beings.

Keywords: **abandonment of babies; media; discrimination; maternity.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – CONCEITOS, MITOS, MATERNIDADES E IDENTIDADES	15
1.1 Gênero; Maternidade e paternidade	16
1.2 Amor Materno: um mito?	24
1.3 Identidade feminina; mídia e mitos	30
1.4 <i>As Transgressoras</i>	39
CAPÍTULO 2 – ABANDONO X CUIDADO COM A INFÂNCIA	42
2.1 O abandono e suas influências no processo de construção/transformação das políticas para a infância.	43
2.2 Abandono no contexto brasileiro do período colonial	48
CAPÍTULO 3 – AS “MÃES MÁS”	56
3.1 Procedimentos metodológicos	57
3.2 A Mídia e a questão do abandono de bebês	60
3.3 A Pesquisa: <i>um olhar</i> sobre o abandono	64
3.4 Nos aproximando das considerações finais	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
WEBGRAFIA DAS FONTES PRIMÁRIAS	90
ANEXOS	94

INTRODUÇÃO

Em meio às notícias veiculadas pela mídia nos deparamos, ultimamente, com vários casos de bebês recém-nascidos abandonados em ruas, latas de lixo, terrenos baldios e até rios – diante dessas notícias, a primeira sensação é a de indignação: como pode uma mãe abandonar seu próprio filho e em condições tão precárias e perversas? Onde está o “instinto materno” que possivelmente levaria às mulheres a protegerem seu filho a qualquer custo? Que ser humano tão mal é este que abandona o filho do seu próprio ventre? E várias outras indagações carregadas de indignação, revolta, desprezo e acima de tudo, pré-conceito.

Todas essas reflexões podem ser ouvidas cada vez que um caso como esse aparece e explode na sociedade como uma bomba nos fazendo questionar nossos próprios sentimentos e a segurança de viver numa sociedade tida como civilizada. Como uma mulher pode fazer isso, já que a maternidade aparece em nossa sociedade como algo quase divino para as mulheres (afinal, “ser mãe é padecer no paraíso”). A referência a figura do pai quase inexistente; a responsabilidade de uma criança encontrada abandonada é tida como unicamente da mãe.

A cena de uma criatura tão indefesa abandonada nos lugares mais inóspitos realmente nos deixa transtornados, mas é muito mais fácil revoltar-se contra uma mãe que abandona seu filho, do que buscar explicações para o fato, que possam ir além da simples acusação de “MÃE MÁ”.

Assim, a escolha do tema a ser estudado veio exatamente dessas indagações em relação aos casos de abandono de bebês. Era difícil para mim, enquanto mãe, compreender as razões de tais atitudes. Por outro lado, meu olhar crítico e meus conhecimentos acadêmicos não me permitiam considerar apenas o que as reportagens traziam como verdades; estava sempre faltando um olhar mais aprofundado que me revelasse quem são essas mulheres que abandonam seus filhos? Quais as questões sociais que perpassam esse abandono? Onde estavam os pais dessas crianças? Que responsabilidade cabe ao Estado e à sociedade no ato de gerar e criar filhos?

Esses questionamentos deram origem ao meu trabalho de conclusão de curso de graduação, nesta Universidade, na Escola de Serviço Social e também se tornaram fonte de análise para meu projeto de pesquisa desse mestrado. Como bem coloca Bourdieu (1993), não são as respostas que nos fazem seguir adiante, mas as perguntas – já que as perguntas continuaram, prossegui minha

pesquisa no sentido de conhecer e compreender melhor esse universo que desperta tantos sentimentos e tantas sensações contraditórias, que é o universo da maternidade e da deserção da mesma.

Em relação à escolha do objeto desta pesquisa, não poderíamos deixar de citar, a preocupação em tratar de um tema *sagrado*, familiar e permeado por mitos. Se a maternidade é, ainda hoje um tema delicado, a deserção da mesma é muito mais. Ao buscarmos analisar o universo das mulheres que abandonam seus filhos, que *escolhem* deserdar desse papel sagrado, certamente nos colocamos, em muitos momentos, como o próprio “advogado do diabo”. Mirian Goldemberg (2004) afirma que o estigma do tema/objeto escolhido sempre recai sobre o pesquisador que por ele se interessa¹. Para Becker (apud. GOLDEMBERG, 2004) a escolha em se estudar temas estigmatizados parte de uma atitude não conformista, intencional ou não, no que concerne esses temas tidos como desviantes; ainda segundo este autor, as sociedades criam normas que, ao serem infringidas os indivíduos passam a ser rotulados como marginais e desviantes, mas na verdade, “o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um “transgressor”. O comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.” (GOLDEMBERG, 2004, p.20).

Assim sendo, ao escolher como objeto de pesquisa as “Mães Más” nos inserimos no rol dos estudos sobre temas socialmente desviantes. Caminhamos então, no *fio da navalha*, ao mesmo tempo em que tentamos mostrar que essa maternidade deserçada na verdade tem sido, ao longo de nossa história, negada a essas mulheres, também temos que ter o cuidado de não sair em defesa apaixonada das mesmas, pois, se tratando de uma realidade tão complexa, não podemos incorrer no erro de criar novos rótulos ou estereótipos.

Desta forma, explico a razão do meu interesse em investigar esse tema como forma de produção de conhecimento e aprofundamento dos estudos relacionados à área de gênero e de políticas públicas para mulheres.

Em nosso estudo, buscaremos refletir acerca dos casos de abandono de bebês veiculados pela mídia e o modo como esses casos são perpassados por relações de gênero e pela ausência de políticas públicas para mulheres pobres. Dessa forma, estaremos analisando as questões sociais

¹ Ao lançar seu livro “A Outra” Mirian Goldemberg lembra que na primeira nota que saiu na imprensa sobre seu livro, a jornalista parecia defender a escritora da discriminação que poderia sofrer ao estudar mulheres amantes de homens casados. A jornalista apresenta Mirian utilizando os seguintes termos: “com a tranquilidade de quem, aos 33 anos, não é a Outra de ninguém” (2004, p. 19).

envoltas nos casos de abandono de bebês, observando seus agentes e atores como ponto de partida para analisar a questão da maternidade e das reais condições de escolha para a mulher – especialmente a mulher pobre – no atual contexto brasileiro. Concomitantemente, procuraremos reconhecer os preconceitos e mitos no que concerne à maternidade e à figura feminina que norteiam os casos de abandono de bebês no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, analisando também, a atuação do Estado quanto às políticas públicas para as mulheres pobres.

É importante ressaltar que muitas das discussões aqui desenvolvidas sobre violência devem-se em grande parte às reflexões juntamente ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, coordenado pelas professoras Cenira Duarte Braga, Nívia Valença Barros e Rita de Cássia Santos Freitas. Dentro deste núcleo, participamos das discussões referentes a maternidades em transformação.

Estudos desenvolvidos no núcleo, como o de Freitas (2000) e da Mestre em Políticas Sociais Suyane Perez (que fez sua defesa no semestre passado) analisam a organização de mães que se mobilizam a partir de acontecimentos trágicos (doenças, desaparecimentos, etc.) que atingem seus filhos. Através desses exemplos vemos a importância da maternidade e das organizações de mães, como uma forma de direcionar um novo olhar para as mulheres que transformam suas inquietações, tristezas e indagações em “coisa pública”, indo às ruas reivindicando melhores condições de vida para seus filhos e protestando contra a violência e impunidade.

Nesse quadro, podemos dizer que o processo de lutas e conquistas desencadeados por essas mulheres teve como ponto central a identidade materna. Freitas (2000) afirma que viver essas novas realidades (da maternidade enquanto luta) traz mudanças para seus agentes. Assim, ao tratar da experiência associativa das Mães de Acari a autora demonstra como a maternidade, entendida de forma processual e contraditória, possibilitou a incursão dessas mulheres no mundo público, a partir de um lugar que seria, tradicionalmente, atribuído à esfera privada (FREITAS, 2000). Nesse processo, a maternidade (que a autora enfatiza que não deve ser vista como destino das mulheres) atua, na verdade, como o “mote” para inserção delas na vida pública. Caminho próximo desse foi traçado por Perez (2010) ao estudar as Mães da ACAM (Associação Carioca de Assistência à Mucovissidose), uma associação que surge também com a organização das mulheres a partir de uma doença que atinge seus filhos. Em todos esses casos (e outros conhecidos), a figura materna surge enquanto elemento aglutinador de uma luta para proteger a vida e a memória de seus filhos.

Nós partimos nesse projeto exatamente do oposto. Abandonando práticas que sacralizam a maternidade, nos voltamos para as mulheres que negam – aparentemente – o destino materno. O

fato é que vêm ocupando lugar na mídia além dessa imagem de mães em luta, aquelas que são tratadas como “monstros” por abandonarem seus filhos. As imagens e falas desses casos vêm sempre envoltas numa atmosfera de espanto e horror. Como imaginar algo que parece negar a “essência” feminina, nosso destino? Como afirmamos:

Ser mãe possui uma dimensão crucial na vida das mulheres nesse mundo moderno. A constituição da família moderna – apoiada numa representação de gênero acerca dos papéis de homens e mulheres como necessariamente pais e mães – teve grande impacto na construção das identidades feminina e masculina e na definição dos espaços públicos como necessariamente masculinos, restando às mulheres, o mundo privado. Desde a mais tenra idade, nós mulheres, somos “treinadas” para sermos mães, como se esse fora um destino inexorável. Um destino que sempre, é importante registrar, foi transgredido por muitas mulheres. De qualquer forma, ainda que muitas mulheres ousassem e ainda ousem negar essa sina, a maternidade continua a ocupar um lugar de destaque nas representações socialmente construídas acerca das mulheres – e que repercute nas experiências vividas por estas. Como negar a culpa pelo chamado “filho que não deu certo”, pelo filho que não nasceu tão perfeito como gostaríamos ou morreu ou desapareceu sem que pudéssemos impedir (como se tivéssemos esse poder)? E a culpa se não conseguimos gerar um filho? Como negar a sensação de algo fora do lugar quando percebemos que às vezes também temos vontade de matar nossos filhos ou que não queremos tê-los ou que a maternidade – e a amamentação – não é uma realidade tão paradisíaca como pensávamos? O erro do sentimento é nosso? Quantas mulheres não se perguntaram algumas dessas questões². (FREITAS; et. al, 2009, p. 01)

Assim sendo, nesse universo tão contraditório, achamos necessário tecer algumas considerações sobre identidade feminina e, ao tratar de identidade feminina, achamos fundamental relembrar as imagens femininas ligadas à maternidade, como a “mater dolorosa” e a “musa”, por exemplo, pois é nesse momento, que nossos estudos, os estudos sobre “As Mães de Acari”³ (FREITAS, 2000) e “As Mães da ACAM-RJ”⁴ (PEREZ, 2010) se entrelaçam – quando percebemos que, de certa forma, estamos todas analisando as várias e múltiplas possibilidades no que diz respeito à identidade feminina e à maternidade.

2 FREITAS; et al (2009). Texto apresentado na Reunião de Antropologia do Mercosul, realizado na Argentina, em 2009, p. 01.

3 Movimento de mães que se uniram após terem perdido seus filhos de forma violenta e misteriosa em uma Chacina em julho de 1990 no Rio de Janeiro (FREITAS, 2000).

4 Movimento de mães, no Rio de Janeiro, que se reuniram para lutar pelo direito de seus filhos ao acesso à medicamentos indispensáveis e de custo muito elevado para o tratamento da Fibrose Cística (PEREZ, 2010).

As pesquisas sobre as “Mães de Acari” e as “Mães da ACAM-RJ” falam de um lugar chamado “maternidade”, mas não qualquer maternidade, e sim aquela que sofrer e que instiga a luta para a proteção de seus filhos. Este trabalho, também fala do mesmo lugar, só que, do seu lado avesso: a não-maternagem ou, a deserção da maternidade – o abandono. Optamos por trabalhar com este termo “deserção”, por entender que o abandono de um bebê não é um fato que se explica apenas como o ato de “abandonar/rejeitar” um filho; este ato consiste na deserção de tudo que envolve o cuidado com aquela criança. E quando dizemos “tudo” nos remetemos a todas as necessidades que envolvem o cuidado com a reprodução humana. Abandonar tem definições como: desamparar, repudiar, desistir, recusar, largar. Já a deserção, um termo mais conhecido no meio militar, traz consigo todo o peso dessa atitude: as culpas, os tabus, algo que se busca evitar, mas que em ultimo caso, por razões inerentes à história de cada um, acham necessário. A deserção, segundo algumas definições consiste: no ato de deixar a tropa sem autorização; numa trãnsfuga; na renúncia; no ato de abandonar um posto; na atitude própria daquele/daquela que se afasta de determinada coisa a que se estava ligado/a por dever ou por laço de natureza particular. Percebemos, desta forma, que ao abandonar um bebê, a mulher não está se “livrando” de uma criança, o seu filho, a questão é um pouco mais complexa. Ela está na verdade, abandonando todo o cuidado, toda a responsabilidade, toda a obrigação de prover meios para alimentar, vestir e educar essa criança. Por fim, ela não abandona uma criança. Ela abandona um papel, a maternidade. E ao abandonar esse papel ela carrega consigo a culpa, a culpa de se tornar uma desertora.

Por essa razão, nosso estudo trata de uma figura “incomum”, um estereótipo, um tabu para a sociedade moderna: a *mãe má*. Se novas figuras femininas têm sido percebidas através de lutas em nome de seus filhos, figuras essas, ainda vinculadas à imagem da “*mater dolorosa*” e da “*musa*”, outra figura, também tem sido desenhada no cenário brasileiro atual, só que esta, em nada se identifica com as imagens citadas e já conhecidas, a não ser, por sua oposição ou por sua transgressão. Não são as mães que sofrem por seus filhos ou que lutam por eles, são as que abandonam, as *mães más*. Fenômeno que possui uma história de longa duração em nossa sociedade.

Desse modo, esta dissertação se insere na área de estudos que busca pesquisar/identificar o processo de constituição de identidades para as mulheres, onde a maternidade exerce um papel fundamental. Mas não podemos nos esquecer que nossos valores se plasmam a partir de nossa inserção em termos de classe, de consciência, de modos de vida – a cultura. Quando pensamos em cultura não se pode perder de vista “nem a sociedade onde ela se gesta e que ajuda a construir num

mesmo processo; nem as pessoas onde ela se corporifica e que a pode transformar” (FREITAS, 2000).

Logo, o primeiro capítulo retoma as análises que concernem aos conceitos de gênero, maternidade e paternidade e aos mitos que envolvem esses termos. Bem como, a influência dos mesmos na construção de identidades femininas e sua representação na mídia, como um grande propagador de hábitos e costumes de nossa cultura capitalista ocidental.

No segundo capítulo discorreremos sobre a influência do abandono, como processo de longa duração histórica, nas criação/transformação de políticas de proteção à infância, bem como, a questão do abandono no período colonial. Para tanto, recorreremos à pesquisa de Venâncio (1999) que trata de forma muito detalhada sobre a questão do abandono no Brasil do período colonial. Assim sendo, percebemos, como esses casos de abandono tiveram influência no que podemos chamar das primeiras “*políticas para infância*” e como essa realidade já há alguns séculos, faz parte de nossa história e continua tão presente nos dias atuais.

O Terceiro Capítulo trata especificamente da pesquisa de campo. Neste capítulo, discutimos inicialmente, os procedimentos metodológicos desta pesquisa, os quais possuem caráter qualitativo, quantitativo e exploratório, dos casos de “abandono de bebês” veiculados na mídia jornalística, no período de 01/01/2008 à 31/12/2010. Em seguida tratamos da relação entre a mídia jornalística e o abandono; dos resultados e análises da pesquisa assim como, analisamos alguns casos pertinentes para análise desta pesquisa.

Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre as formas de proteção e des-proteção social de que são alvo as mulheres pobres e que podem resultar no abandono de bebês. Talvez, a partir desta análise, possamos refletir um pouco mais, sobre a responsabilidade de todos os atores sociais no ato de gerar e criar filhos.

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS, MITOS, MATERNIDADES E IDENTIDADES

“Quando ela viver para ela e por ela (...) encontrará o desconhecido.”

(Rimbaud)

A *saída*⁵ das mulheres para o espaço público revelou tensões antes restritas ao espaço privado: o lar, a família. Pensando a realidade brasileira, vemos que, como afirma Costa (2002), inúmeras práticas de *proteção primária*⁶ sob responsabilidade das mulheres, herança de um passado patriarcal, não só se revelaram, como permaneceram e ganharam novos contornos no atual cenário nacional. A grande novidade é que com essa *saída*, as mulheres tomaram consciência do lugar que ocupam na sociedade, dos lugares possíveis de serem ocupados e daqueles que realmente desejam ocupar (COSTA, 2002).

A modernidade, por sua vez, constrói, re-constrói, transforma e re-inventa novos modelos identitários, e também trás consigo o peso e a influência constante dos mitos, pois estes “fazem parte do nosso patrimônio cultural, deles estamos impregnados, involuntariamente, e os sugamos com o leite materno” (SERRURRIER, 1993, p. 61).

Dentre os mitos, um dos mais fortes e antigos é o mito da “boa mãe”, figura sacralizada e santificada com o surgimento da família moderna:

5 Cf. PERROT (1991).

6 Segundo Robert Castel (1998) a proteção social pode se estabelecer de forma primária ou secundária. No caso da proteção primária, essa se estabelece através de familiares, vizinhos, redes próximas de apoio na esfera privada já a secundária se dá, basicamente, através do Estado por meio das instituições.

Uma mãe é o espírito do sacrifício, o devotamento completo (...) Musa, presença segura, tranquilizante, a mãe não é somente inspiradora de poesia. É a própria poesia. Uma mulher que dá a luz com dores, uma mulher que segura seu filhinho pela mão, não é uma mulher como as outras. (HALIMI, apud: SERRURRIER, 1993, p. 62)

Junto ao mito da “boa mãe” também surge o mito do “amor materno”, naturalizando e generalizando o ato de maternar a todas as mulheres. Ao mesmo tempo, que esses mitos supervalorizam o papel feminino na família através do exercício da maternidade, eles também *engessam* as mulheres em uma única identidade possível, que só pode ser pensada e vivida através do ato de gerar e criar filhos.

Tais discussões podem nos despertar uma curiosidade saber do que seriam *capazes* as mulheres se não tivessem sido elas, biologicamente e desde o princípio, as responsáveis pela reprodução humana. Pois em todas as sociedades a maternidade enquanto ato de reprodução, ao menos co-existe com a possibilidade de escolha e a sua negação, ou a impossibilidade de gerar, ou a opção de não gerar, ou seja, haverá sempre um conflito entre a possibilidade biológica, a força que os mitos e seus discursos possuem de se perpetuarem e as escolhas pessoais, já que, infelizmente, “durante séculos essa tem sido a única leitura possível do corpo da mulher e da sua relação com o homem” (JOAQUIM, 1999, p. 169).

Desta forma, este capítulo irá retomar as análises que concernem aos conceitos de gênero, maternidade e paternidade e aos mitos que envolvem esses termos. Bem como, a influência dos mesmos na construção de novas identidades femininas; na conservação de antigas identidades e sua representação na mídia, por se tratar de um grande propagador de hábitos e costumes de nossa cultura capitalista ocidental.

1.1 Gênero; Maternidade e Paternidade

A maternidade tem sido para nós um tema familiar, mas quanto à paternidade, não podemos dizer o mesmo. A naturalização nos últimos séculos do cuidado e da responsabilidade com o trabalho reprodutivo enquanto um papel exclusivamente feminino, tem nos afastado de uma análise mais aprofundada acerca da paternidade e do papel do homem no âmbito da reprodução humana ou, do cuidado com os filhos. Qual tem sido o significado do papel do homem enquanto pai neste século e nos anteriores? A própria formulação da pergunta é, a nós, tão habitadas/os a fazer questionamentos acerca da maternidade, um tanto distante. Quanto à paternidade, o que sabemos sobre ela?

Vejamos então como os termos “paternidade” e “maternidade” têm uma formação de longa duração histórica, passando por variações de significado e peso enquanto papéis sociais influenciados pelos mitos e valores de cada tempo e lugar.

Segundo Gomez (2000) os gregos não só queriam negar a maternidade, mas também a própria existência das mulheres. Isso pode ser percebido no “mito de Pandora”, que nos fala de um tempo em que as mulheres não existiam e os homens viviam felizes sem elas. Segundo a autora, Pandora -a primeira mulher- surge como um “artefato”, fabricada por Zeus com terra e água. Junto com Pandora “se inicia para os gregos o conceito de “raça das mulheres”, ou seja, a idéia da mulher como pertencendo a um grupo separado, a uma tribo, a uma raça maldita que será excluída da polis grega e do direito de cidadania” (GOMEZ, 2000, p. 53) em uma sociedade já formada, constituída por homens, os quais se subtendem, não precisaram da figura feminina para existir.

Diversos mitos demonstram que os gregos preferiam excluir a mulher da reprodução⁷:

É isto o que expressa a tragédia A Orestéia, do poeta trágico Ésquilo, que se inscreve como mito fundador do pai e que marca a instauração do patriarcado no Ocidente, ou seja, a substituição da evidência da filiação materna pela certeza da filiação masculina (Freud, 1939; Laqueur, 1990; Loraux, 1990). O cenário desta tragédia é uma guerra real que houve entre gregos e troianos e os protagonistas, uma família real, cujo pai era Agamenon, sua esposa Clitemnestre, e os três filhos – Ifigênia, Electra e Orestes. Agamenon sacrifica sua filha Ifigênia, oferecendo-a em sacrifício para poder ganhar uma batalha decisiva. Para vingar a morte de sua filha, Clitemnestre o mata; Orestes, por sua vez, para vingar a morte de seu pai, mata sua mãe. Ao ser acusado pelo Corifeu de matar a mulher que o trouxe ao mundo e o amamentou, Orestes nega qualquer laço com ela. (GOMEZ, 2000, p. 53)

De acordo com a autora, é nesse momento que “intervém o deus Apolo em defesa de Orestes, proclamando que o único pai verdadeiro, quem realmente engendra, é o macho e não a

7 “O mito de autoctonia diz que os filhos nascem da Terra (Géia) e não de uma mulher: a deusa Atena figura como a filha do pai, que nasceu do cérebro de Zeus e não teve mãe; o mito de Pandora diz que ela nasce num tempo posterior, quando já existia uma comunidade de homens que ninguém sabe como nasceram, mas que estavam aí, vivendo felizes e sem problemas graças à ausência de mulheres. Isso no nível do mito, do desejo, do sonho, porque a realidade mostrava que essa denegação do feminino não poderia ser levada até as últimas conseqüências, pois, de fato, a cidade precisava delas para se reproduzir. E já que é preciso reconhecer-lhes um papel na reprodução – e o corpo feminino é uma expressão clara de sua participação nela –, melhor então, impor-lhes o discurso do deus Apolo, que reduz ao máximo sua intervenção” (GOMEZ, 2000, p. 54).

fêmea”. Por fim, na filosofia, Aristóteles transforma as palavras do deus Apolo, na defesa a Orestes, numa linguagem supostamente mais racional que os mitos:

Ele foi o pensador grego a assumir a posição mais radical contra a mulher e queria, como homem de seu tempo, eliminar a crença na partenogênese feminina e substituí-la pela partenogênese masculina. Com ele, a idéia representada nas palavras do deus Apolo começará a adquirir forma de teoria, cujo objetivo será explicar, através dos critérios que naquela época eram considerados “científicos”, que o verdadeiro gerador era o homem e que a mulher não era mais que um corpo onde o homem depositava o germe para que ela o alimentasse e o conservasse. (GOMEZ, 2000, p. 54)

Gomez (2000) explica que o que esse mito e o pensamento de Aristóteles revelam é que, junto a origem do patriarcado, surge atrelado a ele, uma concepção sobre reprodução, extremamente oposta àquela que vigorou durante o longo período desde o paleolítico até o século V a.C. Nessa época anterior, como observa Badinter (1985), existia o culto à grande e fértil deusa-mãe que havia engendrado o universo sozinha e se pensava também que as mulheres, do mesmo modo que as deusas, tinham os filhos sozinhas, sem intervenção do homem, através da inserção do feto em seus corpos depois de um contato com algum objeto ou animal do cosmos. A autora questiona essa concepção que implica atribuir todo o poder ao sexo feminino em detrimento do masculino – recaindo numa dualidade – bem como numa concepção que coloca o poder das mulheres sempre como anterior, antecedendo o dos homens, podemos dizer.

Desta forma, podemos constatar que os valores e significados que envolvem os termos “paternidade” e “maternidade” estão, não só, permeados pelas influências de cada cultura em cada tempo histórico, como também e de maneira muito forte, estão constantemente fazendo parte de *jogos de poder*. Principalmente, quando se tem em vista os primeiros trabalhos científicos⁸, em sua maioria de caráter sexista e a preocupação, relativamente recente, com as questões e desigualdades entre os sexos com os estudos de gênero.

Já no século XIX (principalmente nos anos setenta) movimentos feministas desencadeados nos Estados Unidos e em alguns países europeus, mas, principalmente, novas pesquisas acadêmicas contribuiriam para alterar substancialmente algumas concepções, mitos e estereótipos antigos sobre as mulheres. Esses trabalhos, chamados de “Estudos da Mulher” submetem esses mitos e estereótipos a exames críticos aprofundados, questionando as opiniões tradicionais sobre homens e

⁸ Cf., por exemplo (ainda que fuja um pouco a nossa discussão), o interessante texto de Silvia Alexin Nunes, “A medicina social e a questão feminina”, *Revista Physis*, nº 1, vol. 1, Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1991.

mulheres, iniciando assim, um estudo inédito com temas nunca antes estudados no espaço acadêmico (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.13).

Muitas pesquisas realizadas no passado, cujas conclusões foram consideradas válidas para ambos os sexos, haviam sido concebidas a partir de uma perspectiva androcêntrica e tiveram que ser reconsideradas. (...) Uma vez que esses estudos se limitavam, basicamente, à visão masculina, o conhecimento resultante à respeito do mundo da política, da economia e até mesmo, da família – que era vista como um espaço feminino – era também parcial e limitado. A maior parte das pesquisas conduzidas a partir desses antigos modelos, servia, na verdade, para racionalizar, justificar e muitas vezes, até criar as desigualdades entre os sexos. (ROCHA-COUTINHO, 1994, Pág. 24).

Vejamos por exemplo, o período chamado das “Luzes” onde a razão justificava a liberdade dos homens. Neste período, as mulheres foram colocadas em igualdade com os animais, que não possuíam razão e, portanto, não eram livres. Ainda neste período, Rousseau propõe uma educação que conduzisse à autonomia, mas somente para os homens, “não devendo ser cultivado nas mulheres qualidades masculinas, já que a mulher é feita essencialmente para agradar o homem e obedecer-lhe também” (SOIHET, 1997).

Nos séculos XVIII e XIX, novas descobertas sobre os órgãos sexuais masculinos e femininos, são utilizadas para justificar o *lugar* de cada sexo na sociedade: a esfera privada para a mulher e a pública para o homem. Em seguida a medicina social afirma que, por razões biológicas, a fragilidade e o recato, por exemplo, são características femininas.

Desde então, muitas lutas tem sido travadas por mulheres, movimentos feministas, filósofas, escritoras, acadêmicas, artistas, entre outras, no sentido de desmistificar essas teorias que reprimem as mulheres e lhes determinam um *lugar* específico e inerte na sociedade. Buscando compreender, como se dão as formas dessa opressão e como elas são sumarizadas nas relações de dominação. (SOIHET, 1997).

Os novos “Estudos sobre a Mulher” e o resgate que tem sido feito, tanto no Brasil, como a nível mundial, da produção feminina, coloca em evidência “o quanto esta história e a própria história da humanidade se empobreceram por não terem dado o devido valor a estas vozes” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 24)

Esse esforço conjunto desenvolvido por pesquisadores de diversas áreas do saber que elegeram a mulher como objeto de estudo aumentou nossa consistência de processos sociais e culturais extremamente complexos, outrora ignorados. E, ao mostrarem a importância de se incluírem também o homem no bojo de seus

trabalhos, os Estudos da Mulher converteram-se, recentemente, na maioria das universidades européias e norte-americanas em Estudos de Gênero. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 16)

Para a compreensão do conceito de gênero é necessário compreender a estreita ligação entre o social e o biológico. Sua constituição se dá através de múltiplas relações permeadas de conflitos e disputas de poderes. No caso das mulheres, o poder que as sociedades têm exercido sobre elas, tem refletido, ao longo de sua história, em atitudes, gestos e até formas de perceber o mundo (BOURDIEU, 1996).

O trabalho de Soihet (1997) analisa as representações femininas ao longo da história e como elas influenciaram na naturalização de um comportamento estabelecido como feminino. Os discursos restritivos da liberdade da mulher, que tomaram força no século XIX, evidenciaram discursos distintos “do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher” caracterizando o que Bourdieu (1996) vai chamar de “Violência simbólica”⁹.

A distinção entre gênero e sexo existe e se faz necessária. A utilização do conceito de gênero ajuda a desnaturalizar características tidas como femininas ou masculinas e evidenciar a realidade de que elas são construídas socialmente. O nome da historiadora Joan Scott (1990) é central para nos aproximarmos de uma definição do conceito de gênero. Segundo esta autora, gênero deve ser entendido enquanto um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e também como uma forma primeira de significar as relações de poder. As relações de gênero ao atuarem no cotidiano das pessoas – tanto homens como mulheres – criam representações que são repassadas socialmente como naturais, e são enraizadas nas concepções e percepções de mundo e reproduzidas no imaginário tanto feminino quanto no masculino.

É importante também a advertência de Louro (1996), que gênero deve ser entendido como uma construção histórica que supõe pluralidades, ou seja, compreender que não apenas diferentes

⁹ Entendemos ser muito útil a noção de violência simbólica, elaborada por Pierre Bourdieu (1996) para refletir acerca do conceito de gênero – e da violência dele decorrente e que atinge homens e mulheres. Através do conceito de violência simbólica podemos compreender a “submissão” que a priori surge como característica das mulheres. O fundamento desse conceito “reside nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, e o que mais a identifica é o fato dos dominados (e também os dominantes) não perceberem sua existência” (FREITAS ; BRAGA, 2010, p. 12). Ou seja, a dominação não é sentida enquanto um ato de dominação, ela é naturalizada. É importante ouvir também, nesse sentido, as reflexões de Rachel Soihet (1997) que reconhece que ainda que as mulheres majoritariamente tenham se vergado a essa submissão, muitas outras mulheres ousaram subverter essa dominação. Por isso, para esta autora e também Bourdieu (1996) confirma isso, é sempre importante trabalharmos com a noção de resistência quando falamos de mulheres.

sociedades têm diferentes concepções do que é ser homem e mulher, como também que no interior de uma mesma sociedade tais concepções se modificam no correr do tempo. Significa igualmente que essas concepções se diversificam conforme a classe, a religião, a raça, a idade. Uma dimensão importante no trabalho com este conceito é entendê-lo como necessariamente transversal.

Para Breilh (2003) a concepção de gênero junto com outras variáveis sócio-culturais, é um marco teórico fundamental para a explicação das relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. Esta análise obriga, de certa forma, repensarmos e redefinirmos o *lugar* das mulheres na sociedade, na distribuição sexual/social do trabalho, na família, nos movimentos sociais, e gerar práticas e teorias que contribuam para uma ruptura com as concepções hegemônicas de poder e sua distribuição em todas as esferas da vida.

La sociedad en la que vivimos, se caracteriza por múltiples desigualdades, las cuales tenemos que estudiar, analizar, y a su vez buscar formas activas y coletivas de transformación. Cuando hablamos de emancipación, debemos abarcar todas las dimensiones existentes de opresión, - de clase, de género y etnia – como un proyecto global de transformación. (BREILH, 2003, p. 39).

Da “tomada de consciência de gênero” de que fala Perrot (1991), é que vão surgir as tensões e, conseqüentemente, as mudanças no universo feminino. Os sonhos e os destinos tidos como naturais e ideais para as mulheres não mais o são, talvez nunca tenham sido, pelo menos para todas as mulheres, enquanto sujeitas dotadas de múltiplas e singulares personalidades.

Quando falamos em ruptura com concepções hegemônicas e emancipação, no que concerne às mulheres, é importante que seja lembrado o fato de que, essa naturalização dos papéis atribuídos às mulheres de que falam os estudos de gênero, principalmente quando nos remetemos à maternidade, provoca uma invisibilidade que interfere até os dias atuais na regulação dos desejos das mulheres e de suas vidas. E, neste caso, “implica a aceitação da invisibilidade pessoal ao preço da sacralização da função” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 16). O *sagrado dever* feminino de matinar.

No Brasil, os higienistas e as influências das novas ciências, foram responsáveis por essa mudança da *visão* da maternidade como uma obrigação para este ato de dedicação e amor *espontâneos* que persiste até os dias atuais – grifamos *visão* para enfatizar, lembrar, afirmar, até mesmo para nós, a não-naturalidade do ato de matinar *espontaneamente* com total zelo e dedicação; pois entendemos ser muito difícil nos libertarmos das *amarras* dos costumes e valores de

nosso tempo e lugar, mesmo que para uma análise científica, numa tentativa de frisarmos que é um modo de enxergar a realidade e não, a própria realidade.

No caso brasileiro, o processo de modernização que ocorreu dos costumes e hábitos com a vinda da família real portuguesa no século XIX para o Rio de Janeiro, influenciou também o comportamento feminino. Médicos higienistas tornaram-se fundamentais no controle da sexualidade feminina, o que possibilitou um *poder* maior sobre o comportamento feminino que o *pater familias* exercia até então (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 88).

Discursos carregados de mitos como o “instinto do amor materno”, que iremos tratar ainda neste capítulo, e conceitos baseados em análises androcêntricas da realidade vão reforçar o discurso higienista sobre a mulher e a maternidade. Se por um lado as influências desse discurso possibilitaram certa liberdade feminina no que concerne à opressão do *pater familias*, por outro, reinventaram novas formas de exercer esse controle sobre as mulheres. O amor materno, segundo os higienistas, era instintivo e espontâneo a todas as mulheres e o cuidado com os filhos, sua principal preocupação, e aquela que agisse de outra forma, era acometida pela culpa e vergonha, por isso, todas buscavam se enquadrar nesses moldes.

Ao estudarmos a maternidade, suas características e formas neste século e no passado, suas transformações e influências, percebemos também o quanto ela tem sido determinante para a formação de uma identidade feminina naturalizada e intrínseca na nossa sociedade que condiciona o fato de ser mulher à maternidade e, tudo mais que se opõe a ela, não passa da negação ou transgressão de sua natureza feminina.

É a partir da leitura de P. Ariès (1981), que aprendemos que no início do século XVIII, com o surgimento da escola, da preocupação com a privacidade e igualdade entre os filhos, da manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento da família sendo valorizado pelas instituições sociais, principalmente a igreja, é que começa a se desenhar o perfil de família que hoje conhecemos e aprendemos a pensar como universal, sem atentar para a sua construção social.

O surgimento da família moderna é associado à separação entre o mundo privado e público – um mundo para as mulheres e outro para os homens. A valorização do casamento, da família e das crianças (como finalidade do casamento) fez com que ser mãe se transformasse num dos principais papéis para as mulheres (assim como ser pai – e provedor material – se transformou no “destino” dos homens). Ao trabalhar com a noção de gênero não podemos deixar de assumir uma perspectiva relacional; assim, entende-se que falar de mães significa necessariamente de pais.

Sabemos que no século XIX, inicia-se nas grandes cidades brasileiras, um novo costume incentivado pelos médicos: os filhos passam a ser a figura central da família e o amor e a dedicação dos pais por eles e para eles é incentivado pelos higienistas (na verdade, seguindo um caminho traçado internacionalmente). Surge, nesse momento também, a figura de um pai, que já não possui mais o poder absoluto como patriarca: controlador, provedor, dono. E passa a ser exigido culturalmente uma nova função de pai, o chefe de família: responsável pelo bem-estar e felicidade da família (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 91).

A vida cotidiana dos homens e das mulheres brasileiras nesse período começa a sofrer mudanças. Tudo começa a “girar” em torno dos filhos: casamento, trabalho, preocupação com a moral e o exemplo; preocupação com o futuro e com a incapacidade de conseguir prover e cuidar dos filhos como *os bons hábitos* recomendam. Atrelado a esses novos modelos de mãe e pai, vem também novas culpabilizações quando este ideal não é atingido.

Ser mãe, nos dias atuais, acima de qualquer outra coisa, seria: entrega, dedicação, sacrifício e dor; é, por muitas vezes, esquecer-se de si própria e só pensar no outro, no filho, em seu bem-estar. Como podemos dizer então, que tudo isso não configura uma “verdade”? E que esse “*novo papel*” é apenas uma construção social muito conveniente? Se até mesmo a pesquisadora, certamente, está *carregada*, absorvida, por esses valores e luta constantemente para ser o mais imparcial possível neste trabalho. Talvez, o mais importante dos estudos que se referem às mulheres e à maternidade seja, não a negação dessa nova maternidade, que acredito, não seja o interesse. Mas sim, a compreensão de que esta maternidade não é, de maneira alguma, natural e comum a todas às mulheres e principalmente: outros sentimentos, não tão nobres, convivem cotidianamente com esse ato tão generoso de entrega, sentimentos como a raiva, a angústia e o egoísmo.

Assim, é importante entender a maternidade como uma experiência necessariamente contraditória, que abarca tanto o desejo, como a negação. Segundo Freitas, a definição mesma da maternidade já é ambígua: “esta, tanto pode ser entendida enquanto um momento datado, a gravidez; como uma ação em longo prazo, envolvendo a maternagem e a educação. Quando terminam os “deveres” de uma mãe? Quando coloca no mundo o embrião ou quando este se transforma num adulto educado e capaz de garantir sua própria sobrevivência?”. E citando a própria Badinter, podemos afirmar que “*a função materna, levada ao seu limite extremo, só terminaria quando a mãe tivesse, finalmente, dado à luz um adulto*” (1985, p.20).

O que se quer destacar é que vários são os discursos que ressaltam a centralidade da maternidade na formatação da identidade feminina. A Igreja identifica na figura de Maria o ideal de

mulher; na medicina, é a maternidade que define o que é ser mulher, na psicanálise também a figura de um filho – e por implicação da maternidade – é que completaria a mulher. Esses são alguns discursos que aturam – e ainda atuam – na construção de um papel para a mulher, fazendo com que a maternidade passe a abranger uma dimensão não apenas natural, mas também divina e social (BERRIOT-SALVADORE. In: Perrot e Doba, 1991, Vol. 3).

Outro aspecto importante é ressaltar que ao falarmos das mães de baixa renda, não podemos deixar de levar em conta a questão objetiva da falta de condições para criar os filhos, o que pode tornar a maternidade, um privilégio de classe. Outra questão enfatizada por Freitas (2000) tomando por base os textos de Lucila Scavone, é o fato das chamadas funções maternas ocuparem a maior parte do tempo das mulheres, dificultando ou mesmo impedindo a participação delas em outras esferas do social e, muitas vezes, do próprio prazer da relação com as crianças.

Desmistificar a maternidade apresentando um olhar mais realista e menos *apaixonado*, certamente, fará com que possamos compreender melhor sua natureza *humana*, e como tal, sua imperfeição. Pois as mulheres, mesmo as que escolhem esse ato de dedicação tão complexo e por vezes contraditório, o ato de matinar, tornam-se vítimas dos mitos que atribuem à maternidade características tão divinas e inatingíveis. Não menos conhecidos são os trabalhos sobre as culpas e angústias femininas por não terem sido capazes de atingir este ideal.

Reconhecer a natureza humana e imperfeita da maternidade é tão importante quanto nos adaptarmos a desvincular a maternidade da condição feminina. É evidente que por muitos séculos a mulher só foi vista e reconhecida enquanto reprodutora e mãe, mas, nos dias atuais, temos discussões já muito enraizadas que nos permitem tratar de dois temas diferentes e inerentes: mulher e maternagem. Ser mulher, não significa: querer, desejar ou saber, ser mãe e, gerar um filho, também não significa: querer, desejar ou saber, matinar. São coisas distintas, são coisas, *dis-sociáveis*.

Iremos perceber que essa *dis-sociação* é possível ao tratarmos no item seguinte sobre o “mito do amor materno” com o objetivo de percebermos a força que determinados discursos podem ter sobre o comportamento de uma sociedade e de seus atores.

1.2 Amor Materno: um mito?

Assim com Badinter (1985) inicia o prefácio à edição de bolso do seu livro “Um Amor Conquistado: o mito do amor materno”, também começo este tópico. Ela afirmava, então, que a maternidade, ainda na década de noventa, era um tema considerado por muitas pessoas, sagrado, e que, por essa razão causava e, confirmamos, ainda causa muitas discussões “apaixonadas”.

Do ponto de vista de Motta (2001), os mitos, além de fazerem parte do patrimônio cultural de um povo, alguns, como o do amor materno, surgiram para atender a interesses econômicos e sociais de uma determinada época e foram influenciados pelas políticas de gênero vigente. Na tentativa de desmistificar essas verdades relativas à mulher enquanto “ser pré-destinado à maternidade”, recorro às constatações da pesquisa de Badinter (1985) que nos darão uma idéia de como era a condição da criança no século XVIII e que lugar ela ocupava na família desta época, conseqüentemente, que posição ocupava a mulher nesse contexto e até que ponto era relevante a figura da “boa mãe”.

Freitas (2000, p. 125) também estudou alguns mitos, algumas imagens maternas. Como afirma essa autora, a maternidade é uma categoria central na problematização das relações de parentesco; contudo, “a imagem da mãe é contraditória, a mãe que alimenta, que dá abrigo é a mesma que briga, que faz coisas que, às vezes, parecem incoerentes como os maremotos e os terremotos (mães também são temperamentais!)”. Seguindo o raciocínio dessa autora, vemos que é clássica a utilização do mito de Antígona para refletir acerca da suposta dicotomia entre razão e emoção – entre o bem público e o mundo privado, entre homens e mulheres, entre Creonte e a própria Antígona. Mas Freitas destaca algumas figuras de mães: Deméter que destrói a vida na terra até que lhe devolvessem sua filha; Clitemnestra e toda a tragédia que tem se inicia quando seu marido entrega sua filha para a morte (e que termina com sua própria morte perpetrada pelo seu filho, para vingar o pai).

Em nossa sociedade ocidental, é central a figura de Maria e Eva. Afinal, para sair da degradação a que se condenara Eva, só caindo em seu extremo oposto: Maria – uma mãe que reabilita a imagem feminina e propicia a salvação das mulheres. Segundo Freitas (2000), Maria possui um papel muito preciso na chamada “economia da salvação” – termo que ela toma de empréstimo à Dalarun (apud FREITAS, 2000). É importante refletirmos um pouco mais sobre Maria porque não podemos esquecer que o culto marianista é forte no Brasil. Vejamos: se Eva é a responsável pela morte do Salvador; Maria chega trazendo a vida – é dessa forma que Maria reabilita a figura feminina. Embora, é válido ressaltar que a imagem de Maria pode servir como exemplo, mas também constitui uma exceção, “já que era mãe e virgem” – isso faz com que o

exemplo de Maria se transforme num ideal inacessível. Como afirma Freitas, o chamado “desafio mariano” é permanecer virgem e pura. Para quem não consegue isso, o que restaria? Resposta: o casamento, a obediência ao marido e, como aspecto central: a maternidade. Outra imagem recorrente – e também negativa – que envolve a figura feminina seria a da feiticeira, a bruxa: a mulher com poderes ocultos que encanta e seduz os homens e conhece todos os mistérios da natureza. Sempre imagens que aproximam, a nós, mulheres, do terreno do irracional, do mágico, do sentimento – colocando-nos, novamente num terreno de dicotomias tão pouco produtivas.

Freitas (2000) considera importante ouvir esses mitos porque “retratam imagens que, efetivamente, foram frutos da imaginação de mulheres e homens em determinados momentos históricos e que, ainda hoje, possuem a força de nos fazerem refletir sobre nós mesmos” e se pergunta: “afinal não seria essa a ‘função’ dos mitos?” (p. 126). A questão é que os vários saberes socialmente existentes constroem uma imagem para as mulheres e nesta imagem, a dimensão materna é central. O que se deseja enfatizar aqui, talvez seja, na verdade, uma *figura* de mãe, uma figura que talvez não seja maioria, mas que existe e que precisa ser compreendida.

Retomaremos então, os hábitos dos pais em relação aos seus filhos em períodos anteriores para podermos refletir sobre a atual realidade da maternidade.. Badinter (1985) analisa a condição das crianças no século XVIII usando como referência a França e a Inglaterra, também pela razão de seus costumes serem copiados pelos outros países. Aponta dados que comprovam que nesta época mais de noventa por cento dos bebês nascidos em Paris, eram entregues aos cuidados de amas, em sua maioria longe da casa dos pais, em cidades do interior onde só veriam as mães após alguns anos. Ainda revela que esse hábito era ainda mais freqüente nas camadas populares, o que comprova que se tratava de um costume da época e não de uma regalia dos mais ricos.

A mortalidade de crianças em casa de amas demonstra algo que pode ser visto como desinteresse dos pais e ausência do amor das mães por seus filhos, já que a mortalidade das crianças que eram entregues a amas era conhecidamente muito alta e que, por vezes a mesma mãe perdia vários filhos na casa de uma mesma ama e Badinter (1985) questiona se isso não seria uma espécie de “aborto” já que mandar um recém-nascido para cidades distantes e, em sua maioria, residências insalubres e amas descuidadas ou até mesmo muito atarefadas e com muitas outras crianças para cuidar e alimentar devido suas necessidades econômicas, não seria condená-las à morte. Essas atitudes certamente estão muito distantes do “incontestável” amor materno, demonstrando que este sentimento é, na verdade, muito contestável.

O olhar sobre a criança no século XVIII também pode ser descrito, de acordo com Badinter (1985), por vários sentimentos relacionados à infância e identificados pela autora em sua pesquisa, como por exemplo: o medo, o qual foi constatado numa frase de Santo Agostinho que em uma de suas reflexões cita: “logo que nasce a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original”, de fato, antes do século XVIII a filosofia e a teologia demonstravam esse sentimento acerca da infância. Por outro lado, para os pais, a criança também demonstrava ser um estorvo, que se colocava entre os pais e também entre sua vida social. Já o desprezo, foi constatado pela autora em diversos momentos: na relação fria dos pais com seus filhos; no desinteresse da medicina em tratar crianças e sua intensa dedicação em aumentar os dias de vida de pessoas já idosas; e também na quase total ausência da criança na literatura.

Em sua análise, revela que esse modelo atual de família onde a criança é o centro das atenções e priva de total liberdade com os pais, bem como no que se diz respeito à intimidade e ao afeto entre pais e filhos, fica muito distante do modelo da família do século XVIII, essa relação era mais fria e distante anteriormente, revela inclusive que essa frieza é muito bem observada na ocasião da morte de crianças na época, a própria sociedade não via com bons olhos o fato de um adulto chorar pela morte de “um ser tão inacabado” como eram vistas as crianças no século XVIII. Porém, isso não afirma necessariamente a inexistência do amor materno. Mas, ao contrário, tenta desmistificá-lo. Assim como, não implica em dizer que as mulheres não possuem amor materno, mas que, na verdade, esse amor não ocorre necessariamente em todas elas, e da mesma maneira, e de forma tão clara e perfeita.

Badinter (1985) também constata que, na família do século XVIII a criança era de três formas abandonada e ignorada por seus pais: o primeiro ato de abandono consistia em entregá-la logo ao nascer nas mãos de uma ama, já deste momento inicia sua solidão e distancia dos pais, bem como seus inúmeros riscos de vida; num segundo momento aquelas que sobreviviam e por volta dos cinco anos retornavam a casa dos pais, eram entregues aos cuidados de uma governanta, se fosse menina, ou de um preceptor, caso seja menino, ambos seriam responsáveis pela sua educação e, por fim, por volta dos dez anos de idade, a criança é mais uma vez afastada do seu lar e dos pais que os enviam para internatos, os quais começaram a surgir na Europa no século XVII, onde ficarão até a fase adulta quando irão retornar para a casa dos pais e finalmente casar.

Conseqüentemente, após um longo período de descaso e desinteresse com a infância, de acordo com a pesquisa de Badinter (1985), as conseqüências foram dramáticas: elevados índices de mortalidade infantil chamaram a atenção das sociedades francesa e inglesa e, ao final do século

XVIII iniciaram uma mudança das mentalidades das famílias em especial das mulheres atribuindo-lhes o então, hoje tão conhecido, amor materno, exigindo da mulher a responsabilidade pela vida e bem estar da criança, desde seu nascimento amamentando-a e depois a educando em casa, através de um sentimento que somente a ela seria “incontestavelmente” comum “o amor materno”, esse papel se fez cômodo para resolver o problema das altas taxas de mortalidade e, assim, foi atribuído às mulheres como algo instintivo, inerente a sua natureza, e constantemente divulgado através de discursos que diziam da importância da população para um país; bem como da nova filosofia de igualdade e felicidade individual.

A autora observa que os argumentos utilizados para convencer as mulheres eram inúmeros, o que demonstra que muitas delas não desejavam essa responsabilidade, que era constantemente disseminada por Rousseau e seus sucessores, que viam a necessidade de orientar as mulheres acerca do que chamavam dos “deveres da maternidade” cuidados como (amamentação, higiene e educação) mesmo assim, ainda havia mulheres ricas que preferiam se isentar desse trabalho e davam seus filhos aos cuidados de amas.

A conclusão de Badinter (1985) é que, qualquer pessoa pode maternar, não impreterivelmente a própria mãe, assim como, não é apenas o amor que faz a mulher cumprir essa função de maternar, mas também, as regras da sociedade, a religião e a moral.

As constatações de sua pesquisa nos instiga à refletir se o amor de uma mãe por um filho é mesmo algo comum a todas as mulheres, espontâneo, natural e pré-existente ou, uma construção a partir de uma relação diária de cuidados, dedicação e pré-disposição para maternar que, por sua vez, são valores simbólicos perpetuados por uma sociedade em um dado momento histórico e que, podem ou não, se manifestar em algumas mulheres.

Porém, na tentativa de naturalizar amor o materno, a palavra *instinto* é sempre recorrente quando se trata da relação de uma mãe com seu filho, ela é colocada para definir a *vocação natural* das mulheres à maternidade, no sentido de que é algo comum e pré-existente em todas elas, ou seja, um “instinto”.

Ora, segundo a lógica de Badinter: se somos seres racionais e, portanto não agimos instintivamente, apenas temos algumas influências hormonais que também não se dão da mesma maneira para todas, não seria o amor materno mais um de nossos sentimentos dos quais poderemos desfrutar, ou não? Não estaria ele também submetido a tantos outros sentimentos como o egoísmo, a revolta e a própria negação?

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos ele talvez não esteja inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. (BADINTER, 1985, p. 22).

Desde que foi atribuída “incontestavelmente” a responsabilidade da nutrição e educação dos filhos às mães, passou a se perpetuar no imaginário de toda sociedade do século XIX duas figuras predominantemente femininas: a figura da “boa mãe”, que zela por seus filhos, cuida de sua alimentação e educação; e a figura da “mãe má”, ‘ausente, incapaz ou indigna’, acusadas de não amarem seus filhos, de serem egoístas por não se dedicar na sua educação ou por trabalharem fora – imagens vistas como mutuamente excludentes (não podendo existir, dessa forma, os sentimentos contraditórios que podem habitar todos os sujeitos). Logo, a responsabilidade da mulher aumentou enormemente com as mudanças na forma de pensar dos intelectuais no final do século XVIII e sua incumbência de propagar a imagem da “boa mãe” e do instinto do amor materno, em contrapartida, viu-se o afastamento da figura paterna no concerne à responsabilidade na criação e educação dos filhos.

Badinter (1985) conclui, num capítulo que intitula de: “As distorções entre o mito e a realidade”, que Freud também contribuiu em sua psicanálise para a consolidação de uma figura feminina que se encaixasse nos moldes que a sociedade moderna reproduzia como necessários para ser uma “boa mãe” e uma mulher “virtuosa”. Como também assinala Freitas (2000), o século XX aumentou o fardo das mulheres,

(...) tornando-as responsáveis pela educação de sua prole e auxiliares diretas do discurso médico. O estudo da procriação conduz a uma valorização do papel feminino que passa a ser responsável não apenas pelos cuidados pós-natais com os filhos, mas também pela formação e desenvolvimento do embrião. Exaltando-se a maternidade, exalta-se também a responsabilidade das mães pelos seus filhos - que culminará no século XX, com o apoio da psicanálise, segundo Badinter, no conceito de culpa materna. (FREITAS, 2000, p. 138).

A mulher passa a ser responsável pelo desempenho dos filhos, como também se sentirá culpada pelos fracassos destes. Porém, mais tarde, um novo discurso feminista veio se contrapor, lutar e mostrar que, na realidade, outros papéis femininos eram possíveis e desejados.

1.3 Identidade feminina; mídia e mitos

A sociedade patriarcal tem na dominação tradicional seu estatuto de legitimidade. Nesse modelo de sociedade, o poder decisório é, geralmente, regulado pela tradição ou depende do arbítrio do senhor. Essa situação perdurou durante muito tempo, porém, com o avanço das condições econômicas, sociais e culturais, com a evolução das discussões sobre o sujeito feminino e sua identidade e com o reconhecimento de práticas discursivas fundamentadas na desconstrução de um “binarismo androcêntrico” (LEAL, 2007), a posição da mulher foi se transformando gradativamente.

A passagem da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, não se fixando apenas na história da vida cotidiana. Ao contrário, ela pontua traços-chave que vão desde as relações de produção até a construção de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade e as identidades pessoais (ROCHA-COUTINHO, 1994). Desta mudança surge o novo tipo de contrato matrimonial, o “casamento por amor”, o que ocasiona diversas mudanças nas relações interpessoais da família. E, por consequência, a “Revolução sentimental do século XVIII” (SHORTER, 1975), o surgimento do amor materno, do amor conjugal e do sentimento doméstico de intimidade, onde a família vai centrar-se na figura da “mulher-mãe”. Essa centralização da família burguesa moderna na figura do que Rocha-Coutinho (1994) chama de “mulher-mãe”, terá inúmeras consequências nas diversas estratégias de controle da sociedade sob a vida sexual, afetiva e social das mulheres.

Em um contexto em que a maternidade ganha novos contornos, do século XVIII em diante e, conseqüentemente os papéis femininos também foram se moldando a essas novas exigências, outras tensões, inerentes as identidades femininas e a experiência da maternidade, também vão emergir:

(...) se as mulheres interiorizavam os preconceitos e estereótipos de uma sociedade machista e androcêntrica, o fizeram porque nesse projeto encontraram benefícios e compensações. Sua revanche traduziu-se numa rede forte de micropoderes em relação aos filhos e num arsenal de saberes e fazeres sobre o corpo, o parto, a sexualidade e a maternidade. (...) No entanto, as marcas desse jogo no qual se abria mão de alguma coisa para se auferir outra, permaneceram junto com os estereótipos. A ambigüidade dessa situação faz com que a tradição e a sabedoria popular até os dias de hoje se pronunciem sobre a maternidade com imagens entre o riso e as lágrimas. (DEL PRIORE, 1995, p. 335)

Ao passo que inúmeras transformações vinham acontecendo inerentes ao universo feminino e à maternidade, ao contrário dos sujeitos e da família feudal. A família burguesa moderna vai conviver com um novo ator social:

O século XIX vai ser palco da inauguração de um fato totalmente novo no mundo ocidental moderno: os meios de comunicação de massa. Do mesmo modo, pode-se dizer que a nova sociedade oriunda da Revolução Industrial vai já muito precocemente ser atravessada pelos *media*. (SALES; RUIZ, 2009, p. 33)

Fairclough (1997) chama a atenção para a possibilidade de identificação de ordens de discurso em nível global. Em decorrência de uma nova ordem econômica, os mercados e principalmente os sujeitos, passam por profundas transformações que implicam mudanças políticas, culturais e tecnológicas. Segundo o autor, essas transformações influenciam não só externamente, mas principalmente a intimidade dos sujeitos modificando suas vidas e seu modo de ser. Por mais rápido que seja o processo de transformação dos sujeitos haverá sempre um descompasso em relação à evolução global que dificultará na construção de sua identidade. Desta forma homens e mulheres encontram dificuldades para construir suas novas identidades e definir padrões identitários. Para Giddens (2002) a pós-modernidade tornou o sujeito passível a fragmentação e a dispersão.

A identidade feminina, longe de ser natural, é, antes, construída a partir de um discurso social que visa atender e se adequar às necessidades e mitos de uma sociedade determinada em um momento histórico específico. Tal discurso tem desempenhado um importante papel na construção da subjetividade das mulheres e, conseqüentemente, tem servido para mantê-las na posição de subordinação em que há muito se encontram. (ROCHA-COUTINHO, 1994, p.49)

Na atualidade, a mídia ocupa um lugar de protagonista no cenário dos acontecimentos sociais, à medida que o progresso das nações está atrelado à produção e ao domínio da informação. Autores como Habermas (1984) e Williams (1989) concebem a mídia como instituição de caráter cultural, político, econômico e eminentemente social. Visualizam os meios de comunicação e as suas novas tecnologias como instituições-chave nas sociedades contemporâneas, pois envolvem tanto o processo de produção material como simbólica e estão inseridos no tecido social, acarretando alterações distintas e, simultaneamente, sofrendo interferências advindas da sociedade.

Na mesma linha de pensamento, Castells (1999) afirma que:

Como representa o tecido simbólico de nossa vida, a mídia tende a afetar o consciente e o comportamento como a experiência real afeta os sonhos, fornecendo a matéria-prima para o funcionamento de nosso cérebro [...] É um sistema de feedbacks entre espelhos deformadores: a mídia é a expressão de nossa cultura, e nossa cultura funciona principalmente por intermédio dos materiais propiciados pela mídia (CASTELLS, 1999, p. 361- 362)

Isso reitera a relação de íntima reciprocidade entre mídia e processos sociais, sendo impossível negar a sua força frente à dinamicidade intrínseca ao contexto social, nem desprezar ou minimizar os efeitos midiáticos sobre a atuação social do indivíduo, pois “vivemos em um ambiente de mídia, e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação” (CASTELLS, 1999, p. 361). Assim, nos dias atuais, é inconcebível que os grandes acontecimentos sociais não sejam midiaticizados e amplamente (re) construídos por intermédio da força e do poder influenciador da mídia.

De fato, como Sousa (2000) reitera, os *media*¹⁰ ao contribuírem para que a sociedade se torne mais conhecida e facilmente reconhecida por ela mesma, por conseguinte, são vitais para a ocorrência das inevitáveis transmutações sociais. Os meios de comunicação são, portanto, imprescindíveis às sociedades modernas à medida que possibilitam aos indivíduos, num delicado processo, testemunhar tudo que afeta a vida pública, embora numa arena de:

(...) disputa de representações sociais quase sempre conflituosa, assimétrica, plural, estratégica e plástica. Nela desenvolvem-se estratégias de legitimação ou de desqualificação, e é também onde entram em cena o *discurso normativo* ou a subversão dos modelos interpretativos. (SALLES; RUIZ, 2009, p. 46)

Enfim, todos os importantes assuntos de interesse social são julgados, hoje, à luz da informação midiática, face à impossibilidade de dissociar a mídia da sociedade e das temáticas vivenciadas pelas populações. A partir do momento que se reconhece a atuação da mulher contemporânea como um desses temas de inegável relevância social, é justificável a necessidade de compreender como a mídia constrói e projeta a identidade feminina para a sociedade atual¹¹. Enfim, o processo de construção identitária masculina e feminina, hoje, caracteriza-se por discordâncias e

10 Como também são chamados os meios de comunicação e pessoas da área.

11 É importante alertar que essa busca não será exaustiva, mas apenas introdutória.

posições polêmicas no que se refere à forma como homens e mulheres fazem uso dos componentes definidores das suas identidades. Hall (2004) afirma que:

A categoria da identidade não é, ela própria, problemática? É possível, de algum modo, ter-se um sentimento de identidade coerente e integral? A continuidade e a historicidade da identidade são questionadas pela imediatez e pela intensidade das confrontações culturais globais. (HALL, 2004, p.84)

Reforçando Silveirinha (2004) os meios de comunicação são “um dos lugares sociais e políticos de construção das identidades [pelos quais] perpassam e constroem-se definições e ideologias de diferentes grupos etários, étnicos, de classe, de cultura e de sexo” (P. 09). Nas discussões sobre gênero, portanto, a mídia contribui como um dos elementos que atuam na (re) definição dos comportamentos socialmente distintos entre homem e mulher, determinando como cada um vai ser visto e aceito dentro do grupo social em que se inserem, o que consiste em colaborar para a construção das respectivas identidades. Para tanto, é necessário entender a constituição das identidades dentro das *sociedades informacionais*¹².

Por essa razão, segundo Vieira (2005), somente é possível entender a (trans)formação da identidade feminina por meio da sua interação com a identidade masculina, pois a mulher tem formado a sua própria subjetividade baseada em práticas sociais que não podem desconsiderar o outro masculino e *vice versa*. Esse é um aprendizado que a noção de relações de gênero não deixa dúvida. Isto é, o eu feminino também é constituído na perspectiva do homem, ainda que de maneira inconsciente, o que pressupõe interação com o masculino. O inverso também acontece, só que de forma menos visível, haja vista que o homem é afetado na sua natureza por componentes históricos menos repressores, que lhe possibilitam construir sua identidade mais afastada da presença feminina e menos condicionada a ela¹³.

12 De acordo com Castells (1999) graças a um processo interativo, a sociedade modela e é modelada pela tecnologia, desta forma, o autor utiliza o conceito “sociedade informacional” para qualificar essa realidade que hoje tende a prevalecer. “Desde a telemática até à biologia genética, o que está em jogo é informação, isso é de tal modo penetrante que a informação dá origem a um novo modo de desenvolvimento; A fonte da produtividade assenta na tecnologia da geração do conhecimento, no processamento da informação e na comunicação de símbolos”.

13 Embora não possamos esquecer o modo opressor como a dominação masculina também se exerce sobre os homens (BOURDIEU, 1996).

As identidades, ainda que, com a pretensão de se firmarem sob a ótica do estável, pela própria dinamicidade social, não podem ser visualizadas como fixas e imutáveis, mas, pelo contrário, em constante e contínuo deslocamento, dentro do prescrito por Hall (2004) para quem:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas (...). Está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. (HALL, 2004, p. 9)

Tais transformações alteram as identidades pessoais, desconstruindo, pouco a pouco, a nossa própria percepção de sujeitos integrados. E, então, na busca constante por definição identitária dos gêneros, é importante ressaltar que tanto o homem como a mulher já não procuram tão-somente adequar-se às diferenciações entre postura sexual dita masculina e outra especificamente feminina. Mesmo de maneira sutil, até pouco tempo, ainda eram elas impostas culturalmente nas sociedades ocidentais. Mas, como antes dito, a mulher assume, agora, identidades que não mais reprimem, ou, reprimem bem menos, posicionamentos que possam ser vistos como masculinos, e pretende equiparar-se ao homem em aspectos básicos da vida social. Diante dessa mulher emancipada ou, em processo de emancipação é relevante considerar a seguinte fala:

Como não se interrogar sobre o novo lugar das mulheres e suas relações com os homens quando nosso meio século mudou mais a condição feminina do que todos os milênios anteriores? As mulheres eram “escravas” da procriação, libertaram-se dessa servidão imemorial. Sonhavam ser mães no lar, agora querem exercer uma atividade profissional. Estavam sujeitas a uma moral severa, hoje a liberdade sexual ganhou direito de cidadania. Estavam confinadas nos setores femininos, e-las que abrem brechas nas cidadelas masculinas, obtêm os mesmos diplomas que os homens e reivindicam paridade em política. (LIPOVETSKY, 2000, p. 11)

E, de fato, as conquistas femininas neste meio século foram inúmeras e repletas de múltiplos significados¹⁴. Pois, pouco antes dessas mudanças, havia nítida definição do papel social da mulher. Ela quase nunca ousava adentrar no universo masculino, sob pena de ser rejeitada socialmente. O homem possuía lugar privilegiado, tanto no âmbito da vida privada, onde dispunha de esposa

14 É importante ressaltar que vários autores marcam a importância do feminismo e do movimento feminista para as grandes transformações na intimidade, bem como, no mundo público (CASTELL, 1999, GIDDENS, 1993 ou HALL, 2004). Rosiska Oliveira (1992) traz importantes reflexões no início de seu livro, ao refletir sobre os impasses do feminismo. Na verdade, como ressalta essa autora, hoje podemos saber o que não queremos, mas ainda não sabemos ao certo o que queremos e como fazer para chegar lá. Os caminhos do feminismo e das relações entre homens e mulheres estão, na verdade, no devir.

dedicada à procriação e aos afazeres domésticos, como na esfera pública, onde reinava em absoluto e sem a concorrência feminina no campo profissional, em que a mulher nem mesmo atuava com destaque.

Se tais diferenciações comportamentais já não existem como antes, ainda sobrevivem, com mais ou menos força, a depender do contexto socioeconômico e cultural. Hoje, em termos gerais, muitas pessoas, entre homens e mulheres, chegam ao casamento ou às uniões estáveis, sem negar ou desprezar a sua significativa experiência ou o seu conhecimento sexual. É importante que se diga que muitas dessas conquistas repercutiram em legislações e mudanças de hábitos pela sociedade como um todo. Mas, essas conquistas femininas, também ocorreram e ocorrem até hoje, numa arena onde estão em jogo disputas de poder, portanto, as mudanças que essas conquistas deveriam estabelecer, nem sempre, se imprimem no comportamento social e, pelo contrário, muitas dessas transformações convivem com a conservação de alguns hábitos e formas de pensar o universo feminino, que se dão através de mitos e crenças intrínsecos na cultura popular que prevalecem até os dias atuais.

Os questionamentos da mulher perante situações que não oferecem igualdade de oportunidades e direitos em relação ao homem, quase sempre, têm gerado, a luta para eliminar, ou, no mínimo, amenizar barreiras frente ao sexo oposto. Assim, se o século XX e o atual representam o apogeu e a consolidação de importantes conquistas femininas, a compreensão mais aprofundada e acurada dessas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas demandam, sem dúvida, uma análise mais abrangente, principalmente no que diz respeito às mulheres pobres. Esta precisa incluir não somente a condição da mulher, mas sim, as relações entre os sexos, incluindo, então, as transformações dos mecanismos e das instituições a que compete garantir a perpetuação da ordem dos gêneros, como relembra Bourdieu (2003).

Nesse caso, vale lembrar, que a mídia consiste num dos espaços, dentre outros, como a família e trabalho, no qual é possível:

Ver melhor a permanência da estrutura da relação de dominação entre os homens e as mulheres, que se mantém acima das diferenças *substanciais* de condição, ligadas aos momentos da história e às posições no espaço social. (BOURDIEU, 2003, p. 122)

Como decorrência, graças ao seu conteúdo noticioso, os meios de comunicação contribuem para, na medida do possível e muitas vezes de forma contraditória, determinar e definir o lugar

feminino na contemporaneidade, levando em consideração o contexto transformador em que a mulher está inserida nas últimas décadas. Assim, passa a concebê-la na sua condição de agente ativo na relação com o homem, distante da identificação de mera dominada e elemento relegado ao segundo plano na relação.

A este respeito, porém, a forma como a mídia produz as notícias atende, por muitas vezes, a orientações ideológicas:

Que suprem interesses empresariais próprios, à medida que seguem linha editorial específica e preestabelecida pelos proprietários. É dessa forma que ocorre um (...) recorte da realidade, embora, por um mecanismo de manipulação, o real não se mostre na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados, como as contradições que subjazem às relações sociais (BRANDÃO, 2004, p. 31).

Mas se por um lado a mídia jornalística e televisiva atende a interesses ideológicos de quem detém o poder de manipulá-la, por outro lado, também de forma contraditória, ela pode servir, como no “*Caso das Mães Acari*” para auxiliar os atores envolvidos e dar um alcance de dimensões extraordinárias às suas vozes.

Mas, contraditoriamente e demonstrado a ambiguidade que caracteriza a realidade, temos que reconhecer que essa mesma mídia, foi um ator fundamental para a constituição e o desenvolvimento das mães de Acari. Os repórteres estiveram sempre presentes, ajudando a pensar estratégias, dando apoio e, mesmo nos órgãos mais conservadores, conseguindo abrir espaço para as vozes e a luta dessas mulheres. (FREITAS, 2000, p. 27)

Dessa forma, a mídia, enquanto produtora de discurso, no qual é aqui entendido como o “ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos” (BRANDÃO, 2004, p. 11), detém o poder influenciador, ainda que limitado, de acentuar ou reduzir as responsabilidades e as preocupações femininas. Afinal, os veículos de comunicação (re) criam padrões de comportamentos e ajudam na (trans)formação da identidade da mulher na sua nova forma de atuação, mais liberta da influência masculina, antes eminentemente dominadora. Assim sendo, termina por reforçar a segregação quase fantasiosa que ainda marca a vida de mulheres inseridas em outras civilizações, como ocorre nos países muçulmanos e em nações, como a Índia (VIEIRA, 2005).

Os meios de comunicação atuam, como Sousa (2000) acrescenta, como instrumentos de socialização, na medida em que, de alguma forma, contribuem para gerar campo referencial mínimo de conhecimentos suscetível de promover a comunicação e de ajudar a sintonizar as pessoas em sociedade. Nesse sentido, a mídia deve ser vista de forma contraditória. As orientações ideológicas presentes na produção das notícias manifestam-se por meio da linguagem, porquanto o ideológico exige materialidade para se objetivar. Logo, a linguagem não pode ser concebida como abstração. Para Brandão (2004), ela se consolida como o lugar em que a ideologia manifesta-se de forma o mais concretamente possível.

Portanto, a construção da identidade feminina encontra-se em constante descoberta e transformação, em contrapartida, podemos dizer que alguns conflitos se colocam em evidência: o embate entre o que a sociedade de origem patriarcal ainda impõe às mulheres; o que elas realmente querem e o que tem sido possível em meio a essa disputa de forças, muitas vezes desigual. Fazendo parte importante dessa arena onde a identidade feminina se revela, constrói e transforma, como já foi citado neste trabalho, a mídia tem hoje, um importante papel na reprodução e transformação desse cenário e dos discursos que influenciam as identidades femininas na atualidade.

Como podemos notar, a modernidade trouxe um novo significado para a maternidade, novos discursos – enfatizando a importância do cuidado materno na criação e educação dos filhos – vão modificar drasticamente o modo de perceber a imagem feminina: “a curiosa, ambiciosa, audaciosa, metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar” (BADINTER, 1985, p. 176). Desta forma vemos a *metamorfose* de que fala Badinter (1985), de Eva¹⁵ à Maria¹⁶.

Recentemente temos visto surgir, também na mídia, várias novas identidades femininas como são os casos dos movimentos sociais formados por mães que perderam seus filhos e vêm à público cobrar das autoridades responsáveis soluções para o desaparecimentos ou morte dessas crianças. Os movimentos sociais são fundamentais para se pensar a construção dessas novas

15 “Das imagens que marcam a história das mulheres, principalmente se pensamos no mundo ocidental, um capítulo essencial é marcado pela figura de Eva. A mulher foi condenada (e sua maldição afetou toda a humanidade) devido ao “mau passo” desta. (...) No pecado original, a falta mais grave é imputada à Eva. Ela é a tentadora ou a própria tentação já que, em muitas imagens, a figura da serpente possui rosto e formas femininas, fazendo com que todo o gênero seja responsável pela falta de Eva”. (FREITAS, 2000, p. 140)

16 “(...) é a imagem de uma mãe que reabilita a mulher e lhe propicia salvação. (...) E essa mulher ficou como a imagem da pureza e da correção feminina.” (FREITAS, 2000, p. 140)

identidades, como: o caso das “Mães da Praça da Sé” em São Paulo; as “Mães de Acari” no Rio de Janeiro e para citar um movimento social mais antigo as “Madres da Plaza de Mayo” na Argentina – que tivemos o prazer de conhecer.

Freitas (2000) traz uma análise importante para pensarmos novas identidades femininas; ao trabalhar com o movimento das “Mães de Acari”, reconhece o surgimento de uma nova identidade para essas mulheres “As mães em luta”: mulheres que através da dor e sofrimento pela perda dos seus filhos, se uniram e saíram às ruas lutando para que a justiça fosse feita (para que isso nunca mais ocorra) e seus filhos encontrados.

O mesmo exemplo encontramos nas “Madres da Plaza de Mayo” que há quarenta anos lutam para reencontrar seus filhos desaparecidos durante o período militar, e onde a mídia também contribuiu para dar mais visibilidade às suas denúncias. Essas “Madres” fizeram verdadeiras revoluções em seu país, criando diversas instituições inclusive editoras e universidades. Também no caso das “Mães de Acari”, elas tiveram ajuda da mídia, e por meio dela, as suas vozes tiveram grande notoriedade sendo vistas constantemente nos jornais e até mesmo em telenovelas, relatando o caso dramático e violento de que seus filhos foram vítimas (FREITAS, 2000).

Segundo Freitas (2000), ao atuar na denúncia, a mídia opera igualmente como um agente fixador da memória, ao contar/produzir uma história. No caso das Mães de Acari, essa autora não tem dúvidas em afirmar que a mídia teve uma participação efetiva, atuando desde a denúncia das violências efetivamente realizadas, até a criação de um mito em torno da vida dessas mulheres e a criação desse símbolo, as “Mães de Acari”. Não se pode esquecer que a mídia possui o papel não apenas de noticiar os fatos também de formação de opinião.

É preciso lembrar que “nomear algo faz com que esse algo passe a existir” (FREITAS, 2000). O filme “O QUARTO PODER” (Direção: Costa Gavras) é uma interessante alegoria para pensarmos o poder exercido pela mídia, o poder das palavras – que tanto podem salvar quanto condenar um acontecimento (e os sujeitos que fazem parte deste, como vimos no filme). Segundo Freitas (2000), isso acontece “porque as palavras têm poder, elas fazem coisas, criando medos, fantasias ou representações” (p. 194). Aprendemos com Berger e Luckmann (1995) que a “construção social da realidade” exerce efeitos sociais - de mobilização ou de desmobilização. A televisão “pode fazer existir idéias ou representações, mas também grupos”, é o que informa Bourdieu (1997) quando estuda a televisão. Como afirma Freitas (2000),

(...) pensar nas Mães de Acari como uma resultante (não mecânica) desse processo ajuda a compreender a importância da mídia. Dessa forma, ser uma Mãe de Acari possui um poder simbólico que define o papel e a ação das pessoas; define o que estas deverão ser em sua singularidade – como ser uma guerreira, ser a mãe de todos, ao ter-se a ênfase na maternidade socializada. (p. 183)

O mesmo raciocínio é válido quando nos referirmos a essas mães, essas mulheres tidas como más, “verdadeiros monstros” por abandonarem seus filhos.

Muitas dessas identidades novas e antigas estão relacionadas às figuras discutidas por Anne Higonet (apud. FREITAS, 2000) que destaca que a imagem das mulheres historicamente foi marcada por três grandes ícones: a mãe; a musa e transgressora. Ao estudar maternidade e mídia, a autora destaca em seu estudo a imagem das mães “em luta” – a “*musa*” (a imagem da mulher ligada à solidariedade e à justiça), mas enfatiza a permanência da figura da “*mater dolorosa*” – a imagem tradicional da mãe sofredora (FREITAS, 2000, p. 139). A “*Mater Dolorosa*” é por muitas vezes citada por Freitas (2000) que percebe nas falas das *Mães de Acari* a permanência dessa figura feminina. Mas a autora destaca a figura da *mãe em luta* como um elemento fundamental de nossos tempos. Assim sendo, a identidade feminina, ou, as múltiplas identidades femininas, se constroem e re-constroem sob a influência do tempo, de cada sociedade, cada cultura, crises econômicas e também pelas lutas, que ao longo da história, elas vêm tendo que travar. Contudo, é sempre interessante pontuar que ao se falar de mães, uma imagem que nunca aparece é a da mulher transgressora, pecadora, sexualizada. É sobre essas “pecadoras” e transgressoras que falaremos no próximo item.

1.4 As Transgressoras

A transgressão consiste no ato de desviar-se de um padrão de comportamento vigente em uma determinada sociedade e época. Todos esses mitos e estereótipos de que falamos no item anterior influenciam e definem modelos de comportamento aceitáveis e esperados em relação aos sujeitos em sociedade, mais especificamente neste caso, em relação às mulheres e a maternidade. Citamos inúmeros mitos e conceitos acerca da maternidade e das qualidades que devem ser cultivadas em uma mulher para que ela se encaixe no padrão “dentro da normalidade” do que se espera do sexo feminino e do ato de maternar. Por esta razão, quando falamos de transgressão nos referimos a tudo que está fora desse padrão. “Os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras

cuja infração constitui desvio” ou a transgressão (GOLDENBERG, 2004, p.20), torna-se mais cômodo olhar para alguém que não se encaixa no padrão de normalidade estabelecido por uma sociedade e rotulá-lo como desviante ou transgressor do que, admitir que, sendo os seres humanos tão complexos e singulares, nenhum padrão ou molde encontrará *lugar* para todos.

Desta forma, alguns outros mitos tratam dessas mulheres que – não obedecendo as regras estabelecidas que definem seu modo de agir e seu lugar em sociedade – tomam atitudes que não são consideradas próprias de seu sexo e por isso tornam-se mulheres tidas como transgressoras.

Ainda hoje a imagem de uma “boa mãe” não pode ser associada a uma mulher sexualizada. Os filmes, as novelas e até mesmo os livros literários, quando mostram ou definem as mães *curiosamente*, esta mulher perde toda sensualidade que pode possuir. A figura da “puta” muito conhecida faz uma ruptura com o padrão de comportamento feminino visto como correto (qual xingamento pior do que o de ser filho da puta?). A própria definição do que seria uma “puta” muda conforme o passar do tempo.

Uma figura mitológica muito conhecida é Pandora – que já “apresentamos”: segundo a mitologia grega, Pandora, devido a sua imensa curiosidade (característica sempre associada à figura feminina) teria aberto uma caixa onde estavam guardados todos os males do mundo e, por esta razão, teria sido ela, uma mulher, a responsável por espalhar os males na terra. Como sabemos, os mitos têm realmente muita influência sobre o nosso modo de “ver o mundo”, não por acaso, ainda hoje a curiosidade é uma característica tida como feminina e, em muitos casos, uma característica ruim. Parece, que a todo custo, tenta-se desde os gregos, engessar as mulheres em um modelo *confortável* (não para nós, mas para os outros, os homens) estabelecendo limites e atribuindo punições para àquelas que ousam transgredir esses modelos e limites.

Talvez também, não por acaso, um outro mito trate de forma tão trágica a história de uma mulher incomum, que possui poderes e saberes também incomuns e que decide por em prática um plano de vingança – característica comumente atribuída ao sexo masculino. Estamos falando de Medéia, sua história se passa na Atenas Clássica, num tempo em que as mulheres não eram vistas como membros da sociedade pois a razão não era uma de suas *características*. Medéia é descrita por Eurípedes (2001) como uma mulher incomum, inteligente e possuidora de grandes saberes, apesar de ser uma “bárbara” ou, não ateniense. Foi trazida para uma terra estrangeira por seu marido, Jasão, após tê-lo ajudado com seus conhecimentos e inteligência. Depois de algum tempo foi traída por ele que decidiu casar-se com uma ateniense filha do rei, alegando buscar ocupar um lugar de maior respeito e status nessa sociedade. Uma mulher que cultivasse os valores *inerentes à*

sua natureza agiria com obediência e conformidade, porém, Medéia não, ela se rebelou contra o seu destino e contra o lugar que lhe impuseram nesta sociedade. Após ter se rebelado e visto que não conseguia mudar a situação, decidiu disfarçar, mostrou-se abnegada e obediente como todos esperavam que fosse e, sem que ninguém soubesse, teceu formas de vingar-se do rei, que a expulsava de Atenas junto com seus filhos; da filha do rei, que ocupou o seu lugar de esposa e de seu marido que, sendo indiferente à tudo que ela tinha feito para ajudá-lo, ao fato de ser uma estrangeira nesta cidade e de não poder voltar para sua terra onde tinha cometido crimes para ajudá-lo e à promessa que tinha feito à ela em troca de sua ajuda, casou-se com outra e permitiu que a expulsassem de Atenas. De certa forma, Medéia pôe em pratica seu plano: mata o rei e a filha e para vingar-se do marido e, ao mesmo tempo, proteger os filhos das conseqüências de seus crimes, os mata.

Dentre todas as transgressoras que poderíamos citar aqui, Medéia é, sem dúvida, a mais intrigante delas. Ela conjuga vários *desvios* que inúmeras sociedades buscaram evitar, eliminar e abolir, em uma mulher: inteligente, audaciosa, persuasiva, sábia, vingativa e infanticida. Normalmente esses adjetivos não são atribuídos à figura feminina sem que seja identificado nela, um desvio ou algo fora de lugar. Ao mesmo tempo em que Eurípedes mostra o abandono de Medéia, a negação de todas as formas do seu lugar na sociedade, ele também atribui às atitudes de Medéia a influência da paixão, enfatiza muito mais o fato dela ter sido movida por um sentimento de posse que a paixão (algo muito perigoso) provoca nas pessoas. Podemos perceber, também, as inúmeras formas de violência sofridas pela personagem: foragida de sua terra natal; estrangeira em lugar onde não era bem vista; bárbara; traída; abandonada e expulsa.

Medéia é, sem dúvida, uma “mãe má”, mas o mais importante que este mito nos mostra é que as “mães más” também tem sua materialidade, assim como as “boas”, assim como as “musas”, assim como a “mater-dolorosa”. Elas são seres humanos que vão, de acordo com sua vivência, sociedade, história, hábitos, tecendo formas de viver suas vidas e ocupar lugares que muitas vezes as sociedades lhes negam (o abandono de Jasão talvez tenha sido, utilizando uma leitura mais atual deste drama, a “gota d água” para girar a roda da tragédia). Elas não são os monstros, não são a exceção à regra, são apenas o resultado de situações singulares permeadas por conflitos e contradições que nos permitem perceber, mesmo no ato de matar um filho, dois sentimentos extremamente contrários “a vingança e a proteção”. Por esta razão, a epígrafe retirada de um poema de Brecht (a infanticida Marie Farrar – frágil e abandonada em sua gravidez escondida e sem

44

apoio): *“Se o seu pecado foi grave, o sofrimento é grande. Por isso lhes peço que não fiquem indignados. Pois todos nós precisamos de ajuda, coitados”.*

CAPÍTULO 2 - ABANDONO X CUIDADO COM A INFÂNCIA

“A maternidade é para as mulheres, assim como a guerra é para os homens, só que os homens as vezes voltam as mulheres jamais”.

(Catherine Serrurier)

A história do abandono de crianças, sempre que contada e re-contada, implica também, em contar a história das políticas de proteção social para a infância. Autores como Venâncio (1997) em “Famílias abandonadas” faz esse relato, de forma muito detalhada, tanto em relação ao Brasil, como a alguns países da Europa. Como iremos perceber, não se trata de algo novo, mas sim, um tema muito recorrente em nossa história. O abandono em si não é um dado que aparece nas pesquisas sobre violência doméstica. É muitas vezes citado, porém não retratado, como os são a violência física e sexual. É possível que os dados sobre abandono estejam nas variáveis violência física e/ou negligência.

Atualmente, 40,16% da população brasileira tem de 0 a 19 anos. Apesar da grandeza desse dado, o país integra o triste contingente das nações que não possuem estatísticas confiáveis relacionadas ao fenômeno da violência doméstica contra os jovens, ao lado de países como Equador, Bangladesh, Paquistão e Tunísia. Os dados são esparsos, fragmentários, quase episódicos. Dizem respeito mais à incidência e quase nunca à prevalência. Cobrem a realidade de algumas modalidades do fenômeno (violência física e sexual), enquanto outras continuam maquiavelmente ocultas (violência psicológica e negligência). Mesmo a violência doméstica fatal, aquela que leva a criança ou o jovem à morte, recebe outras denominações e acaba encoberta. Diante desse quadro, a construção do perfil contemporâneo da violência doméstica contra crianças e adolescentes no país tem de se apoiar em dados de pesquisa, assim como em relatos de casos, depoimentos e outras fontes. O retrato emergente revela um fenômeno extenso, grave, desigual e endêmico.(UNICEF).

A citação anterior, apesar de não referir-se especificamente à questão do abandono de crianças mostra como são, muitas vezes, inexoráveis, os dados que dizem respeito à realidade brasileira no concerne às crianças. Este trabalho também enfrentou grandes dificuldades em localizar dados que mostrassem de forma mais concreta a situação dos bebês abandonados no país¹⁷. Para tanto, recorreremos à pesquisa de Venâncio (1997) que trata de forma muito detalhada a questão do abandono no Brasil durante o período colonial. Da mesma forma, com o auxílio de Faleiros (2004) iremos perceber como esses casos de abandono influenciaram, de certa forma, no processo de transformação do olhar da nossa sociedade para a questão das responsabilidades sobre o cuidado com as crianças, influenciando até mesmo no que podemos chamar das primeiras “políticas para infância”. Esses autores nos auxiliarão a perceber a questão do abandono como um processo de longa duração histórica e, como tal, inerente às transformações sobre o cuidado com a infância e os atores que circundam esse “cuidado”, num contexto onde a mulher/mãe é figura central no que concerne à proteção e des-proteção da infância.

2.1 O abandono e suas influências no processo de construção/transformação do olhar sobre o cuidado com a infância.

Faleiros (2004) vai tratar da questão da infância no Brasil, demonstrando como determinados temas considerados de ordem e responsabilidade privada, podem emergir como questões de ordem pública de acordo com a articulação dos diversos atores sociais através de “jogos de interesses” no cenário nacional, como tem sido o caso das políticas para infância.

Já no período colonial, podemos perceber como a questão da infância “desprotegida” é utilizada como motivo para “adestrar” crianças indígenas para o trabalho e a vida cristã, com o discurso do cuidado com a infância. No Brasil colônia, a igreja se aliou ao Estado para através do cuidado das crianças indígenas, integrá-las ao trabalho: por meio de “casas de recolhimento” ensinavam-lhes os costumes e normas cristãs, sem considerar sua cultura e sua infância.

As crianças escravas tinham outro tratamento. Suas mães eram normalmente, vendidas como amas-de-leite e seus filhos entregues aos cuidados de outra escrava já com outros filhos para amamentar, por essa razão, além das condições de moradia, higiene, alimentação, e também pelo

¹⁷ A dificuldade para encontrar dados é uma das questões discutidas nos diversos projetos que compõem o NPHPS/CRD.

fato da criação de uma criança escrava ser mais cara que a compra de um escravo adulto (já que este último rapidamente dá ao seu dono o retorno financeiro de sua compra) a mortalidade entre as crianças escravas era muito alta. Quando não tinham como destino, a morte, essas crianças eram logo afastadas de sua mãe como prática social comum da época: ou porque as mães eram vendidas como amas ou porque desde cedo (cinco anos de idade ou menos) essas crianças já começavam a trabalhar (FALEIROS, 2004).

Já os filhos de relações sexuais entre senhores e escravas ou índias, eram crianças consideradas ilegítimas de relações imorais condenadas pela sociedade da época. Logo, os filhos nascidos fora do casamento, não só fruto das relações senhor/escrava, eram deixados nas ruas ou nas portas das casas e, em muitos casos, eram comidos por animais. A situação já em 1726 era preocupante, mas as medidas tomadas pelo vice-rei (coleta de esmolas na comunidade e internação das crianças) tinham como interesse principal proteger a vida privada e esconder a ilegitimidade.

Para solucionar ou amenizar o problema, talvez não do abandono, mas da publicização das relações ilegítimas, foi criada no Brasil, mas especificamente na Bahia em 1726 a primeira *Roda* em um local que foi chamado de “casa dos expostos” com o objetivo de resguardar a honra das famílias, tendo em vista que a maioria das crianças *enjeitadas* eram brancas e pardas. Na *casa dos expostos* a mortalidade infantil chegava a 90% geralmente por omissão ou falta de condições da Santa Casa ou desinteresse da Corte. Outra forma de amenizar a questão dos bebês abandonados no período colonial era o pagamento de uma quantia, pelas câmaras municipais, a uma família para cuidar da criança.

Só após a independência, no século XIX, o Brasil toma como questão de ordem pública a formulação de políticas para infância. Neste século foram criados mais de trinta asilos de órfãos, sete escolas industriais e quatro escolas agrícolas, mais uma vez, vinculando o “*cuidado*” com a infância ao trabalho subalterno, assim como no início, com as crianças indígenas e depois com as escravas. Com a proclamação da República a preocupação com as políticas para a infância não mudou muito o seu foco e apenas aderiu também à questão da higiene, que muito se deve pela preocupação dos médicos higienistas com a sanidade pública, apontando cuidados que diminuiriam a mortalidade infantil como a amamentação e higiene, entre outros.

E assim seguiram todas as outras medidas que se diziam de proteção à infância no final do século XIX e início do século XX, mas que na verdade em sua aplicação não passavam de medidas punitivas, assistencialistas, que não viam as crianças como sujeitos de direitos e sempre

culminavam na exploração da mão-de-obra dessas crianças, com justificativas como, por exemplo, para evitar que elas ficassem nas ruas.

O primeiro Código de Menores criado em 1927 classificava as crianças em duas categorias: os abandonados e os delinqüentes. Estabelecia a *vigilância pública* sobre a infância no que concerne a questões de higiene, amamentação, abandono, maus tratos e delinqüência (FALEIROS, 2004). Muitos padrões foram contra o primeiro Código de Menores que autorizava o trabalho infantil a partir dos 12 se a criança estivesse freqüentando a escola ou se não, a partir dos 14 anos. Devido ao avanço capitalista e a substituição da mão-de-obra escrava e a necessidade dos pais, as crianças eram comumente utilizadas como mão-de-obra barata.

No período ditatorial de 1930 a 1945 a proteção à infância acontecia através de políticas também assistencialistas e repressoras. O SAM, criado em 1941 tendo funcionado até 1964, foi muito criticado, principalmente pela igreja católica e setores progressistas, pois violentava, surrava e torturava crianças (FALEIROS, 2004, p.6). Em 1964 foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que manteve a repressão e responsabilização das famílias pelo abandono das crianças, onde as mesmas eram internadas. A política da FUNABEM não diminuiu a marginalização das crianças como era sua proposta inicial e a questão social que se expressava nas crianças abandonadas ficou ainda mais acentuada durante a ditadura.

Em 1979 foi criado o novo Código de Menores, que tinha a mesma concepção do Código de 1927 e que culpava as famílias já vulnerabilizadas por sua situação de pobreza, pela incapacidade de cumprir todos os cuidados com as crianças previstos em lei. Mesmo após tanto tempo de discussões e transformações nas políticas de proteção à infância, ainda neste novo Código a criança não era vista como sujeito de direitos, a interferência do Estado só acontecia quando a situação da criança era considerada de risco, mesmo assim, a ação normalmente executada por um Juiz, era de caráter punitivo da própria situação de pobreza e des-proteção que se encontrava a família – que, desta forma, continuava abandonada.

Movimentos sociais internacionais se desenvolveram em prol do entendimento da criança como sujeito de direitos e em 1989 foi aprovada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de acordo com essa nova concepção. Já mobilizações nacionais que ocorreram durante a transição do período ditatorial para o democrático na década de 80 levaram à Assembléia Constituinte de 1986 uma proposta que defendia a proteção integral incorporando a concepção da criança como sujeito de direitos. Assim sendo, foi aprovado o artigo 227 do Cap. VII da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Nesta mesma concepção de proteção integral à criança, foi criada em 13 de julho de 1990, a lei 8069 denominada: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Um grande avanço no sentido da proteção à criança abrindo caminho para a construção de um Sistema de Garantia de Direitos como os Conselhos, as Varas da Família e as Delegacias da criança e do Adolescente.

Como vimos, essas políticas estavam sempre vinculadas ao trabalho infantil ou a repressão. Nesse jogo de interesses o cuidado com a infância não só demorou a tornar-se questão pública como também não se via, durante um longo período, como sujeitos de direitos. Assim sendo, ficou desenhado no cenário brasileiro o seguinte quadro evolutivo das políticas para infância:

Como foi dito anteriormente, grande parte da preocupação sobre a infância no cenário brasileiro, tem sido pela questão do abandono, seja ele físico, motivo pelo qual inicialmente foram criadas as *Casas dos Expostos*, ou moral e intelectual como já previa o Artigo 138 da Constituição de 1934. Vimos também, que a evolução das políticas para infância tiveram sempre como *pano de fundo* o trabalho infantil, como que a única forma de proteger a infância fosse ocupando-as desde cedo em postos de trabalho.

Assim como no século XVIII na Europa Rousseau e seus sucessores utilizaram vários argumentos para convencer e consolidar como responsabilidade feminina a criação e o cuidado infantil, também no Brasil do século XIX os higienistas cobravam e disseminavam essa responsabilidade às mulheres. Assim como Rousseau, orientavam as mulheres acerca do que chamavam dos “deveres da maternidade” cuidados como (amamentação, higiene e educação), criando e re-criando os mitos do “amor materno” e da “boa mãe”.

Nesse contexto, essas políticas surgiram sempre cobrando das famílias um cuidado que no caso das famílias pobres, muitas vezes sua situação econômica e social não lhes permitia dar. Quando essas famílias não atendiam as legislações vigentes, seja qual fosse o motivo, a guarda de seus filhos era retirada e as crianças institucionalizadas.

Outra questão que aqui se coloca é a centralidade da figura materna como responsável pelas crianças, pelos seus filhos e, portanto, também pelos gestos de negligência. É importante ressaltar que, quando essas legislações cobravam da família o cuidado com as crianças, quem respondia por

esse cuidado ou pela negligência, eram as mulheres, a elas é que tem sido atribuída quase que exclusivamente, ao longo da história, a responsabilidade de gerar e criar filhos. Logo, é sobre elas que caem as culpas pelas negligências ou incapacidades de prover uma boa criação de seus filhos.

Negligência intrafamiliar pode ser considerada como omissão de pais e responsáveis em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Pode ser percebida através de faltas constantes às aulas, de roupas rasgadas e sujas, de falta de higiene, entre outros sinais. Esta caracterização é carregada de concepções discriminatórias que recaem, principalmente, sobre as camadas pobres de nossa sociedade, pois é comum associar-se a negligência à pobreza. A negligência imputada a famílias que vivem em situação de miséria, de pobreza e de vulnerabilidade é duplamente perversa, pois a negligência social, por si só, constitui uma grave questão social. (BARROS, 2005. p. 56)

A questão que aqui se coloca é que o dever de proteção à infância e adolescência cabe, não só à mãe como pode ser visto, no histórico da proteção à infância, mas também e com o mesmo grau de responsabilidade, ao Estado e à sociedade. A Constituição já faz mais de vinte anos, prevê o mesmo grau de responsabilidade, a família, ao Estado e à sociedade. Trata-se de uma questão cultural difícil de ser superada e que, para tanto, necessita de ações concretas que desnaturalizem esse lugar como *um lugar* das mulheres.

Segundo Serapione (2005) a família desempenha um papel importante na provisão do cuidado informal para seus membros. Há um geral reconhecimento, hoje em dia, de que ela está no centro das funções de cuidado¹⁸. Uma grande parte do cuidado acontece no lar. A valorização das redes sociais e da família é quase contemporânea ao surgimento da crise econômica e fiscal dos Estados de Bem-Estar. Nesse contexto, sublinha Carvalho (1998), ressurgem também a família e a comunidade. Essa tendência tem, de fato, levado a reconhecer o papel das redes sociais e, no geral, do chamado terceiro setor como importantes atores para satisfazer as necessidades sociais.

Na década de noventa no contexto do Brasil, a retomada da família e das redes sociais como referência das políticas públicas é justificada, também, como a estratégia mais *adequada* – ao lado das intervenções sociais tradicionais (saúde, educação, habitação, renda, etc.) – para desenvolver programas sociais efetivos para enfrentar a pobreza (DRAIBE, 1998). Programas como o “Fome Zero” estão sempre no alvo das críticas por, de certa forma, colocarem sobre as mulheres a

¹⁸ E esse cuidado, na maioria das vezes, é atribuído às mulheres, especialmente no desempenho do papel materno. O que podemos perguntar é o que acontece quando essa mulher não consegue – pelos mais variados motivos – cumprir esse papel, para o qual muitas vezes não conta com apoio institucional.

responsabilidade sobre o benefício que, se por um lado, pode lhes favorecer com um maior empoderamento no que concerne a sua possibilidade de tomar decisões no ambiente familiar e outras mais, por outro lado, também reafirma a responsabilidade quase que exclusivamente feminina pelo cuidado com os filhos, já que ela é a responsável pelo benefício do qual a criança é o beneficiário.

2.1 Abandono no contexto brasileiro do período colonial

Uma frase muito conhecida (e muito polêmica), citação também muito recorrente quando se fala de abandono, é a de Renato Pinto Venâncio: “A história do abandono é a história secreta da dor feminina” (VENÂNCIO, 1997, p. 189). Sem dúvida, um auxílio muito relevante e de muita sensibilidade em relação ao tema. Pois quando estudamos sobre abandono percebemos o quanto essa história é realmente, *secreta*, e talvez, também seja um tanto solitária, sempre permeada por questionamentos, muitos, sem respostas.

O estudo de Venâncio (1997) trás dados fundamentais para pensarmos a questão do abandono hoje. E por isso, optamos por discuti-lo nesse momento. Seu estudo faz considerações importantes para pensarmos possíveis razões para o abandono assim como a continuidade, ao longo da história, desses casos.

No século XVI as primeiras crianças abandonadas eram, na verdade, órfãos de índios que não sobreviveram ao contato com os brancos: fome, doenças e conflitos. Os jesuítas criam então os colégios de meninos para abrigar essas crianças. Já no século seguinte o abandono passou a ser percebido na população de origem portuguesa, neste período as vilas cresciam rapidamente por razão do comércio e sua expansão. No século XVIII as áreas portuárias também aumentaram sua população, só que numa ordem bem maior, até quatro vezes mais, demonstrando ritmos bem diferentes de crescimento populacional em relação ao interior. Venâncio (1997) ainda aponta que no Brasil do século XVIII, os casos de abandono raramente ocorriam no meio rural e sua maior incidência ocorreu nas zonas portuárias do Rio de Janeiro e da Bahia, vejamos a tabela abaixo:

LOCAL	BEBÊS ABANDONADOS
UBATUBA	1% dos nascimentos
INTERIOR DO RIO DE JANEIRO	3% a 4% dos nascimentos

LOCAL	BEBÊS ABANDONADOS
ÁREA URBANA DE MINAS GERAIS	10% dos batizados
ÁREAS PORTUÁREAS DO RIO E BAHIA	20% a 25% dos batizados

Fonte: Venâncio (2004).

Segundo Venâncio (1997, p. 190) as transformações mais lentas no campo tornavam menos frequentes a ocorrência do abandono e o ritmo mais acelerado das áreas urbanas causavam um maior desequilíbrio e, apesar do campo possuir mais pobres neste período, as áreas urbanas tinham mais miseráveis. E possivelmente, as redes mais próximas estavam mais bem construídas no campo, o que impedia uma vulnerabilidade maior das famílias.

Também neste período, surge o que o autor vai chamar de “*modalidade selvagem de abandono*”: bebês recém-nascidos são abandonados em ruas, calçadas e terrenos baldios onde eram, por muitas vezes, mortos por animais. Logo, a influência religiosa cristã, fez com que a indignação com esses casos desencadeasse numa alternativa para evitar a morte tão violenta de crianças ainda pagãs. Assim, como já era comum em alguns países da Europa, no século XVIII foram criadas as primeiras casas de caridade para receber as crianças abandonadas e evitar sua morte sem o sacramento do batismo.

Essa inquietação teve muita repercussão na sociedade da época. As Santas Casas do Rio de Janeiro e de Salvador chegaram a acolher 50 mil crianças abandonadas durante os séc. XVIII e XIX. Tudo isso devido às pressões de senadores, governadores, comerciantes, todos sensibilizados com a situação e influenciados pelos princípios cristãos.

Além das Santas Casas, para tentar resolver o problema do abandono de bebês, que em muitos casos levavam à morte dessas crianças, as câmaras municipais também criaram uma forma de auxiliar aquele que quisesse cuidar de um *enjeitado*¹⁹. Para tanto, patrocinaram algumas formas de auxílio aos bebês, e quem os encontrasse ou recebesse deveria inicialmente batizar a criança e em seguida, com o documento do pároco, explicando a situação do acolhimento do recém-nascido, poderia dirigir-se às câmaras para receber um auxílio, que segundo Venâncio (1997, p. 191), era na maioria dos casos baseado numa relação clientelista ou de amizade. Essa ajuda financeira variava com o passar do tempo e terminava quando a criança chegava aos sete anos.

¹⁹ *Expostos* ou *enjeitados* eram termos comumente utilizados no Brasil para se referir à criança abandona. (MOTTA, 2001, p.52).

Em Salvador, Recife e Rio de Janeiro, as Santas Casas adotaram uma maneira mais discreta e menos constrangedora, bastante utilizada em Portugal, como forma de acolher as crianças *enjeitadas* sem que a pessoa que deixasse a criança pudesse ser notada por quem estava no prédio: a *Roda dos Expostos*²⁰. Assim sendo, as casas de misericórdia tornaram-se uma alternativa para aqueles que não queriam passar pelo constrangimento dos interrogatórios das câmaras, apesar do auxílio deste último ter sido bem mais divulgado. Venâncio (1997, p. 191) também detalha, que nos lugares onde só havia o auxílio das câmaras, o abandono *selvagem* continuou existindo e ajuda privada tornou-se a principal forma de proteção aos *enjeitados*.

Como falamos anteriormente, o abandono era mais freqüente nas áreas urbanas e ainda maiores nas zonas portuárias, sendo que, no campo e no litoral sua ocorrência era menos freqüente. Segundo Venâncio (1997, p. 193) devido à necessidade de mão-de-obra, já que o sistema escravista era desestruturado, para camponeses e pescadores pobres o acolhimento dessas crianças até mesmo como agregados da família era muito importante, já que neste período, as crianças desde muito cedo trabalhavam junto aos pais, desta forma, sua força de trabalho era de fundamental importância para o sustento família.

Esgotando-se os casos em que a pobreza era o principal motivo do abandono, restavam os casos que afligiam a moral e os bons costumes da época. Mulheres brancas que davam a luz filhos ilegítimos e por medo da condenação moral deixavam seus filhos nas *Rodas* ou até mesmo levavam a criança ao batismo como tendo acolhido na rua como *enjeitado*.

Neste período, as formas do abandono eram variadas, mas dentre elas Venâncio (1997) explica:

Evitavam, por assim dizer o *abandono selvagem*. Muitos depositavam a criança na soleira da porta, fazendo barulho para chamar atenção dos moradores e fugindo em seguida para os arrabaldes, onde se escondiam até terem certeza de que a criança fora bem acolhida. (VENANCIO, 1997, p. 193)

Algumas mulheres quando adoeciam e se encontravam internadas, também enviavam seus filhos para as Santas Casas, sendo que de forma provisória até sua recuperação. Em alguns casos, essas mães morriam e devido à situação e o órfão era acolhido como *enjeitado*.

20 Cilindro giratório na parede das Santas Casas que permitia que a criança fosse colocada de fora sem que fosse vista por quem estava dentro, e assim, ao girar a roda, a criança seria recolhida sem causar constrangimento para quem entregava e para quem recebia (VENÂNCIO, 1999, p. 191).

Na maioria dos casos de abandono, o silêncio sobre a origem do bebê e as circunstâncias do abandono, eram freqüentes. Os casos ocorriam sempre à noite, sem nenhuma testemunha, as *Rodas* evitavam o constrangimento e a sociedade se satisfazia em, ao menos, não presenciar casos de *abandono selvagem*, o que faz permanecer essa sombra que encobre a história do abandono de crianças impossibilitando que suas origens sejam, ainda hoje, ao todo, compreendidas.

Segundo Gonçalves (1987) as *Rodas dos Expostos*; sua razão de existir e a forma como se procediam nos casos dos *enjeitados*, nos coloca diante de uma reflexão sobre “um determinado tipo de moral que conduzia as relações familiares” da época (apud. MOTTA, 2001, p. 53). De certa forma, essas instituições regulavam a vida das famílias e seus possíveis desvios do que era apropriado segundo os valores daquela sociedade.

Segundo a moral cristã, os filhos fora do casamento eram extremamente recriminados, tanto pela igreja como pela sociedade. Essa mesma moral, reproduzida pelo cristianismo, também pregava ser uma atitude cristã, o acolhimento e a criação de um *enjeitado* mesmo sem o auxílio financeiro das câmaras.

Como já foi dito, Venâncio (1997) observa que os casos de abandono quase não ocorriam no meio rural, o que nos faz refletir sobre a condição feminina nesses diferentes lugares, área urbana e rural; na importância da mão-de-obra infantil para o sustento da família no campo nesta época e no fato das cidades possuírem um número bem maior de miseráveis do que o campo. E, talvez, possamos refletir também, sobre duas questões: as estratégias de que dispunham as mulheres do campo para que uma gravidez *indesejada* não se transformasse em mais um caso de abandono, desde os domínios e conhecimentos sobre formas de aborto e/ou infanticídio, até as estratégias utilizadas para acolher o próprio filho como um *enjeitado*, o que também infecção ocorria nas cidades; outra questão que exige nossa reflexão, é o fato da influência da moral cristã, talvez, não ter a mesma capacidade de regular o comportamento dos camponeses o quanto possuía no controle da sociedade urbanizada, desta forma, uma questão de classe também se coloca. Pois segundo Venâncio (1997), as negras e mestiças não eram tão discriminadas por razão de assumir um filho ilegítimo, como eram as mulheres brancas e, certamente, quanto maior sua classe econômica maior também a necessidade de encobrir seus deslizes.

(...) a instalação da *Roda* procurava evitar crimes morais. A instituição protegia as brancas solteiras dos escândalos, ao mesmo tempo em que oferecia alternativa ao infanticídio. Havia predomínio de expostos brancos na *Roda* de Salvador e a interpretação deste fato pelos historiadores radica-se na compreensão do abandono

como sendo atribuído à dupla moral, comum às famílias brasileiras de classe média ou alta e de raça branca. (MOTTA, 2001, p. 55)

Motta (2001) explica que para os *higienistas*, a *Roda* consistia num problema de ordem moral e pública, no que diz respeito à família e ao seu comportamento, ao mesmo tempo, que possibilitava o arrependimento e a mudança do comportamento da mulher que optasse por levar uma vida *digna*, longe do julgamento e da condenação moral por sua *má conduta* (MOTTA, 2001, p. 55).

Os motivos para o abandono não se restringiam à condenação moral, apesar deste fator ter sido o de maior incidência, outros fatores também levaram ao abandono de muitas crianças no período colonial e, segundo Venâncio (1997), são eles: a pobreza; a dissolução da família; o nascimento de gêmeos; a morte dos pais (principalmente nas cidades onde o índice de mortalidade era alto devido a surtos epidêmicos); doença da criança (as Santas Casas consistiam no único lugar que dispunha de tratamento médico para as crianças neste período) e a miséria e indigência em épocas de aumento do custo de vida.

As mulheres de camadas pobres também recorriam ao abandono ou formas de manipulação desse abandono, para obter as ajudas das Câmaras municipais, por todas as razões citadas e também pela própria situação da pobreza:

A escravidão e a miséria deixaram como herança séculos de instabilidade doméstica. Herdeiros de uma complexa e ao mesmo tempo frágil vida familiar, as camadas populares improvisaram até mesmo as formas de amor e de criação dos filhos. (VENÂNCIO, 1997, p. 202)

Diante dessa frágil realidade, estratégias como a “*circulação de crianças*”²¹ já era comum entre a população pobre. Algumas mulheres davam seus filhos para serem criados por vizinhos, amigos ou parentes, que receberiam o auxílio das Câmaras para criar. As crianças circulavam pela

21 A expressão “circulação de crianças” denomina a transferência e/ou partilha de responsabilidades de uma criança entre um adulto e outro. Segundo Fonseca (1990), esse é um exemplo típico de práticas realizadas por toda parte do mundo, sendo adaptada a cada realidade sócio-cultural. A “circulação de crianças” deve ser vista como forma de demonstrar que a hegemonia do modelo de família moderna não se exerce da mesma forma em todas as camadas sociais. Na verdade, podemos pensar que ele não está ao alcance de todos (materialmente falando): “nem mero resquício do passado, nem necessariamente augúrio do futuro, a circulação de crianças, tal como a descrevo, seria apenas uma entre várias normalidades possíveis entre as práticas familiares na sociedade complexa atual” (FONSECA, 2002, p. 56).

rede de vizinhança e parentesco e esse *mecanismo de sobrevivência* era, cada vez mais, visto com naturalidade pela sociedade (VENÂNCIO, 1997, p. 202).

O abandono no período colonial também pode ter suas causas, eventualmente, no controle da natalidade. Já que, segundo Venâncio (1997, p. 205) a utilização de práticas contraceptivas ou abortivas neste período, não são conhecidas. Também, o autor acredita ser pouco provável a difusão desses métodos no Brasil colônia, tanto pela sua dimensão geográfica, quanto pelos valores patriarcais das grandes famílias de prole numerosa, aqui difundidos.

A esse respeito, é importante lembrar, que as mulheres, mesmo sob a dominação seja do patriarca ou mesmo do controle da moral e dos bons costumes, sempre teceram estratégias “formas de exercer um certo controle sobre suas vidas a despeito de uma situação tão adversa” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 19) , bem como:

No desespero diante da gravidez indesejada e do fruto que não se queria, as mulheres de todas as épocas sempre contaram em interromper a gravidez por meio de drogas abortivas. Algumas delas tão perigosas que sua ingestão requeria vontade férrea. Por conseguinte, as mortes duplas, de mãe e filho, não eram inusuais. (...) Além dos procedimentos farmacológicos (...) existiam também aqueles mecanismos de mais fácil emprego. Golpes aplicados no próprio ventre, pulos de alturas variadas, o hábito de carregar fardos pesados ou de arrastar-se de barriga pelo chão; relações sexuais violentas, vômitos e diarréias instigadas propositalmente. (...) As múltiplas receitas com o fim de induzir a menstruação, expulsar a placenta, o feto morto, ou as “molas” serviam sob medida para tentar-se o aborto. (DEL PRIORE, 1995, p. 302).

Portanto, a que se pensar a respeito dessa prática, também neste período, como estratégia de controle de suas vidas reprodutivas, já utilizadas pelas mulheres. E neste caso, o abandono poderia ser uma prática utilizada também quando estas não surtiram efeito.

O autor também identificou em sua pesquisa, a ocorrência de casos de abandono nas *Rodas*, de crianças mortas. E, como as cerimônias funerárias eram muito importantes neste período, tanto para os cristãos como para as tradições africanas, médicos e administradores das santas casas acreditavam que essa atitude partia dos senhores de escravos para economizar com o funeral das crianças cativas. (VENÂNCIO 1997, p. 208).

Uma curiosidade também se coloca neste caso dos *enjeitados* já mortos: o funeral era considerado um ritual cristão de grande respeito, já o funeral de uma criança escrava não necessitava de muitos recursos. Considerando que a ocorrência de crianças pardas ou negras deixadas nas *Rodas* era muito inferior às brancas, inclusive quando se tratava das crianças já mortas. Isso nos remete a pensar, que os casos de abandono de crianças mortas, encobriam, na

verdade, casos de infanticídio pela população branca – considerado um crime terrível neste período ao contrário do abandono, que não consistia em crime nem acarretava a perda do poder familiar – por outro lado, o autor aponta para outro elemento que poderia explicar o abandono de crianças mortas de cor branca: essas crianças poderiam ser filhos de casais pobres ou miseráveis sem condições de pagar o enterro e/ou vítimas de um período de forte inflação monetária e grandes surtos epidêmicos. Atrelado a esses fatores vão surgir também as mudanças institucionais como a laicização dos cemitérios o que sugere que o abandono dessas crianças lhes garantiria um enterro cristão (VENÂNCIO, 1997, p. 211).

Bem, e quanto ao destino dos *enjeitados* vivos. Como Venâncio (1997) demonstra, a mortalidade das crianças colhidas pelas Rodas e Câmaras era enorme, chegando há setecentas mortes em mil crianças entre zero e sete anos. As mortes tinham relação com os poucos recursos das instituições e da pobreza das famílias que recolhiam algumas crianças junto aos baixíssimos auxílios pagos pelas Câmaras, assim como técnicas artificiais de amamentação inadequadas e vários outros fatores como doenças, mas que possuem diagnósticos pouco claros em relação às suas causas (VENÂNCIO, 1997, p. 205). Segundo o autor, quando o cuidado de um *enjeitado* não estava relacionado ao auxílio das Câmaras e sim, uma atitude influenciada pelos valores cristãos, a sobrevivência da criança era mais freqüente.

Por fim, em seu estudo sobre o abandono de crianças recém-nascidas durante o período colonial brasileiro, Venâncio (1997) coloca as diversas características do abandono, como *formas paradoxais de proteger a criança*. Porém, o autor chegará a um questionamento que nos ajudará a refletir sobre a questão do abandono e a forma que ele é percebido pela nossa sociedade nos dias atuais.

Eis o questionamento: – “cabe perguntar se alguns enjeitados eram fruto do sentimento inverso, da falta de amor ou da irresponsabilidade das mães”. E, mais uma vez, diremos, os dados sobre o abandono são, infelizmente: obscuros, incompletos e complexos, “sugerem perguntas, mas escondem respostas” (VENÂNCIO, 1997, p. 201). A seguir, iremos perceber que, mesmo hoje, com a maternidade existindo no patamar que existe, com a força do mito, com o que (e com quem) contam às mulheres que não tem condições de cuidar sozinhas de seus filhos? E se sentem cobradas a amar essa prole, muitas vezes, indesejadas, as vezes queridas, mas que não conseguem cuidar? E, novamente, os dados não oferecem respostas conclusivas.

CAPÍTULO 3 – AS “MÃES MÃS”

“O silêncio tem as suas vantagens, mas se encarrega de falar muito mais que as palavras.”

(Fátima Quintas)

A história tem mostrado que, somente quando algumas questões consideradas de âmbito privado fugiram do controle dos atores sociais confinados a esse espaço (mulheres, crianças e idosos, por exemplo) é que essas questões tomaram lugar no espaço público. Vários ditos populares dão conta de uma espécie de “*proibição*” no que concerne a interferência do público (sociedade e Estado) no espaço privado, o espaço da família. Poderíamos citar o ditado popular tão conhecido que *orienta* não ser devida a interferência da sociedade ou do Estado nos casos de violência doméstica: “*Em briga de marido e mulher, não se mete a colher*”. Para ilustrar essa dificuldade em tornar as questões inerentes ao espaço das famílias, em questões que também dizem respeito ao espaço público, temos o caso da lei Maria da Penha²², que só se tornou possível após longos anos de lutas exaustivas travadas por essa mulher em busca do reconhecimento de seus direitos enquanto cidadã. Segundo Faleiros (2004) “a transformação de uma questão privada em pública não se faz linearmente, mas de acordo com as correlações de forças em presença na sociedade, os interesses em jogo no campo social, político, econômico, simbólico e cultural”.

Não sei o que acontece além dos marcos deste pequeno povoado. Tenho três filhos que vão à escola, que não ensina nada. Não sei o que fazem lá. Tenho medo que eles se transformem em marginais. Sou analfabeta. Cheguei a estudar, mas não aprendi coisa alguma. Minha cabeça é ligeira, não percebe coisas complicadas. A gente nasce para enfrentar o que é ameno. Assino o nome com nervosismo. Às vezes, consigo ler as letras grandes do jornal quando passo em algum boteco que vende revistas. Não tenho interesse nas promessas dos políticos.

²² Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Vivo sozinha (sem companheiro), sou lavadeira e ainda faço faxina. Vejo o mundo. Mas o mundo não me vê (Rosineide). (Apud. QUINTAS, 2005, p. 107)

Neste capítulo iremos analisar um cenário de certa forma, invisível, silenciado e oculto. Apesar de sua longa duração histórica na sociedade brasileira, como foi possível observar no capítulo anterior, a situação do abandono de bebês hoje, ainda é invisível, pelos dados que não são concretos, e silenciada, pelos tabus que a deserção da maternidade, ainda hoje, provoca.

Buscamos tecer esta análise através da publicização desses casos pelo meio jornalístico, o que nos possibilitará, não só avaliar a abordagem dessas notícias, mas também a prevalência dos tabus, preconceitos, culpas e estereótipos que envolvem esse cenário. Observamos como vai sendo construído um olhar acerca das responsabilidades e não responsabilidades dos diferentes atores, como as mães, o Estado, sociedade e a figura paterna. Da mesma forma tentamos mostrar a conservação de determinados julgamentos em relação à mulher desertora da maternidade assim como, a percepção do direito à escolha de maternar – o que significa ter em mente também a situação econômica das mulheres pobres, devido à desigualdade social e a ausência do Estado no cuidado com o cenário da geração e da criação dos nossos cidadãos.

Trataremos então neste capítulo, inicialmente, das questões metodológicas desta pesquisa; em seguida, da abordagem dos casos de abandono pela mídia jornalística e, por fim, dos dados que a pesquisa nos revela através do que está explícito e do que está implícito nas reportagens e que nos foi possível verificar.

3.1 Procedimentos metodológicos

Para esta dissertação, foi elaborada uma pesquisa quali-quantitativa das reportagens publicadas em dois grandes jornais brasileiros, com, o segundo e o terceiro maior número de leitores no país, são eles: O Globo e Folha de S. Paulo. Buscamos analisar todas as reportagens veiculadas entre o período de 01.01.2008 à 31.12.2010 nesses dois jornais.

“OGLOBO” e “Folha de S. Paulo” também são o segundo e o terceiro maior jornal do país em circulação paga do ano de 2010 (segundo a Associação Nacional de Jornais – ANS²³, onde fomos buscar alguns dados). E possuem como perfil de leitores, em sua maioria, jovens de 15 a 24

23 O Jornal que está em primeiro lugar em circulação no ano de 2010 é o “Super Notícia” de Minas Gerais, só aparece entre os dez maiores jornais nacionais a partir de 2006 e entre os três maiores a partir de 2008. Por se tratar de um jornal relativamente recente optou-se por trabalhar com jornais mais antigos.

anos e adultos de 25 a 44 anos e em relação ao sexo, os homens representam 51% dos leitores e mulheres 49% (ANS, 2011).

O acesso aos jornais de circulação diária no Brasil nos últimos anos tem sido um pouco mais de 50% de vendas avulsas e 49% de vendas para assinantes. Por diversas razões, optou-se pela verificação on-line das fontes, não só devido a praticidade do acesso às reportagens, mas também por uma crescente tendência da população em acessar informações e notícias de jornais no meio digital – infelizmente, a mídia televisiva ficará de fora de nossas análises, embora reconheçamos a importância desta, mas uma aproximação a essa dimensão fugiria em muito aos nossos objetivos e ao tempo disponível.

Como era previsível em vista das tendências internacionais, a mídia que mais cresce no Brasil em audiência e faturamento publicitário é a Internet. Entre 2008 e 2009, o faturamento bruto da mídia Internet passou de R\$ 759,3 milhões para R\$ 950,4 milhões, o que representou um crescimento de 25,2%, elevando sua participação no bolo publicitário para 4,27%. Isso a situa como 5ª maior, pouco atrás do Rádio, ao qual deverá ultrapassar durante o ano de 2010. O crescimento está relacionado à expansão da renda média da população e do número de residências com computador, que em 2009 chegou a 18,3 milhões (aumento de 32%), 13,5 milhões das quais com conexão em banda larga. Com isso, o número de lares com esse tipo de acesso à internet passou a representar 24% do total de moradias brasileiras, um crescimento de 35% relativamente a 2008. São dados expressivos, especialmente quando combinados com a estrutura demográfica brasileira, que passa por um acelerado processo de envelhecimento. Atualmente, as faixas etárias mais numerosas da população já não se situam na base da pirâmide demográfica, mas correspondem aos adolescentes e jovens adultos, entre 10 e 24 anos. Entre 2009 e 2010, o número de jornais diários com edições online sofreu uma ligeira redução, caindo de 133 para 132. Em compensação, a audiência prosseguiu crescente a um sólido ritmo de dois dígitos, chegando a 15,6 milhões de visitantes únicos por mês em janeiro de 2010, contra 12,8 milhões, no mesmo mês de 2009. (ANS, Comentários sobre o meio Jornal. Disponível em www.anj.org.br. Acessado em: 10.02.2011)

As reportagens foram catalogadas buscando identificar: o ano em que ocorreu o abandono; o estado; o lugar onde a criança foi abandonada; a idade e o sexo da criança; quem foi citado pela reportagem como possível autor do abandono; quem encontrou a criança; qual a situação em que ela estava quando foi encontrada e quantas vezes cada caso apareceu nos jornais. Não buscamos aqui traçar um perfil do abandono hoje no Brasil, tendo em vista que isso não seria possível apenas através de reportagens e, talvez, outras documentações sobre esta realidade, também sejam inexistentes ou de difícil acesso. Por outro lado, tentaremos traçar o perfil – na medida do possível – dos sujeitos envolvidos, as razões elencadas para o abandono de bebês; a participação materna e

paterna, bem como a referência a algum outro familiar, o desenvolvimento do caso e os resultados gerados. Tentaremos perceber elementos que expressam o olhar, em sua maioria, intrínseco de mitos que atribuem, quase que exclusivamente à mulher a responsabilidade de maternar, buscando observar as relações de classe e gênero, a questão da identidade feminina, bem como, o contexto onde esses casos se desenvolvem nos dias atuais e a historicidade do “abandono”.

Analisamos as reportagens com o objetivo de conhecer essas mulheres e nos aproximarmos das carências reais no que concerne às políticas de gênero com o intuito de fazer uma analogia com a proposta de política pública para as mulheres do atual governo e sua relação com as necessidades que se expressam na realidade analisada. É nosso interesse, ainda – e em conformidade com questões discutidas a partir da inserção no nosso núcleo de pesquisa – refletirmos atentamente acerca de noções, como “abandono” e “negligência” e, assim, restituir à essas mulheres o contexto onde suas histórias se desenvolvem.

É importante ressaltar que esta pesquisa deparou-se com casos variados de abandono, sendo necessário explicar os limites de nossa análise. Quando falamos sobre abandono de bebês, estamos nos referindo aos casos em que as crianças são, literalmente, abandonadas, deixadas intencionalmente em lugares geralmente públicos. Essa delimitação se faz necessária, pois são cada vez mais recorrentes as reportagens que trazem como casos de abandono, situações em que crianças são deixadas sozinhas em casa sem um adulto responsável pelos seus cuidados, caracterizando também um ato de negligência, mas, que não se insere no contexto de abandono aqui apreciado. Todos esses casos foram catalogados, como pode ser observado em anexo, porém as análises quantitativas se detiveram ao abandono delimitado neste parágrafo, que também foi o estudado por Venâncio (1999) no contexto do período colonial.

Por esta razão, nosso objetivo é fomentar uma análise da atual realidade do abandono no Brasil, através das notícias veiculadas na mídia sobre esses casos. Busco tecer algumas questões relevantes sobre o tema, não só características dos casos em si, mas da forma como esses casos são tratados pela mídia jornalística, fomentando *um olhar*, que, talvez, não seja aquele que tem sido apreciado por esta sociedade e por estas reportagens nos últimos anos. Vejamos então, inicialmente, como tem ocorrido a relação entre a mídia jornalística e os casos de abandono de bebês.

3.2 A Mídia e a questão do abandono de bebês

A humanidade é capaz de produzir conhecimentos fantásticos, que mudam o rumo de sua vida e história. As descobertas realizadas no campo da comunicação, particularmente nos últimos dois séculos, tiveram esta capacidade. Alteraram o modo de vida de populações, ditaram costumes, necessidades de consumo, mudaram noções de tempo e espaço. (SALLES; RUIZ, 2009, p. 82)

A mídia, enquanto novo ator na arena social mundial, também se rende por vezes ao mercado de livre comércio. O capitalismo com o advento da globalização tem influenciado de tal forma os meios de comunicação que esse cenário, já tão próprio de conflitos e contradições, torna-se cada vez mais num lugar de disputas e jogos de interesses inerentes ao mercado.

Como vender jornais todos os dias ou garantir a audiência diária dos telejornais, mostrando sempre as mesmas coisas? Para manter seu público atento, o jornalista precisa surpreender diariamente. (...) A notícia precisa surpreender e surpreender pressupõe não ser previsível. A descontextualização do fato, através de técnicas de produção de título e lide, no jornalismo, tornam os fatos mais surpreendentes. Longe do contexto que lhe dá sentido, o fato provoca surpresa. (SALES; RUIZ, 2009, p.106)

Desta forma toma lugar na sociedade atual o sensacionalismo, na disputa entre os meios de comunicação, pelo poder e pela competitividade no mercado. “À media que ocupam o poder e precisam mantê-lo, os jornais burgueses modificam, não só o conteúdo, mas também a forma.” (SALES; RUIZ, 2009, p. 109).

Por esta razão, trataremos neste item do olhar da mídia jornalística brasileira sobre os casos de abandono de bebês. Por vezes se mostrará, ao contrário do que prega, parcial e intolerante²⁴, desconsiderando o contexto e a historicidade dos fatos e dos (pré)conceitos culturais. Normalmente essas reportagens retratam uma realidade muito discutida atualmente, porém, pouco aprofundada no que concerne ao contexto e dimensões da questão social que nela se expressa. Destaca-se, na verdade, o componente sensacionalista e eivado de senso comum.

Devido a vários fatores na atualidade, mas inicialmente, ao estigma social do filho ilegítimo, desde o Brasil colônia o abandono de bebês em situações deprimentes é algo recorrente, chegando a serem criadas instituições onde essas crianças poderiam ser deixadas anonimamente, para amenizar a questão do abandono em calçadas e florestas, onde na maioria dos casos não sobreviviam, conforme cita Venâncio (1997).

24 Diferentemente do que aconteceu com as *Mães de Acari*, onde a mídia, ao mesmo tempo em que atuou como um reforçador da imagem materna tradicional, também enfatizou uma imagem renovada de mães em luta e se transformou, para muitas dessas mulheres como um possível interlocutor.

O abandono de bebês é um tema hoje, recorrente na mídia, mas, apesar de ser tratado como algo novo, excepcional, tem sua origem, segundo Motta (2001), já no século IV junto ao conceito de ilegitimidade. As mulheres solteiras que engravidavam, recorriam desde então, ao infanticídio ou o abandono da criança para fugir da marginalização que a sociedade lhe impunha, pois, quando resolviam ficar com seus filhos sofriam o preconceito e a rejeição social.

As reportagens são centradas na suposta monstruosidade do fato e na culpabilização das mulheres. São raríssimos os momentos nas reportagens, que mencionam o pai do bebê e/ou sua responsabilidade no abandono, mas, quando se trata de criticar a mulher, uma mãe que afirmam categoricamente não “desejar” o filho, as sugestões para resolver o problema são várias. Nessa reportagem o editor coloca:

O bebê tem 3 kg, 49 cm, e é normal. Foi acolhido e protegido. Um caso de final feliz. Quantos bebês em todo país são abandonados diariamente? Quantos morrem antes de serem acolhidos? Quantos são “abandonados” logo após o parto para uma adoção fora da lei? Sabe-se bem que há muitas mães que realmente não querem seus filhos. Crianças indesejadas, considerados estorvos pelas suas próprias mães, terão muitas dificuldades no seu desenvolvimento social, psicológico e até biológico. (Folha de São Paulo, 26/01/2008)

O que demonstra a parcialidade em relação à notícia que transmite e o desconhecimento dos valores simbólicos que carregam sua reportagem, sem questionar, por exemplo, as diversas circunstâncias que podem interferir no próprio “querer” de uma mulher em relação a um filho; são questões muito mais complexas, que perpassam pelo “poder querer”. É impressionante como uma questão que vem ocorrendo através dos séculos ainda encontra hoje o mesmo olhar discriminatório em relação à essa mulher que desiste da maternidade.

Ao analisar reportagens de abandono de bebês a socióloga Ana Liési Thurler (2008) chama atenção em um artigo publicado no “Correio Brasiliense” para o cuidado que se deve ter com a possibilidade de uma construção de verdades que o foco escolhido pela mídia é capaz de criar, relata que a maioria dos jornalistas que escrevem essas notícias são homens, demonstrando um olhar parcial e carregado de violência de gênero sobre as mulheres que, por alguma razão, não desenvolvem ou escolhem esse “amor materno” tão mitificado e reafirmado pela sociedade burguesa capitalista. Também não demonstra nenhum interesse com questões simples como: em que condições sociais, econômicas e psicológicas essa mulher se encontra? Onde está o pai do bebê? Qual o “caminho” percorrido até o momento do abandono de seu filho em condições tão adversas?

Thurler (2008) fez uma pesquisa de um ano e meio colhendo reportagens de abandono de bebês nos dois jornais de maior circulação na nossa capital, Brasília. Suas constatações foram intrigantes: apenas 30% das reportagens sobre o tema estudado de um dos jornais, eram produzidas por mulheres e, no segundo jornal, apenas 6,5%, mostrando a predominância do olhar masculino sobre os casos de abandono de bebês.

Características importantes são percebidas por Thurler (2008) nessas reportagens, que reafirmam valores que culpabilizam as mulheres, como por exemplo, no fato de que “nem uma só matéria traz o pai para os acontecimentos, atribuindo-lhe responsabilidade”. E questiona duramente: será que “a mídia participaria, ao lado de diversas instituições, de um processo de *eliminação cultural do pai?*”.

Além de outras características, o foco utilizado pela mídia traz – a partir de uma linguagem que se quer neutra e objetiva – uma forma lingüística e cultural que está intrínseca de uma violência de gênero em relação às mulheres que de uma forma geral recusam a maternidade. Também pode servir, de forma silenciosa e respaldada no apelo emocional, como uma tentativa de reafirmar os papéis estabelecidos como masculinos e femininos na sociedade atual.

Um caso que chama a atenção de Thurler (2008), é o de uma retirante nordestina que após ser abandonada pela segunda vez, tentou abortar aos oito meses de gravidez e, não conseguindo, enterrou o filho logo ao nascer. A história é chocante? Sim, muito. Então perguntamos: se essa mulher não sofre de problemas psíquicos como é o caso, e chegou a tal ponto de desespero, será que podemos imaginar quão grande é a proporção do *abandono* dela? Todos os demais responsáveis pela vida dessa criança também foram negligentes: o pai e o Estado e a sociedade (como inclusive está previsto em nossa Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente).

O que mais intrigou a antropóloga foi o fato de um mesmo jornal ter publicado essa matéria por dezesseis vezes, somente no período da pesquisa, e em nenhuma delas ter atribuído qualquer responsabilidade ao pai que abandonou a mulher no dia anterior ao nascimento do filho. Pelo contrário, seu nome só foi citado por seis vezes e sem muitos detalhes. Podemos concordar com Thurler (2008), que “o comportamento da mídia – nas formas de interpretação e disseminação dos fatos e, muito especialmente, no caso emblemático em foco, de deserção provisória da maternidade e de deserção da paternidade – constitui uma forma de violência de gênero” (THURLER, 2008). Para essa autora, nosso sistema social – classista, sexista e racista – atua subordinando a mulher que é exposta, intimidada moralmente e constrangida: ela “é mulher, pobre, migrante nordestina,

duplamente desterritorializada – geograficamente e pelo comportamento adotado, que a retirou do grupo de mães *normais*, de *boas mães*” (THURLER, 2008).

Os meios de comunicação, não detalham as circunstâncias, as razões, a situação dos serviços de saúde reprodutiva nos hospitais e do sistema de adoção no país. O foco das matérias é apenas o bem-estar da criança. Como é bem colocado pela antropóloga em seu artigo:

A mulher abandona, a criança sofre. A mãe se ausenta, um vigia do bloco vira protagonista. A mãe não quer o filho, o homem assume a guarda. A mulher toma outra decisão que não a maternidade, a Justiça a joga na cadeia. A mídia, em vez de tratar essas mulheres como interlocutoras legítimas, tem ajudado a transformá-las em mais um “outro” monstruoso. E, assim, o silêncio permanece duplo: primeiro, ela passa sozinha por todo o processo e, depois, quando o caso vem a público, novamente sua voz e sofrimento são calados. (FLEISHER, 2008).

E ainda salienta que no âmbito judicial, a polícia e a Justiça, conhecidamente morosas, são ágeis para encontrar e condenar essas mulheres; parece haver “algum intuito didático e repressor nessas medidas”. Talvez abandonar um bebê, afirmar que não querem ser mãe, seja uma “transgressão” contagiosa demais. “Como seria o Brasil se as mulheres pudessem decidir, realmente, o rumo da própria vida reprodutiva?” (FLEISCHER, 2008). Ainda segundo Fleischer (2008), as reportagens de abandono de bebês têm certa preferência em destacar detalhes que ela define como “sórdidos”. E ressalta que as reportagens não citam o fato dessas crianças serem sempre deixadas em locais públicos de grande circulação de pessoas, um detalhe que pode demonstrar que o fato de “não levantar suspeitas imediatas explicam a preferência pelos locais, o que demonstra que elas têm a preocupação de que seu filho seja encontrado e ao mesmo tempo de que elas não sejam descobertas”, tentando assim ficarem livres do estigma e da condenação social por serem desertoras da maternidade.

À medida que o foco dado pela mídia, que é hoje um grande e talvez o maior veiculador dos valores populares, for o foco do abandono do bebê, e não das questões que repercutiram nesse abandono, que não a simples explicação do “não desejar”, enquanto o olhar sobre esses acontecimentos forem parciais, preconceituosos e imediatistas, não serão tratadas as verdadeiras questões que acarretam em recorrentes abandonos: as mulheres têm realmente poder de escolha quando se encontram grávidas, abandonadas pelo pai do bebê e sem apoio do Estado, pois sabem que não conseguirão creche, por exemplo, para colocar seu filho e poderem trabalhar? E que, possivelmente, nem mesmo um emprego razoável para sustentar seu filho, ela conseguirá?

A resposta que essas mulheres têm é, na maioria das vezes, não. Sabem que não encontrarão apoio em lugar algum. Desde o início da gravidez essa mulher sabe que não tem o direito de escolha e que a sociedade lhe impõe toda responsabilidade por essa gestação e que no momento da deserção da maternidade, se o fizer publicamente, será condenada pela sociedade (estigma de abandonar um filho, que é agravado talvez pela falta de preparo dos profissionais que trabalham com adoção), mas, se o fizer anonimamente, o Estado a verá como uma criminosa, então, esconde sua gravidez e abandona seu filho ao nascer em local onde talvez não seja descoberta.

A gravidez em si, já é um período de muitos conflitos emocionais para as mulheres, independente da classe social, não fosse o bastante, é nesse momento, segundo Motta (2001), que as mulheres são abandonadas: seja pelo companheiro ao saber da gravidez; seja pela família que não admite uma filha, mãe solteira (ou que não tem condições de amparar essa filha dada a desproteção pela qual também passa essa família); ou mesmo pela sociedade e pelo Estado, que não lhe dá condições necessárias para arcar com essa responsabilidade. Então, como encontrar meios para valorizar esse momento e se pré-dispor a maternar, se sua própria identidade de mulher, mãe e cidadã é colocada a prova e, de certa forma, negada.

Vejamos então, a seguir, alguns dados relevantes dos últimos anos no que concerne aos casos de abandono de bebês no cenário brasileiro. Mas antes de mergulharmos nos dados tabulados, será importante conhecermos um pouco mais do “como” essa pesquisa foi realizada. Assim, no próximo ponto, discutiremos a metodologia por nós utilizada.

3.3 A Pesquisa: *um olhar sobre o abandono*

Após termos tratado sobre os procedimentos metodológicos desta pesquisa e da relação entre o nosso tema “abandono” e a mídia e, partiremos então para as análises acerca dos casos de abandono de bebês aqui catalogados.

Como já colocamos nesse trabalho, ao longo da história das famílias, das mulheres e da infância, a dicotomia público x privado sempre se fez presente como espaços heterogêneos que não se comunicam e, mais ainda, estão em oposição um ao outro. Se a *saída* das mulheres para o espaço público foi um grande avanço para que elas pudessem ocupar também este espaço, não teve tanto êxito no sentido de diminuir a distância entre esses dois mundos. O cuidado com o lar, a família, os filhos, continuou sendo culturalmente de responsabilidade feminina.

Como vimos nos capítulos anteriores, a maternidade além de continuar sendo sacralizada também persiste sendo indissociável da figura feminina em nossa sociedade, portanto, àquela que *escolhe* outro destino: a deserção da maternidade, a não-maternagem (a própria questão da infertilidade apesar dos avanços científicos ainda se transforma num estereótipo de difícil convivência, para nós, mulheres), torna-se alvo do julgamento e do preconceito de uma sociedade ainda sobre forte influência dos mitos e conceitos que cercam esse tema e o universo feminino.

Os dados aqui apresentados nos ajudarão a entender um pouco mais do cenário do abandono hoje, como por exemplo: os lugares onde ocorrem o abandono; a idade das crianças; os motivos apresentados; uma estimativa dos casos de abandono por ano e por região. É importante ressaltar, que nossa pesquisa priorizou trabalhar com os casos de abandono em que as crianças eram literalmente abandonadas, em lugares públicos por exemplo, excluindo desta análise, os casos em que as crianças eram deixadas em casa por algumas horas ou dias, por entender que estes casos não se tratam do “abandono” que aqui estamos tratando, que é o mesmo do estudo de Venâncio (1999).

Em primeira instância, gostaríamos de tornar evidente o fato de que, ao analisarmos os dados sobre abandono de bebês hoje, tendo em vista as observações que aqui já tecemos sobre abandono no Brasil no período colonial, pudemos verificar a constância de determinadas atitudes no ato de abandonar bebês, que persistem desde o período colonial até os dias atuais. Isso nos leva a entender o abandono de bebês como um fato de longa duração histórica.

De um modo geral, a pesquisa nos remeteu às seguintes considerações: a situação do abandono continua tendo um caráter cultural, econômico e de valores morais e de classe. Se antes, mulheres mais abastadas recorriam ao abandono por medo da condenação moral, hoje, as mulheres mais pobres, talvez recorram ao abandono por estarem segregadas de direitos reprodutivos e políticas para mulheres pobres e para a infância, que lhes dêem iguais condições, no que concerne às estratégias de controle sobre suas vidas reprodutiva e social, a que têm acesso mulheres de classe média e alta.

No que concerne, por exemplo, aos lugares escolhidos para abandonar as crianças. A opção continua sendo, na maioria dos casos, por lugares onde a pessoa que deixa a criança não seja vista, como terrenos baldios e vielas e/ou, lugares de grande circulação, como praças e portas de residências. A manutenção deste hábito nos faz refletir não só sobre o estigma que essas mulheres ainda hoje carregam quando *deserdam* da maternidade, mas também, de sua preocupação, na maioria dos casos, em que o filho seja encontrado. Estariam essas mulheres utilizando, conscientemente ou não, “formas paradoxais de proteger seus filhos” (VENÂNCIO, 1997).

Partindo do princípio de que, na maioria desses casos, o abandono material, familiar, estatal, já antecede o abandono físico dessas crianças, podemos pensar sim, nesta forma “paradoxal” de proteção, pois este bebê, não seria só mais uma criança institucionalizada e, sim, tal como Moisés, um bebê “encontrado”.

Muitas são as críticas nas próprias reportagens e possivelmente pelos seus leitores em relação à atitude do abandono, sempre questionando por que essas mulheres não deixaram seus filhos em instituições que pudessem acolhê-los e enviá-los com segurança à adoção. Porém, o que essas críticas não consideram, dentre outras questões é o julgamento social a que essas mulheres são imputadas por recusarem a maternidade, bem como, a desinformação e o julgamento social, dentre outras questões, que tornam o ato de entregar um filho a adoção, uma tarefa não tão simples como se possa prever.

Essas questões possivelmente contribuem para o distanciamento entre as mulheres que abandonam seus filhos e as instituições que podem acolhê-los: a desinformação como já citamos; a falta de preparo dos profissionais da área para lidar com essa realidade; a própria institucionalização dessas crianças (já que muitas mães acham que ao deixarem seus filhos em portas de residências eles serão adotados por aquela família) e o anonimato (pois muitas mulheres esconderam a gestação) e, por isso, têm medo de serem descobertas ao deixarem as crianças em alguma instituição.

Para Motta (2001) a entrega de um filho em adoção ainda é, no Brasil, um tema *tabu*. Isso mostra que o que é colocado em questão, muitas vezes, não é a forma como algumas mulheres decidem deserdar dessa maternidade, se é pela entrega do filho ou pelo abandono, mas sim, o fato delas demonstrarem que não “querem” maternas, não querem esse filho (mesmo que por traz desse “querer” esteja, na verdade, um “poder”). Os profissionais e a sociedade como um todo, têm dificuldade de lidar com essa realidade e as próprias mães também, os mitos ainda pesam muito sobre nós. Sendo a maternidade um tema sagrado, a deserção da mesma não poderia deixar de ser um tema *tabu*, por isso: o anonimato, a obscuridade, o silêncio que persiste sobre essa história de longa duração, o “abandono de bebês”. Então, vejamos os dados e as reportagens a seguir:

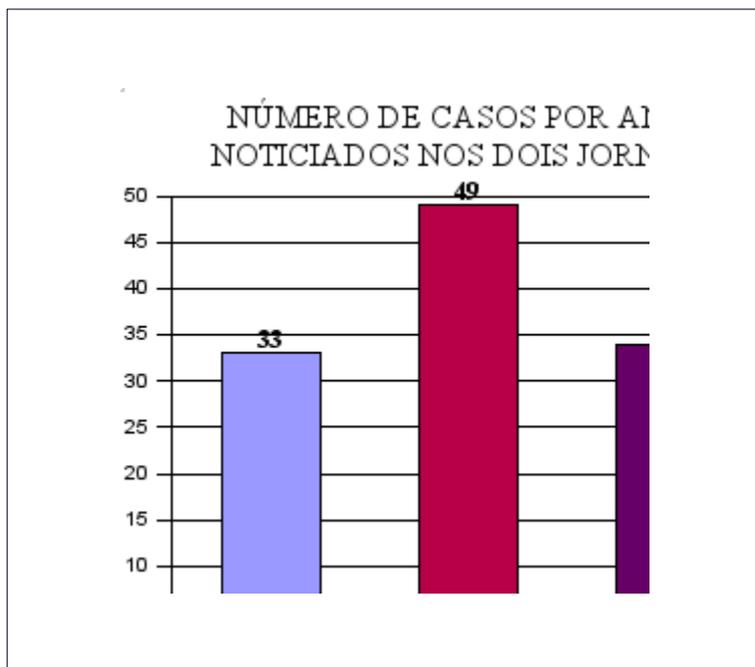


Figura (Fonte: O Globo e Folha de S. Paulo)

Nossa pesquisa detectou a existência de 179 reportagens sobre casos de abandono de bebês²⁵, entre o período de 01.01.2008 à 31.12.2010. Essas reportagens correspondem a 116 casos, pois, alguns aparecem em outras duas ou mais reportagens, temos também algumas exceções, que são casos que por alguma razão que iremos analisar, se repetem em outras cinco ou seis notícias, variando entre os dois jornais aqui pesquisados.

Como podemos perceber no gráfico acima, o ano de 2009 tem um número bem maior de casos de abandono citados nos jornais, que os anos de 2008 e 2010. Talvez possamos verificar alguma relação entre este crescimento (apesar de não tratar-se de um dado concreto) e o impacto da crise financeira internacional que teve início em 2008 com a falência de um tradicional banco de investimentos e em seguida, de outras importantes instituições financeiras, e que, apesar das medidas tomadas pelo governo brasileiro para evitar a recessão em nosso país, não escapamos de uma forte desaceleração da economia, que sofreu esse impacto exatamente no ano de 2009²⁶.

²⁵ Os nomes das pessoas citadas pelas reportagens foram substituídos por X ou Y para evitar expor ainda mais os personagens aqui envolvidos.

²⁶ “A crise que abateu a economia mundial em setembro de 2008, com a falência da Lehman Brothers, foi considerada a mais grave dos últimos setenta anos. (...) No período de setembro de 2008 a abril de 2009, o clima de incerteza econômica que se instala com a crise impactou o país,

Não podemos perder de vista uma diferenciação em relação ao período colonial, estudado por Venâncio (1997) que detectou que a maioria dos casos de abandono tratava-se de filhos ilegítimos de mulheres solteiras, ou de relações tidas como ilícitas para a época, mas que, em sua maioria, essas crianças vinham de famílias abastadas ou que possuíam algum poder aquisitivo. Hoje, ao contrário, o estudo sobre o abandono tem detectado que, quase sua totalidade, trata-se de crianças vindas de famílias e, principalmente, mulheres pobres, portanto, a questão econômica pode dizer muito sobre esta realidade.

Também são comuns – o que já nos aproxima do estudo de Vênancio (1997) – os casos em que são deixados ao lado das crianças fraldas, roupas, mamadeiras ou bilhetes. Em deles a pessoa que abandonou o bebê pede que, quem o encontrar, cuide dele e em outro bilhete, a pessoa diz não ter condições de cuidar da criança. Já nos casos em que os pais ou um deles foi localizado ou se apresentou/ram à polícia, a questão econômica é sempre colocada como o principal fator de ter levado ao abandono: algumas mulheres alegam não ter condições de cuidar da criança; outras dizem terem tido medo da reação da família, pois escondiam a gestação; outras explicam que tiveram medo de perder seu emprego, normalmente de babá ou doméstica; nos casos em que o pai e a mãe estiveram juntos à polícia, a questão econômica e o fato de já terem outros filhos (em um desses casos os pais afirmaram ter outros quatro filhos em abrigos) foi a principal explicação dada para o fato de terem abandonado o bebê.

Vejamos a reportagem e o caso a seguir:

O menino foi encontrado na noite de terça-feira (21) sob um banco da paróquia Santa Mônica, na avenida Ataulfo de Paiva, a principal do Leblon, pelo funcionário da igreja Guilherme Barbosa.

"Achei debaixo de um banco um pacotinho e, quando me aproximei, achei ter visto o rosto de uma criança. Acendi as luzes de novo e vi que era mesmo um bebê", contou Barbosa à Folha.

Os funcionários da igreja levaram o bebê para a 14ª Delegacia de Polícia (Leblon), que registrou o caso e chamou o conselho tutelar do Rio.

No bilhete, de acordo com o conselheiro tutelar Heber Bôscoli, a mãe do bebê afirma que ele é saudável e pede que ele seja adotado por alguém, porque ela não tinha condições financeiras de cuidar da criança. (...)
(Folha de S. Paulo, 22.10.2008)

tendo reflexos no refreamento do ritmo do crescimento econômico, com uma repercussão imediata no emprego.” (VASCONCELOS, 2010, p.101)

Esta reportagem mostra claramente a preocupação da mãe em que o filho seja adotado e aponta a questão econômica como justificativa para o abandono.

Este caso aparece ainda em outras duas reportagens no Jornal O Globo e Folha de S. Paulo, em uma delas, aparece o depoimento da mãe, que afirma ter levado a criança ao Conselho Tutelar mas, quando soube que o bebê iria para um abrigo, desistiu de deixar a criança no Conselho. Certamente, ao desistir de entregar seu filho para uma instituição e optar por abandonar a criança em uma igreja, essa mulher acreditava que, devido a comoção das pessoas que encontrassem o bebê, logo teria um lar.

Este pensamento se justifica quando percebemos que em muitos casos, dentre os 116 aqui analisados, as pessoas que encontraram as crianças abandonadas, muitas vezes na porta de suas residências, se apresentam ao Conselho Tutelar querendo adotar o bebê, pois de certa forma, ao encontrarem um bebê em sua porta, essas pessoas se sentem “pré-destinadas” a cuidarem daquela criança (no período colonial cuidar de um *enjeitado* era considerado um ato de generosidade cristã, pregado pela igreja católica), vemos então a influência desse pensamento até os dias atuais. E é verdade também que a imagem de uma (única, palpável) criança emociona mais do que saber de várias vivendo em instituições pelo país – mas que são despersonalizadas no registro de “crianças institucionalizadas”. Uma criança deixada à nossa porta é uma criança “real”, de carne e osso da qual temos mais dificuldade de nos livrarmos, de não ver.

Um caso em especial pode nos dar uma demonstração de como a questão econômica tem sido de fundamental importância para, muitas vezes, determinar a deserção da maternidade. Isso pode nos instigar também, uma reflexão sobre a maternagem, não só enquanto uma atribuição exclusivamente feminina, mas também como uma possibilidade, no que se refere a vivência desse ato, que se torna mais acessível, para as mulheres de classe média e alta. Pois, ao mesmo tempo em que a sociedade contemporânea continua propagando o mito da “boa mãe” ela não percebe o quanto as desigualdades não só de gênero, mas também de classe, segregam as mulheres pobres do direito à maternidade. Vários estudos recentes sobre a pobreza na América Latina, intensificada na última década pelas políticas de ajuste, têm chamado a atenção para o fenômeno da *feminização da pobreza* ou da pauperização das mulheres (FARAH, 2004).

Vejamos então o caso seguinte – em Belém – PA, em dezembro de 2010, uma mulher de vinte anos, empregada doméstica, dá a luz a um menino na noite de natal na casa onde morava e trabalhava como babá. Em seguida, colocou a criança em um saco e abandonou-a no quintal vizinho. Esse caso aparece em cinco reportagens diferentes só nos dois jornais aqui analisados. A

mulher, que havia escondido a gravidez da família e dos patrões disse em depoimento, que abandonou o filho por não ter condições de criá-lo e por medo de ser demitida de seu trabalho como babá. Não são raros os casos em que, quando as mães são ouvidas, declaram a questão econômica como principal motivo do abandono.

Quando os casos repercutem na mídia, há uma infinidade de doações e de interessados em adotar a criança, que nos faz pensar a respeito da influência da mídia na repercussão dos casos de abandono, bem como, na influência que esta situação tão impactante “o abandono” pode ter no destino dessas crianças.

Outras questões são pertinentes nesse caso, como o fato de que: dentre essas cinco reportagens, quatro citam o nome da mãe que abandonou o filho, inicialmente como procurada da justiça e em seguida como ré num processo de tentativa de homicídio – em nenhuma das reportagens faz-se referência ao pai da criança. O importante nesta análise é o fato de que, este caso não se trata de uma exceção e sim, de algo muito recorrente nas reportagens aqui analisadas.

Características da mídia jornalística, já abordadas aqui, como o sensacionalismo, o distanciamento da notícia em busca da imparcialidade e a reprodução do senso comum, estão presentes nessa ausência da figura paterna em apenas 13% das reportagens analisadas. Atrelado ao senso comum vem a descontextualização dos fatos para torná-los mais interessantes. “O pensamento do leitor médio é conservador e limitado. Ser claro, objetivo e falar do que interessa a esse leitor significa ater-se ao senso comum. É nisso que se baseia o jornalismo comercial” (SALES; RUIZ, 2009, p. 106).

Como podemos observar no gráfico a seguir, o senso comum é a responsabilização exclusivamente materna pelo cuidado com os filhos.

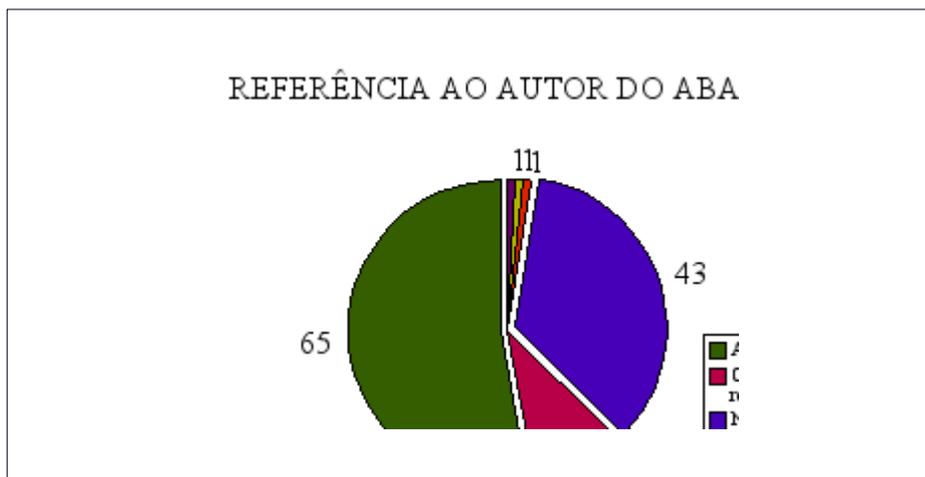


Figura (Fonte: O Globo e Folha de S. Paulo)
(De um universo de 116 casos e 179 reportagens)

Como podemos observar, em mais da metade dos casos de abandono aqui analisados, o sujeito apontado como autor do abandono, mesmo sem testemunhas ou indícios, é à mãe. O mais interessante é que, mesmo em dois casos específicos, onde um homem foi visto abandonando a criança, as reportagens se referem a ele como: “possível pai” e “homem”, ao invés de, como no caso das mulheres, referir-se como simplesmente “pai”. Não existe igualmente uma referência explícita sobre seu ato ser criminoso, como sempre ocorre com as mulheres citadas. Vejamos a reportagem a seguir:

Homem abandona recém-nascida na rodoviária de Vitória

VITÓRIA - Um bebê recém-nascido foi encontrado em uma sacola na Rodoviária de Vitória, na madrugada desta quarta-feira. Aparentemente com apenas dois dias de vida, a menina de pele clara, ainda com o cordão umbilical, foi abandonada em frente ao setor sete de desembarque. A administração do terminal rodoviário disponibilizou as imagens do exato momento em que um homem vestido com jaqueta preta e calça bege deposita, por volta da meia-noite, uma sacola no banco que fica logo abaixo da administração da Rodoviária. (O Globo, 08/04/2009)

1

Nesta reportagem como podemos ver, não há referência ao homem que foi visto abandonando a criança como pai da mesma, nem tampouco é citado o fato do autor do abandono estar sendo procurado pela polícia como é comum no caso das reportagens em que as mulheres são citadas. Este caso aparece em mais outras duas reportagens e o mais impressionante é que, mesmo com a filmagem de um homem abandonando o bebê, ele não é culpabilizado claramente pelo abandono. Já em outra reportagem, de um caso de abandono no Rio de Janeiro no terminal da Praça

Mauá, onde um homem também é visto abandonando um bebê, os termos utilizados são: “um desconhecido”. Neste caso o homem foi localizado, mas, segundo é colocado na reportagem, ele foi detido apenas para prestar esclarecimentos, ao contrário das mulheres que, ou são “procuradas” pela polícia para responderem pelo crime ou já foram detidas e presas pelo abandono.

Um caso também muito curioso nos mostra claramente a diferença no que concerne ao tratamento destinado às mulheres e aos homens nas reportagens sobre abandono e também deixa muito evidente as questões de gênero que perpassam essas notícias e que vão determinar o tratamento diferenciado desses dois personagens em um mesmo contexto.

Vejamos a reportagem seguinte:

CURITIBA - Um bebê recém-nascido foi abandonado dentro de uma caixa de sapatos na noite de terça-feira, em frente a uma borracharia localizada na BR-277, no município de Palmeira, a 83 quilômetros de Curitiba, na região dos Campos Gerais. De acordo com informações da polícia, a criança foi deixada, por volta das 23h40m, por um homem que desceu de um Corsa de cor escura.

(...)

Um inquérito foi instaurado para apurar o caso, que é caracterizado como abandono de menor, segundo a delegada de Palmeira. Se a mãe for encontrada, responderá pelo crime, que não prevê pena de prisão. (O GLOBO, 11,03,20009)

Fica claro que a responsabilidade pelo abandono está sendo atribuída à mãe, mesmo ela estando ausente deste cenário. Uma clara afirmação, tanto na visão da profissional, uma mulher, como na visão do jornal, que reproduziu, esse olhar identificando a mãe como culpada e ignorando a prova ocular da existência de um possível pai no ato do abandono. Reproduzindo o pensamento de que a responsabilidade sobre todos os cuidados com os filhos é exclusivamente feminina.

Não queremos aqui, é claro, isentar as mulheres das responsabilidades perante seus filhos, mas essa responsabilidade tem que ser dividida porque ela não gerou esse filho sozinha – se não pela sociedade e pelo Estado, pelo menos o pai deve ser responsabilizado também por esse filho.

Outro caso emblemático para analisarmos as questões de gênero no tratamento dos personagens da mãe e do pai envolvidos nos casos de abandono, trata-se de um caso de abandono que ocorreu na Bahia em junho de 2009. Uma vizinha denunciou que a mãe de um bebê com cinco dias de nascido, o teria jogado dentro de uma fossa. Ela morava com o marido, tinha outros cinco filhos e é lavradora. Quando os pais se apresentam à delegacia, a mãe foi presa e o pai, que mora a dois anos com a companheira, nega saber que ela estava grávida e é liberado.

1 De certa forma, essa “preferência” em culpar a mulher pelo abandono, pois mesmo nos casos em que ela não participa deste ato sua responsabilidade é citada, enquanto o pai é isento,

reafirma e conserva determinados valores impressos pelos mitos que aqui tratamos à respeito do universo da maternidade e da maternagem como algo impróprio ao universo masculino e, ao mesmo tempo, indissociável, do universo feminino. Não se trata aqui de imputar responsabilidades e culpas a um sujeito em especial, mas, na verdade, em sinalizar a responsabilidade de todos os sujeitos envolvidos no ato de gerar vidas e se responsabilizar por elas.

2 A genética comprova – é necessário 50% de contribuição genética do homem e 50% da mulher, para que uma criança possa ser gerada – então, porque só as mulheres devem se preocupar com planejamento familiar, métodos de contracepção, entre outras questões relacionadas ao cuidado com o ato de gerar uma nova vida?

3 Pesquisas recentes encomendadas pelo Ministério da Saúde apontam serem as mulheres quase que exclusivamente que buscam os métodos e as informações em planejamento familiar, também são elas que passam, na maioria dos casos, pela esterilização, mesmo hoje, com a existência da esterilização masculina através de um procedimento rápido, menos invasivo e com cobertura do SUS²⁷.

A mídia, de certa forma, através dessas reportagens também reafirma esse pensamento e coloca a mulher na cadeira do réu sempre que mais um caso de abandono é noticiado. Talvez, de forma inconsciente, apenas tendo como preocupação o mercado consumidor (o “IBOPE”) para os jornais televisivos; e consumidores para os jornais impressos. Uma atitude que desconsidera ou não reconhece o seu papel fundamental nesta sociedade em divulgar acontecimentos, imprimir valores a determinadas atitudes dos sujeitos em sociedade, desta forma, expõem, julgam e condenam socialmente sujeitos que, muitas vezes ou em sua maioria, não tiveram toda sua história analisada e sim, um “capítulo” que causa um clamor social por justiça, uma justiça à que esses sujeitos, talvez não tenham tido acesso.

Culpar o outro é sempre o caminho mais fácil. Só que a culpa não resolve o problema em questão, o problema já à nós muito familiar: o abandono. Talvez, ao invés de perguntarmos “quem é a culpada?” ou “onde está a culpada?”, nós devêssemos nos questionar – o que estamos fazendo para garantir que toda criança gerada tenha o direito à vida e cuidados necessários que essa fase

27 Podemos constatar essa tendência com a análise dos resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 1996 (PNDS – 1996), com a qual Moura e Silva (2004) explicam que: apesar do uso de métodos contraceptivos ter aumentado de 65,8% para 76,7%, na última década, e dessa predominância se mostrar semelhante a dos países desenvolvidos, 40,1% das mulheres em idade fértil no Brasil (com idade entre 15 e 49 anos) estavam esterilizadas segundo a PNDS (1996).

exige? O fato é que não negamos em momento algum que a criança mereça cuidados e proteção; o que questionamos, aqui, é a atribuição unicamente à figura feminina dessa responsabilidade.

Outra observação pertinente quanto aos casos de abandono aqui catalogados, é fato de que: dentre os 116 casos, em apenas um, houve evidência de maus tratos sofrido pelo bebê abandonado.

E quanto ao sexo dos bebês, verificamos, de um universo de 116 casos entre 179 reportagens:

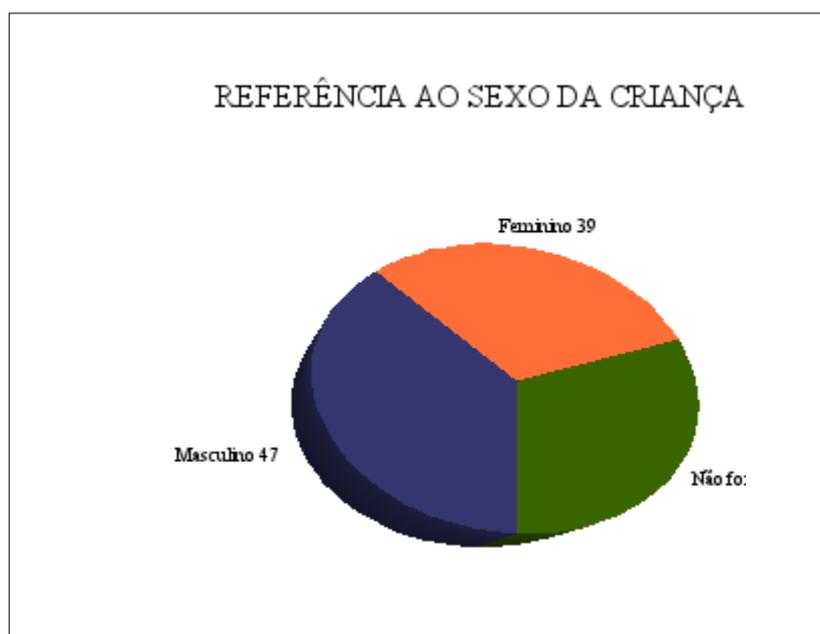


Figura (Fonte: O Globo e Folha de S. Paulo)

Há um número maior de crianças do sexo masculino sendo abandonados, mas a diferença em relação às meninas não é muito grande. Um grande número de reportagens não cita o sexo da criança.

A pesquisa observou ainda que, dentre os 116 casos de abandono aqui analisados, os locais onde ocorreu o abandono foram: junto ao lixo de alguma residência; próximo a um rio; em igrejas;

banheiros públicos; rodoviária e lugares próximos a estabelecimentos comerciais e instituições como hospitais. Como Venâncio (2004) apontou em sua pesquisa, de certa forma essas crianças são deixadas em lugares onde, possivelmente, serão encontradas rapidamente. Essa preocupação pode ser observada, por exemplo, em um caso de abandono que ocorreu em janeiro de 2010 no Rio Grande do Sul: segundo o jornal O Globo – a polícia recebeu uma ligação anônima avisando que uma criança havia sido deixada em um terreno baldio, foram ao local, mas não encontraram a criança; logo em seguida, outra ligação, onde uma mulher falava novamente que a criança estava lá, ao retornar, a polícia localizou a criança que estava vestida e enrolada em um cobertor. Esse caso não se trata de uma exceção, a pesquisa identificou mais dois casos em que há ligações anônimas avisando da localização da criança.

É importante citar, que, dos 116 casos de abandono aqui analisados, apenas em dois deles, os bebês morreram, logo após serem atendidos nos hospitais e, em outros dois, os bebês já foram encontrados mortos, não se sabe se em consequência da situação do abandono ou se já tinham nascido mortos.

Em nossa pesquisa, também nos deparamos com casos que, apesar não de compreender o universo de nossa análise sobre o abandono, de certa forma, nos diz muito sobre essa realidade. Falamos de um caso de infanticídio. Dentre as reportagens aqui analisadas, este caso aparece como um contraponto na análise sobre o abandono. Logo nos remetemos à figura mitológica de Medéia, e as contradições e os conflitos presentes em sua atitude, o infanticídio. Podemos então constatar que, de tal modo uma mulher pode ser segregada de seus direitos de cidadania, tal qual Medéia na Clássica Atenas, ou a infanticida que ganha vida na poesia de Brecht, como na reportagem a seguir, que suas atitudes causam repugnância em uma sociedade, que, ignorando sua participação nesta *cena*, trata sempre de fazer do outro um monstro, capaz de atitudes as quais jamais um ser humano *normal* seria.

Este caso de infanticídio nos leva a refletir sobre como as “*margens deste rio*” têm comprimido tanto essas mulheres para chegarmos a evidenciar casos como este:

Mãe enterra filho vivo no quintal de casa

RIO - Uma mulher foi detida acusada de enterrar seu bebê recém-nascido vivo no quintal de casa. O crime aconteceu domingo no Morro do Moreno, no bairro Jacuecanga, em Angra dos Reis.

Segundo a polícia, logo depois do parto, X colocou o filho em um saco e o enterrou. A jovem é mãe de outras duas crianças, de 6 e 8 anos, e teria entrado em depressão pós-parto. Em depoimento, ela afirmou que foi abandonada pelo namorado ao revelar que estava grávida. De acordo com a polícia, a jovem se demonstrou arrependida pelo crime.

O corpo do bebê foi encaminhado para o Instituto Médico-Legal (IML) do município. Segundo o delegado da 166 DP (Angra dos Reis), Francisco Benitz, apenas o resultado da necropsia poderá esclarecer se a criança foi enterrada viva, depois do parto, ou se morreu em consequência de um aborto provocado.

A polícia chegou a suspeitar que X estaria envolvida no desaparecimento de outro bebê, que sumiu há cerca de seis meses. Mas, esta hipótese foi descartada.

X vai responder, em liberdade, por infanticídio. O caso foi registrado na 166ª DP (Angra dos Reis). (O GLOBO, 02.07.2009)

Sem ter a intenção de sairmos em defesa de um ato criminoso, não podemos deixar de observar o seu contexto: mulheres pobres; desterritorializadas; numa sociedade extremamente desigual; segregadas de seus direitos reprodutivos e carregando sozinhas a responsabilidade sobre uma gestação. Se pensarmos de maneira um pouco mais racional e menos emotiva, veremos que a “maldade” que observamos nessa atitude “a morte de uma criança indefesa” ocorre diariamente em nossa sociedade, seja pela pobreza e a miséria, seja pela violência intra-familiar ou pela negligência do Estado. Enquanto Venâncio (1999) identificou o que chamou de *abandono selvagem* (quando as crianças eram abandonadas em florestas ou calçadas vulneráveis a ação de animais) no período colonial, como o principal motivo para a criação das primeiras *Rodas*, talvez hoje, o abandono do Estado e da sociedade que se acostumou a ver com naturalidade crianças pobres morrerem, seja o que há de mais selvagem atualmente. Selvagem e invisível.

Não é por acaso, a repercussão tão extraordinária do “Caso Isabela Nardoni”. Este – apesar de toda crueldade que cercam esses atos – poderia ser “apenas” mais um caso de violência doméstica. Mas, ao se tratar de uma família de camadas médias, a repercussão do caso, sem dúvida tomou uma dimensão muito maior.

O “outro” já não se encontra tão distante, convive nos mesmos lugares e estuda em bons colégios como nós. Como é difícil entender como uma família branca, da camada média consegue cometer tamanha “monstruosidade” que sempre colocamos no outro – pobre, violento, sem perspectiva, sem “moral” e sem condições de ter seus filhos (por isso, muitas vezes, a política de esterilização é indicada como remédio para os chamados pobres). Como citamos anteriormente, hoje, as mulheres mais abastadas certamente, dispõem de meios e métodos, já no início de uma gestação, para impedir que a mesma, no futuro, faça parte das estatísticas do abandono.

Este caso deve nos remeter a pensar, no abandono e no infanticídio como problemas de longa duração histórica, inseridos numa realidade muito complexa e obscura e que exige um olhar apurado e sensível às questões de gênero, classe, ao tempo e ao lugar de onde se fala e se percebe esses fenômenos. Neste cenário, evidenciamos hoje, a interferência de outro ator a “mídia”. Ela, de

certa forma, retrata esse cenário trazendo para a sociedade um olhar sobre esses casos que, ao mesmo tempo em que produz, também reproduz conceitos, valores, mitos, estigmas e estereótipos principalmente no concerne à maternidade e a paternidade.

Por fim, percebemos que desde o período colonial até os dias atuais, mulheres muitas vezes sem outras formas de resolverem o problema de uma gravidez indesejada, por diversas razões, recorrem ao abandono. Percebemos também que os lugares e as formas do abandono também não mudaram muito, ao contrário dos motivos, que hoje são muito mais econômicos que anteriormente. Ainda podemos perceber permanências e mudanças no cenário do abandono; a manutenção do estigma que carregam as mulheres desertoras da maternidade; a culpabilização feminina pela atitude do abandono; a ausência da figura paterna; a segregação dos direitos reprodutivos às mulheres pobres e, principalmente, a obscuridade dos dados sobre abandono no Brasil.

Talvez seja importante, no atual contexto da globalização, das novas tecnologias, das *sociedades informacionais* e dos avanços científicos no âmbito da reprodução humana (gerar uma criança não mais significa ser mãe, são inúmeros os exemplos de inseminações e barrigas de aluguel) revermos nossos conceitos inerentes à maternidade, a paternidade e aos atos de maternar e por que não, paternar. Enfim, reconhecer que o trabalho reprodutivo não diz respeito apenas à mulher/mãe, mas também e com a mesma responsabilidade a figura do homem/pai e da mesma forma ao Estado e a sociedade como um todo. E então, pensarmos – quais as possibilidades de escolha estamos dando a essas mulheres para que elas não se tornem desertoras da maternidade?

3.4 Nos aproximando das considerações finais

Antes de tecermos aqui nossas considerações finais, achamos relevante incluir mais um dado em nossa discussão, no sentido de demonstrar o quanto esse *olhar* que: estigmatiza, pune e condena a mulher desertora da maternidade, ainda prevalece nas notícias sobre abandono de bebês. Recentemente, por razão da notícia de mais um caso de abandono de bebê, foi dado um grande espaço a esse tema por uma das maiores redes de televisão brasileira. Em um de seus mais “inovadores” ou “modernos” programas de reportagem e notícia, essa emissora tem buscado transmitir a notícia de forma dinâmica e inovadora; buscando uma maior proximidade com o tema e personagens envolvidos; pretendendo também mostrar aos telespectadores os bastidores da notícia.

Como dissemos anteriormente, esta última análise, nos remete à conservação desse olhar parcial sobre a mulher/mãe que abandona. Uma das características desse programa supracitado trata-se do fato de seus repórteres serem todos bem jovens, quase que em sua totalidade mulheres. Todos acompanhados, orientados e fiscalizados, por um renomado e experiente jornalista (Caco Barcelos)²⁸. O programa de três de maio deste ano (03.05.2011) teve como tema: abandono de bebês. Eis então, nossa análise: em se tratando de um programa com pretensões de ser inovador e dinâmico, feito e apresentado por jovens repórteres, nesta edição em especial todas mulheres, imaginamos que iríamos perceber ali, alguns questionamentos e abordagens à respeito da figura do pai; das condições sociais, econômicas e emocionais dessas mulheres ou, ao menos, que em suas falas, a culpabilização exclusiva da mulher/mãe não fosse tão evidente. Foi um programa realmente surpreendente: quando nos deparamos com aquelas três repórteres, uma delas grávida, de forma *muito dinâmica* passando em média três dias à procura de algumas mulheres que tinham abandonado seus bebês. E a “aventura” das reportagens consistia na busca deste “ser” o “outro”, que havia cometido este crime. Não houve em momento algum nenhuma menção ao pai (caso fôssemos pertencentes a outra cultura, extremamente diferente da nossa, seria difícil nessas reportagens entendermos que é necessário uma figura masculina para a existência de um bebê).

Definitivamente a responsabilidade com a reprodução humana ainda tem sido atribuída exclusivamente às mulheres. As reportagens até trazem informações que dariam um olhar menos parcial para esses casos de abandono, alguns dados como: o lugar onde as crianças foram deixadas; o fato de uma delas ter sido deixada junto a um enxoval; a criança estava bem vestida. Por outro lado, o foco foi a procura dessas mulheres e a institucionalização dessas crianças. Das quatro mulheres, três foram localizadas, duas foram presas. Duas dessas mulheres foram entrevistadas pelas jovens repórteres que se limitaram a perguntar o porquê do abandono, nenhuma questão sobre o pai, ou familiares, ou situação social da mãe.

As reportagens seguem com comentários do tipo - “A mãe que jogou a filha no lixo foi presa...”- ou - “A mãe rejeitou este e mais nove filhos neste hospital...”-. O momento mais “inovador” se podemos dizer assim, acontece quando uma das repórteres vai conversar com a vizinha e o ex-patrão da personagem que desencadeou essa discussão e protagonizou esse programa: a mulher que foi filmada por câmeras de segurança de um prédio, deixando um bebê no lixo. A vizinha e o ex-patrão relataram que nossa personagem sempre foi uma boa mãe: trabalhava

28 O programa que aqui analisamos trata-se do “Profissão Repórter” na emissora brasileira “Rede Globo de Televisão”.

muito... não deixava faltar nada aos filhos... pagava o aluguel em dia... batalhava para viver... Esta mulher foi presa diante das câmeras desta reportagem. Seu nome foi pronunciado várias vezes. Sua irmã, que ficou com a criança, desabafou - “(...) não quero dizer que ela tá certa – erro tem – mas se ela fosse esse monstro, não criava três filhos” (*sic.* tia de uma criança abandonada).

Dentre todas as “ausências” que sentimos nos casos de abandono tratados nas reportagens em questão, como por exemplo: a ausência de um olhar mais apurado sobre as questões de gênero; assim como, a ausência do Estado quanto às políticas públicas para as mulheres, no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos e inerentes às questões de gênero, podemos dizer que nos preocupa verificar uma ausência que seria mais óbvia de ser percebida na própria edição dessas notícias, por esta razão, mais incômoda e mais preocupante. A ausência da figura masculina que esperávamos surgir ao menos nos questionamentos das reportagens. É um silêncio que incomoda. Uma palavra não dita – pai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender melhor o outro ajuda não só a compreender melhor a nós mesmos mas também a revelar aspectos obscuros, ocultos, silenciados de nossas próprias vidas e da cultura na qual estamos inseridos.

(Mirian Goldenberg)

Hoje, no que se refere aos casos de abandono, apesar de não dispormos de dados concretos, pelo menos através dos casos que são retratados pela mídia podemos perceber que são as mulheres pobres, as principais autoras do abandono. Talvez, as estratégias de que dispõem hoje as mulheres de classe média e alta, como o aborto, por exemplo, se reflita nessa mudança do perfil econômico das mulheres que recorrem ao abandono, já que “(...) pode-se supor que os enjeitados no Brasil colonial tenham sido em grande parte resultado de relações ilícitas de mulheres de condição social elevada” (MOTTA, 2001, p. 55). Eis uma ferramenta, para pensarmos hoje, de que forma estamos segregando os direitos das mulheres pobres sobre a tomada de decisão no âmbito da reprodução. Assim, ao falarmos de abandonos de crianças não temos como não relacionar esse fenômeno com a questão da proteção social e da necessidade de políticas públicas voltadas para sanar essa questão.

Desta forma, segundo Motta (2001), antes de incorrerem em acusações sobre as mulheres que abandonam seus filhos, deveríamos observar a situação de abandono dessas mulheres, principalmente durante a maternidade e então, iremos perceber que o ato do “abandono do filho”, reproduz apenas, a identidade que a mãe carrega já desde o início da gestação de “mãe abandonada” – por uma rede de proteção próxima que não consegue atender essa demanda; pela rede de proteção secundária que se caracteriza por uma grande ausência em relação a esses sujeitos. Falamos aqui da necessidade de políticas de apoio a essas famílias, de políticas reprodutivas mais eficazes, de políticas educacionais que possam receber essas crianças, por exemplo.

Mas quanto às alternativas ao abandono? Bem, citamos algumas como, por exemplo: o aborto ou a entrega do filho à adoção. Conforme vimos em Venâncio (1997) a alternativa utilizada no período colonial para evitar o abandono de bebês nas ruas foi a criação da *Roda dos Expostos*. Hoje temos a discussão sobre a legalização do aborto e os estudos que buscam compreender melhor sobre o processo de entrega de um filho à adoção.

Mas, quando tratamos especificamente da questão do abandono, não só aqui no Brasil, mas principalmente em vários países da Europa, um debate não muito recente se coloca, o “parto anônimo”. A idéia do parto anônimo é permitir à mulher, sem se identificar, dar à luz e/ou entregar o bebê para a adoção no próprio hospital “o que poderia acontecer em dois momentos: depois do nascimento, quando a mãe deixa o filho em portinholas nos hospitais, destinadas a este fim; ou antes do nascimento quando a mãe comparece no hospital declarando que não quer a criança, querendo realizar o pré-natal e o parto sem ser identificada” (OLIVEIRA, 2008, p. 02).

Este tema divide opiniões, muitos acham que é um retrocesso e a volta das Rodas que já demonstraram não serem eficazes na resolução do problema do abandono. Outros estudiosos da área acham que é um avanço no que concerne à garantia à vida e à maiores cuidados com o bebê e com o destino da criança após o nascimento.

O parto anônimo é permitido na Áustria; em 28 dos 50 Estados norte-americanos; na França; na Itália; na Bélgica e em Luxemburgo. Já no Brasil, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) utilizou esta idéia redigindo um anteprojeto de lei, com respaldo na Constituição Federal (BRASIL, 1988) que tem como princípio a Dignidade da Pessoa Humana, o direito à vida e a proteção absoluta prioritária à criança²⁹.

Segundo Veloso (2008) uma questão de direito constitucional que se pode apresentar é a de que: “deixar uma criança sem identificação, sem estabelecer o vínculo jurídico com a mãe, viola a garantia individual” (p. 01). Até que seja integrado numa família substituta, o recém-nascido fica sem identidade. E, se não for adotada, a criança não terá nem mãe nem pai.

As discussões sobre o parto anônimo ainda são recentes e precisam de muitos estudos para verificarmos até que ponto estamos retomando a *Roda dos Expostos*, velando questões sociais profundas presentes no ato de abandonar um filho; segregando essas crianças do direito a uma identidade e à convivência familiar ou auxiliando na resolução do problema do abandono.

²⁹ O IBDFAM protocolou no dia 09/04/08 o Projeto de Lei nº 3320/08 de autoria do Deputado Sérgio Barradas Carneiro. Há também o Projeto de Lei nº 2747/08, protocolado pelo Deputado Eduardo Valverde, em 11/02/08.

O que precisamos sim é entender que o problema dos filhos não desejados, de crianças abandonadas e do aborto é muito mais que uma questão do eufemismo ligado as palavras abandono ou entrega (...). Na verdade, é uma questão social que necessita de políticas públicas preventivas, o que envolve informação, orientação sexual e educação principalmente para se compreender, de acordo com Elizabeth Badinter que maternidade não é destino, não é um determinismo do seu sexo, mas decorre do exercício da vontade de uma mulher e/ou, preferencialmente, de um casal. (OLIVEIRA, 2008, p. 03)

A questão não é apenas o controle de natalidade, incentivar métodos contraceptivos e a adoção. O fato é que, culturalmente, somos levados a acreditar, homens e mulheres, que a maternidade é indissociável da condição feminina, assim como a responsabilidade sobre ela, porque, por exemplo: os meninos são incentivados a usarem camisinha para se proteger de doenças sexualmente transmissíveis e não para evitar uma gravidez indesejada. Já na educação dos nossos filhos e filhas, reproduzimos valores que lhes darão uma impressão do mundo que não necessariamente condiz com a realidade, pelo contrário, está carregada de mitos e pré-conceitos que reproduzimos para as próximas gerações.

Portanto, é necessário que nesse debate sobre abandono, que se insere no rol das responsabilidades sobre a reprodução humana, possamos retratar a outra face do problema que se expressa na forma de “bebês abandonados”, buscando um olhar crítico em relação às notícias veiculadas pela mídia, seus agentes e atores.

É importante perceber que, desde a forma com que se trata a notícia de um bebê abandonado até o momento em que se discutem alternativas ao abandono, as questões de gênero estão a todo o momento permeando este cenário, incorrendo em afirmações e re-afirmações de lugares e papéis femininos e masculinos que, quase que unanimemente, imputam às mulheres toda a responsabilidade sobre a criação e reprodução humanas.

Poderíamos indagar, por exemplo: como se dá o relacionamento familiar desta mulher? E quais foram suas redes de apoio? Elas existiram? E o pai do bebê, onde está e estava no momento do abandono? E quanto à sua falta de alternativa em relação à escolha de prosseguir ou não com a gestação? Ou, seja, nas relações familiares, afetivas, amorosas, no espaço privado; onde essas mulheres encontraram apoio? Elas encontram?

Ainda que as mulheres tenham, ao longo da História de luta feminina, conseguido “adentrar” o espaço público, tem sido difícil que o “público” perceba e interfira no “privado”, a supervalorização da vida privada e do individualismo nas sociedades capitalistas conserva essa dicotomia do “público” x o “privado”, e impede, muitas vezes que problemas sociais sejam vistos

como tais e passem a fazer parte da agenda pública e das reivindicações da sociedade civil. A grande questão que essa dicotomia nos coloca é: a maternidade é uma questão que concerne apenas à família, às redes sociais de apoio, ou seja, ao espaço privado? A infância também o é? Logo, o abandono de um bebê é um problema de âmbito privado? Nossa Constituição brasileira em seu artigo 227 do Cap. VII, como já foi citado neste trabalho, nos responde esses questionamentos: o cuidado com a infância é dever do Estado, da família e da sociedade, portanto todos esses atores são responsáveis pelo cuidado com as crianças, estejam elas dentro ou fora de seus lares.

É importante ressaltar que hoje, a sociedade brasileira depara-se com o processo da feminização da pobreza ao mesmo tempo em que, sua população depara-se com o dado expressivo de quatro milhões de mulheres a mais do que homens, em números absolutos de nossa população.

As mulheres são majoritárias nas situações de desemprego, particularmente de desemprego oculto pelo desalento. E a precarização do trabalho das mulheres se soma a precarização familiar: ambas precisam ser analisadas conjuntamente. (HIRATA, 2010, p.45)

Esses fatos apontam para uma maior vulnerabilidade da figura feminina num contexto histórico em que as mulheres estão em maior número, ou seja: na medida em que as mulheres estão se tornando cada vez mais pobres, esse impacto também é sentido pelas famílias e/ou pelos filhos que têm ficado, quase que exclusivamente, sob sua responsabilidade e seus cuidados. Desta forma, pensar políticas sociais que reconheçam à responsabilidade do Estado com o trabalho reprodutivo significa reconhecer, não só os direitos fundamentais garantidos pelo Art. 5º da nossa Constituição (BRASIL, 1988) como o direito à vida, por exemplo, mas também, reconhecer o alto grau de vulnerabilidade a que são submetidas muitas crianças desde antes de seu nascimento através do abandono social, econômico, físico e moral a que são submetidas às mulheres em especial, as mulheres pobres, em nosso país.

Enquanto objeto de análise “os casos de abandono de bebês” podem ser apenas “a ponta do iceberg”, ou seja, a expressão crítica de uma questão social ainda mais profunda e complexa. Por esta razão, este trabalho chama atenção para a ocorrência, ainda no século XXI, de casos cada vez mais frequentes de abandono de bebês, para que possamos enxergar questões que de outra forma não se tornariam públicas. Talvez o olhar que se deva ter para essas notícias, seja um olhar investigativo no sentido de conhecer melhor a realidade dessas mulheres e os “problemas” que antes estavam confinados ao espaço privado. Através de indagações pertinentes poderemos, quem sabe,

conhecer as raízes deste problema e tratar verdadeiramente de questões relevantes no âmbito da maternidade, da escolha sobre a mesma, da paternidade, da sexualidade, das redes sociais e de sua real capacidade de apoio à mulher grávida e à infância e da maternagem. Este pode ser importante tema de estudo para pesquisa e investimentos por parte da Secretaria Especial da Mulher. Esta pode ser uma importante agenda para o atual governo que está se iniciando – e que tem a frente uma mulher como presidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANS, Comentários sobre o meio Jornal. 2011. Disponível em <www.anj.org.br>. Acessado em: [10.02.2011](#)

Ariès, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Nívia Valença. **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: trajetória história, políticas sócias, práticas e proteção social**. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

BERGER, P. T. ; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BERRIOT-SALVADORE. In: **PERROT, Michelle; DUBY, Georges. Histórias das mulheres no ocidente**. Perrot e Duby. São Paulo: Ebradil, 1991.

BOURDIEU, Pierre. “Novas reflexões sobre a dominação masculina”. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. P. 28-40.

_____. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 227.

BREILH, Roxana Longo. GÉNEROS Y EDUCACIÓN POPULAR. In: **Revolucion em las plazas y em las casas: perspectivas de género en la educación popular**. 1ª ed. Buenos Aires: América Libre - Madres de la Plaza de Mayo, 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO MC. A priorização da família na agenda da política social. In: SM Kaloustian (org.). **Família brasileira a base de tudo**. p. 93- 108. Brasília-São Paulo: Unicef - Cortez , 1998.

COSTA, Aniele Frutuoso da; et. al. **Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Joana Maria Pedro (org.). Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

COSTA, Suely Gomes. **Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva**. Rev. Estud. Fem. 2002, vol.10, n.2, pp. 301-323. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9599/8834>>. Acesso em: março de 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades mentalidades no Brasil Colônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Cooperação descentralizada e redução da pobreza**. São Paulo: UNICAMP, 1998. Cederno nº66.

EURÍPEDES. **Medéia, As Hipólitas, As Troianas**. Trad. e estudo introdutivo Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-104.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. In: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 1, Nº 1. 2004.

FARAH, Marta. Políticas Públicas e Gênero. In: GodinhoT. & Silveira M.(orgs.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Coordenadoria Especial da Mulher. São Paulo, 2004.

FLEISCHER, Soraya. Quem Abandonou Farlúcia? **Centro Feminista de Estudos e Acessoria/CFEMEA**. Brasília: 04 abril 2008. Disponível em: <www.cfemea.org.br/publicacoes>. Acesso em: 10 maio 2009.

FONSECA, Cláudia. Crianças em circulação. **Ciência Hoje**. Nº. 66, vol. 11. São Paulo: Cortez, 1990.

FREITAS, R. C. S. ; BRAGA, C. D. ; BARROS, N. V. . Famílias e Serviço Social - algumas reflexões para o debate. In: Marco José de Oliveira Duarte; Mônica Maria Torres de Alencar. (Org.). **Famílias Família: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, v. 1, p. 15-38.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. **Mães de Acari preparando a tinta e revirando a praça: um estudo sobre mães que lutam**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social/UFRJ. Rio de Janeiro: 2000.

FREITAS, Rita de C. Santos. **MÃES EM LUTA: reflexões sobre um novo tema. Gênero**. V. 2. N. 1. P. 53-72. 2º sem. 2001.

FREITAS, Rita de C. Santos; et. al. **Maternidade e espaço público: diferentes espaços, diferentes respostas**. Buenos Aires: RAM-2009.

GIDDENS. **O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo em nós**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.

GOETHE. **Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister**. São Paulo: Ensaio, 1998.

GOLDENBERG, Mirrian. **De perto ninguém é normal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMEZ, Graciela Quintana 2000. A Maternidade como Enigma: Atenas, as Luzes e Freud. **Rev. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Physis, 2000.

GONÇALVES, M. A. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico higienista. In: ALMEIDA, A. M.; et. al. **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. In: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do **OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

JOAQUIM, Teresa. Criação de humanos e/ou de conceitos: a questão da maternidade n'O Segundo Sexo. **Cadernos Pagu**. Campinas: UFSC, 1999.

LEAL, Ana Maria. **O Descentramento da mulher**: em “A sombra do patriarca” de Alina Paim. Disponível em: <http://www.ufpa.br/ciella/download/anais_ciella2_v1.pdf>. Acesso em: junho de 2010. [on line], 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. Sedução, Publicidade e Pós-modernidade. Revista **FAMECOS**. n. 12. Porto Alegre: 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do Conceito de Gênero. **Gênero e Saúde**. Org. LOPES, M.T; et.al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MONTEIRO, Lauro. “Não quer seu filho? Abandone-o nos braços de quem o deseja”. **Observatório da Infância**. Rio de Janeiro: 08 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodainfancia.com.br>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães Abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, Escolástica R. Ferreira; SILVA, Raimunda Magalhães. **Informação e Planejamento Familiar como Medidas de Promoção da Saúde**. Fortaleza/CE: Unifor, 2004.

NOVELLINO, Maria S. Ferreira. “Chefia feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres”. In: **Seminário As Famílias e as Políticas Públicas no Brasil**, 2005, Belo Horizonte. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br>.

_____. “Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres”. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais/ABEP**. Minas Gerais: 24 set. 2004.

NUNES, Silvia Alexin, “A medicina social e a questão feminina”. **Revista Physis**. nº 1, vol. 1. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; Relume-Dumará, 1991.

OLIVEIRA, Daniela B. Bastos de. **PARTO ANÔNIMO: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**. XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212956989_ARQUIVO_partoanonimo-Anpuh.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2011.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminismo emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PEREZ, Suyane Campos. **Mães da ACAM-RJ: uma luta pela efetivação de direitos**. Niterói: 2010. Dissertação de mestrado.

PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. Vol. 1-5.

PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. “Bebê abandonado passa por exames em hospital”. Rio de Janeiro: 22 out. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

QUINTAS, Fátima. **A Mulher e a Família no final do século XX**. Recife: Fundaj, Massangana, 2005. 2ª Ed.

ROCHA-COUTINHO, Maria L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez, 1990.

SERAPIONI, Mauro. **O papel da família e das redes primárias na reestruturação das políticas sociais**. Ciênc. saúde coletiva [online], 2005. vol.10, p. 243-253.

SERRURRIER, Catherine. **Elogio às Mães Más**. Tradução Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1993.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas de gênero**: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. São Paulo: [s.n], 2003.

SILVEIRINHA, Maria João. Opinião Pública. In: RUBIM, A.A.C. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA e Unesp, 2004.

SOIHET, Rachel. Formas de Violência, relações de gênero e feminismo. **In: Gênero**. Niterói: EdUFF, 2002. n. 2 v. 2.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro. **“Feminino e recortes do tempo presente**: mulheres em revistas `femininas`”. Vol.15,n. 3. São Paulo: Perspectiva,2001.

THURLHER, Ana Liési. “Mulheres na mídia: fabricação de verdades e violência de gênero”. **Observatório da Imprensa**. Brasília: 13 jun. 2001. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 10 maio 2008.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VASCONCELOS, Marcia; et. al. Crise econômica internacional e o impacto sobre as mulheres: respostas e desafios no Brasil. **In: BRASIL**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista do **OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

VELOSO, Zeno. Parto anônimo. **Jornal O Liberal**. 02.02.2008. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/artigopartoanonimo.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2011.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**. 1ª ed. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. “Maternidade Negada”. **Historia das Mulheres no Brasil**.(org. Mary Del Priore), São Paulo: UNESP, 1997, p. 189-222.

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade**. DELTA [online], 2005. vol.21, p. 207-238.

WEBGRAFIA DAS FONTES PRIMÁRIAS

JORNAL O GLOBO

Disponível em <www.oglobo.com.br>. Acesso em: junho de 2010.

Bebê é abandonado e encontrado engatinhando em praça de Osasco, na grande SP. 16/11/2010.
Justiça vai decidir destino de bebê de 10 meses abandonado em praça de Osasco. 17/11/2010.
Bebê de 4 dias é abandonado em ponto de ônibus em Goiás. 22/11/2010.
Recém-nascida é abandonada perto de escola em Franca, SP. 31/12/2010.
Mãe que jogou bebê em quintal de casa em Belém agora quer a guarda do filho. 29/12/2010.
Bebê, o quarto só em julho, é abandonado. 19/07/2010.
Bebê de um dia é abandonado dentro de caixa de papelão em calçada da zona sul de SP. 08/07/2010.
Bebê é abandonado em Cordovil. 16/07/2010.
Bebê abandonado em lixão em Pernambuco é adotado. 25/03/2009.
Bombeiro quer adotar bebê abandonado em Maricá. 16.03.2009.
PMs fazem boa ação e salvam bebê abandonado. 08.04.2009
Mãe que jogou bebê em quintal de casa em Belém agora quer a guarda do filho. 29.12.2010.
Bebê prematuro é abandonado em caixa de papelão em Cuiabá. 10.01.2010.
Bebê do sexo masculino é abandonado em Campo Grande. 14.07.2010.
Bebê é abandonado em lata de lixo em Salvador. 30.06.2009.
Bebê é abandonado sobre o lixo em Mato Grosso. 08.07.2009.
Catadora de papel acha bebê de um mês abandonado em banheiro público em indaiatuba, São Paulo. 11.06.2009.
Mãe de bebê abandonado em rodoviária de Vitória se apresenta à polícia. 10.04.2009.
Bebê recém-nascido é abandonado em terreno baldio no Rio Grande do Sul. 12.01.2010.
Bebê é abandonado em Duque de Caxias e é encontrado por vizinhos. 30.11.2009.
Bebê de três dias é abandonado em praça em Curitiba. 11.12.2009.
Bebê de 5 meses é abandonado na porta de restaurante na Grande SP. 11.03.2009.
Bebê é abandonado em terreno de uma igreja em Belo Horizonte. 21.09.2009.
Bebê é abandonado junto a árvore no litoral paulista. 27.05.2009.
Bebê é abandonado dentro de caixa em Piracicaba, interior de SP. 31.07.2009.
Bebê recém-nascido é abandonado dentro de caixa de ferramentas em Cuiabá. 09.06.2009.
Polícia encontra mãe de bebê abandonado em praça de São José dos Campos. 24.10.2008.
Bebê é abandonado em Vaz Lobo, na Zona Norte. 04.10.2008.
Bebê abandonado em terreno ganha família provisória em MG. 01.08.2008.
Bebê abandonado em matagal de Cuiabá recebe alta. 12.01.2009.
Bebê abandonado com pitbull pode ser encaminhado para adoção. 23.05.2008.
Polícia procura mãe de bebê abandonado em lixeira em Salvador. 13.02.2009.
Bebê abandonado em Mogi Guaçu é encaminhado a adoção. 11.03.2008.
Bebê abandonado em lixeira de Franca ganha nova família . 10.09.2008.
Cadela encontra bebê abandonado dentro de caixa de papelão em Minas Gerais. 23.07.2008.
MG: dona de cadela que encontrou bebê abandonado diz que é mãe da criança. 25.07.2008.
Bebê é abandonado dentro de caixa de papelão. 14.03.2008.
Bebê é abandonado dentro de igreja no Leblon. 22.10.2008.
Bebê de 10 dias é abandonado em calçada em Recife. 06.08.2009.
Recém-nascido é encontrado abandonado em restaurante, em Minas Gerais. 19.09.2020.
Bebê é abandonado em Cascadura. 30.06.2008.

Bebê abandonado em lixeira será adotado em Franca. 02.09.2008.
Bebê abandonado dentro de um saco plástico morre em Brasília. 25.01.2009.
Polícia procura mãe de bebê abandonado em Valinhos. 11.07.2008.
Bebê é encontrado morto às margens da Dutra. 26.12.2010.
Bebê é abandonado em banheiro público em Piracicaba. 17.08.2008.
Recém-nascido é abandonado em lixeira de igreja. 07.07.2010.
Bebê é abandonado em caçamba de lixo em Franca. 22.08.2008.
Bebê é encontrado abandonado em matagal em Cuiabá. 11.01.2009.
Bebê de 40 dias é abandonado pelos pais em Tatui. 23.05.2008.
Bebê de 4 meses é abandonado pela mãe em matagal. 10.03.2008.
Recém-nascida é abandonada em restaurante no sul de Minas. 20.09.2010.
Recém-nascido é abandonado em casa vazia em Pindamonhangaba, SP. 28.09.2010.
Recém-nascida é encontrada abandonada embaixo de caminhão, em Salvador. 17.11.2010.
Bebê de dois meses é encontrado abandonado em calçada de Itaquaquecetuba. 22.10.2008.
Menino de 2 anos é abandonado em calçada em São José dos Campos, São Paulo. 25.04.2009.
Bebê é encontrado em terreno baldio. 29.09.2010.
Polícia encontra mãe que abandonou bebê debaixo de pia em Pindamonhangaba, em SP. 01.10.2010.
Recém-nascida é abandonada em terreno baldio no Distrito Federal. 06.09.2010.
Passam bem os dois bebês abandonados em Belo Horizonte no fim de semana. 21.09.2009.
Passa bem recém-nascido abandonado em rodoviária de Vitória, no Espírito Santo. 09.04.2009.
Bebê é encontrado vivo dentro de saco plástico no Sana. 03.08.2009.
Mãe é presa depois de abandonar bebê em lixeira. 21.05.2009.
Bebê com menos de um dia de vida é achado em matagal em Minas Gerais. 27.11.2009.
Jovem dá à luz e abandona bebê no quintal da casa da tia em Itapetininga, SP. 19.10.2009.
Recém-nascida é abandonado em lixão em Niterói. 09.08.2010.
Recém-nascida é abandonada em saco plástico no Recife. 18.05.2009.
Recém-nascido é abandonado em caixa de sapato em PE. 05.03.2009.
Recém-nascido é abandonado em caixa de sapatos em rodovia do Paraná. 11.03.2009.
Avó paterna quer guarda da menina que foi abandonado pelos pais com pitbull. 23.05.2008.
Recém-nascido é abandonado em lava-jato em Recife. 14.08.2008.
Morre bebê encontrado em lixão em Niterói. 10.08.2010.
Um bebê na sacola plástica. 14.08.2010.
Pais abandonam bebê no interior de SP e depois se arrependem. 18.05.2009.
Corpo de bebê é encontrado em caixa de sapatos em Belo Horizonte. 16.08.2010.
Bebês são deixados em meio de túnel na capital paulista. 29.03.2010.
Recém-nascido é abandonado em caixa de papelão em Pirassununga, SP. 18.07.2009.
Recém-nascido abandonado em praça de Curitiba já pode deixar o hospital. 15.12.2009.
Mãe é presa após abandonar bebê em prédio de Brasília. 29.03.2008.
Bebê achado em saco plástico em Taubaté passa bem. 27.12.2008.
Recém-nascido é abandonado dentro de caixa no interior de São Paulo. 23.08.2009.
Recém-nascida é abandonada dentro de mochila na Paraíba. 21.12.2009.
Recém-nascido é abandonado em Duque de Caxias. 07.12.2009.
Recém-nascido abandonado às margens de rodovia do Paraná deixa hospital. 17.03.2009.
Criança de 40 dias é abandonada pelos pais com pitbull em Tatui. 23.05.2008.
Recém-nascida é abandonada em lixeira de igreja. 10.09.2008.
Bebê encontrado em caixa de sapato é levado para abrigo em Pernambuco. 06.03.2009.
Mãe abandona bebê em igreja, se arrepende e pede filho de volta no Paraná. 28.04.2009.

Recém-nascida é abandonada em rua de Pelotas, no Rio Grande do Sul. 03.08.2009.
Recém-nascido encontrado em restaurante de Minas Gerais passa bem, diz hospital. 20.09.2010.
Polícia de Manaus encontra mãe que abandonou bebê em saco plástico. 24.09.2009.
Recém-nascido é abandonado em município do Rio Grande do Sul. 24.03.2008.
Recém-nascida é abandonada em vala de esgoto em Cuiabá. 20.01.2009.
Recém-nascida é abandonada pela mãe em sacolas plásticas em Brasília. 26.01.2009.
Recém-nascido é encontrado em lixão de São Bento do Uma, no agreste de Pernambuco. 24.03.2009.
Mulher abandona bebê em portaria de prédio em Brasília. 29.03.2008.
Polícia encontra mãe que abandonou bebê em Franca. 29.08.2008.
Polícia procura mãe de bebê encontrado em lixeira em Salvador. 13.02.2009.
Passa bem recém-nascido abandonado em valão na Zona oeste. 15.12.2008.
Menina recém-nascida é abandonada em um lote no norte de Minas Gerais. 21.07.2008.
Três dos cinco recém-nascidos abandonados nas ruas ganharam famílias. Casos de abandono provocam debate sobre a adoção. 31.07.2010.
Bebês são deixados em meio de túnel na capital paulista. 29.03.2010.
Presa suspeita de matar menina e jogar corpo em caçamba de lixo em Uberlândia. 06.05.2009.
Passa bem recém-nascida encontrada em caixa de papelão em Maricá. 17.03.2009.
MP diz que menina achada em caçamba foi morta em ritual de magia negra em Minas Gerais. 10.06.2009.
Recém-nascido é encontrado no lixo na Zona Leste de São Paulo. 10.09.2009.
Mãe enterra filho vivo no quintal de casa. 02.07.2009.
Homem abandona recém-nascida na rodoviária de Vitória. 08.04.2009.
Mãe telefona para a polícia para informar que abandonou recém-nascido no Rio Grande do Sul. 12.01.2010.
Recém-nascida é encontrada viva em lixeira do Paraná. 10.08.2009.
Recém-nascido jogado pela mãe passa 5 dias dentro de fossa na Bahia. 17.06.2009.
Recém-nascido é encontrado em lixeira em Minas Gerais. 29.07.2009.
Recém-nascido é encontrado em sacola de papelão em Mauá, São Paulo. 14.05.2009.
Recém-nascido é encontrado numa caixa de papelão em Maricá. 16.03.2009.
Recém-nascido é encontrado em calçada no RS. 24.03.2008.
Casal que abandonou recém-nascida é preso no Guarujá. 12.12.2008.
Mãe enterra filho vivo no quintal de casa. 02.07.2009.

FOLHA DE SÃO PAULO

Disponível em <www.folha.com.br>. Acesso em: Fevereiro de 2011.

Mãe do bebê que ficou 12 horas dentro em saco diz que tentou dar futuro melhor à criação. 29.12.2010.
Mãe que jogou bebê em Belém (PA) quer o filho de volta. 28.12.2010.
Bebê que sobreviveu à queda em Belém (PA) ganha nome inspirado no Super-homem. 27.12.2010.
Recém-nascido é abandonado pela mãe e sobrevive a queda de 2 metros em Belém. 27.12.2010.
PM encontra recém-nascido abandonado em Higienópolis (SP). 27.12.2010.
Recém-nascido é encontrado em saco de lixo em Curitiba. 16.11.2010.
Mulheres "disputam" bebê abandonado em caixa de papelão em Jaboticabal (SP). 12/10/2010
Bebê é encontrado abandonado dentro de caixa de papelão em Jaboticabal (SP). 11/10/2010
Bebê recém-nascido é encontrado em casa abandonada no interior de SP. 29/09/2010

Bebê é encontrado abandonado em sacola em Minas Gerais.19/09/2010
Polícia encontra recém-nascido abandonado em uma caixa de papelão em Diadema.07/07/2010
PM encontra recém-nascido abandonado dentro de bolsa em Niterói (RJ).16/06/2010
Bebê é encontrado morto em lixeira na zona norte do Rio.23/04/2010
Polícia encontra bebê abandonado em rua da zona leste de SP.23/02/2010
Duas crianças são abandonadas pelos pais no centro de SP.29/03/2010
Bebê é abandonado pela mãe em calçada na zona norte de SP.20/02/2010
Bebê é encontrado abandonado em oficina mecânica em São Paulo.22/11/2009
Bebê é encontrado ainda com cordão umbilical em São Paulo.31/10/2009
Jovem encontra recém-nascido em rua da zona leste de São Paulo.10/09/2009
Mãe acusada de abandonar bebê dentro de saco plástico no Rio vai a júri popular.12/08/2009
Bebê é abandonado em caixa de papelão em Pirassununga (SP).18/07/2009
Homem encontra corpo de bebê abandonado em sacola plástica na zona sul de SP.29/06/2009
Bilhete em roupa de bebê abandonado no Rio pede que ele seja adotado.22/10/2008
Polícia prende suspeita de tentar matar o filho recém-nascido em Salvador.15/10/2008
Recém-nascido é abandonado em saco de papelão em Mauá (Grande SP).14/05/2009
Bebê é abandonado na frente de apartamento em São José dos Campos (SP).03/04/2009
Bebê é abandonado em porta de restaurante em Ferraz de Vasconcelos (SP).11/03/2009
Polícia localiza casal que abandonou bebê em lixeira no Guarujá (SP).13/12/2008
Recém-nascido é encontrado em fossa em Planaltina de Goiás (GO).02/12/2008
Mãe de bebê abandonado em igreja no Leblon se apresenta à polícia.23/10/2008
Bilhete em roupa de bebê abandonado no Rio pede que ele seja adotado.22/10/2008
Bebê de dois dias é encontrado sob banco de igreja na zona sul do Rio.22/10/2008
Bebê abandonado é achado em rua do Rio.04/10/2008
Recém-nascido é encontrado em sacola de papelão no Recife (PE).14/08/2008
Bombeiros encontram bebê abandonado em frente a quartel no RJ.17/05/2008
Bebê é abandonado em banheiro em Embu-Guaçu (SP).05/04/2008
Bebê de 45 dias é abandonado em bar de São Paulo.05/04/2008
Mulher abandona recém-nascido em prédio de Brasília; câmeras flagram ação.29/03/2008
Polícia encontra recém-nascido abandonado em calçada em Canoas (RS).24/03/2008
Menino de 1 ano é abandonado em Ribeirão das Neves (MG).22/03/2008
Bebê é abandonado em caixa de papelão em rua na zona sul de SP.14/03/2008
Recém-nascido é encontrado embrulhado em jornais em São Paulo.25/01/2008
Mãe abandona filho de três meses em bar de Franca (SP).07/02/2008
Bebê é abandonado na calçada em Londrina (PR).16/01/2008

ANEXOS